

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA



DISSERTAÇÃO

A OCUPAÇÃO HUMANA NO ESPAÇO DA SERRA DOS TAPES: OS CASOS DOS
DISTRITOS DE CERRITO ALEGRE E QUILOMBO/PELOTAS-RS

CRISTIAN COSTA DAS NEVES

PELOTAS, 2014

CRISTIAN COSTA DAS NEVES

A OCUPAÇÃO HUMANA NO ESPAÇO DA SERRA DOS TAPES: OS CASOS DOS
DISTRITOS DE CERRITO ALEGRE E QUILOMBO/PELOTAS-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Área de Concentração em Arqueologia), da Universidade Federal de Pelotas, para à obtenção do título de Mestre em Antropologia (Área de Concentração em Arqueologia).

Orientador: PROF. DR. CLÁUDIO BAPTISTA CARLE

Pelotas, 2014

Cristian Costa das Neves

A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes, o caso dos distritos de Cerrito
Alegre e Quilombo/Pelotas – RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para
obtenção do grau de Mestre em Antropologia: Área
de Concentração em Arqueologia no Programa de
Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Pelotas, Rio Grande do Sul.

Data da Defesa: 30/06/2014

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle (Orientador)
Doutor em História – Área de Concentração em Arqueologia, pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) -UFPeI

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira
Doutor em História – Área de Concentração em Arqueologia, pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) -UFPeI

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Professor do Pós-Graduação em História (PPGH) -UFPeI

Dedico este trabalho aos meus queridos familiares, em especial a minha esposa!

Agradecimentos

Mais uma jornada se faz preenchida. Após dois anos de pesquisas agora é chegada a hora de apresentarmos os resultados dessa etapa de investigações e aprendizados. Mas não sem antes agradecermos os personagens que nos auxiliaram em mais essa etapa de vida. Antes de nominar os personagens que estiveram ao meu lado nessa etapa fugirei o protocolo e deixarei aqui meus primeiros agradecimentos aquele que não mais estão juntos de mim, mas jamais deixaram meus pensamentos. Meu querido e estimado pai Ignácio Marins, saudades tua! Meu irmão Jorge, quanta falta! E minha avó “emprestada” Emilia.

Dos que aqui se encontram, primeiramente tenho muito a agradecer ao Prof. Dr. Claudio Baptista Carle, que com muita paciência e perseverança me orientou durante todo esse processo acadêmico exercendo a função de um verdadeiro pedagogo, ou seja, conduzindo-me quase que literalmente a por no papel o que se encontrava no campo abstrato das ideias. Sabemos bem o quão difícil foi essa tarefa. Sair de um caos teórico, sem nenhum fundamento metodológico e hoje estar frente a esta etapa que se encerra. Meu muito obrigado professor Carle!

Agradeço também ao professores do PPGA-UFPel, em particular as professoras Loredana Ribeiro e Cláudia Turra, aos professores Lúcio Ferreira, Pedro Sanches e Rafael Milheira que nos auxiliaram por meio de um valoroso processo pedagógico a chegar às etapas de conhecimentos as quais nos encontramos. Um agradecimento em particular ao professor Milheira, pois foram suas pesquisas que nos impulsionaram para esse projeto.

Agradeço aos membros do Departamento de Antropologia Albio e Thaise sempre diligentes com as necessidades dos discentes. Também aos colegas de pós-graduação. De mesmo modo, aos membros do lepaarq, aqui representados pela arqueóloga Luciana Peixoto através de quem tive meu primeiro contato com a prática de campo e ao arqueólogo Jorge Viana, ambos sempre solícitos a todo e qualquer pedido de auxilio.

Agradeço também aos meus antigos professores de graduação; José Plínio Fachel, Edgar Gandra, Fábio Cerqueira, Adhemar Lourenço, em especial aos professores Paulo Possamai e Fernando Camargo pessoas que tenho grande apreço e admiração. De igual forma a turma do fundão, meus eternos colegas de

licenciatura e hoje grandes amigos Cleber Amaral, Íbis Oliveira, Henrique Freitas, Fernando Boff, Marcelo Konrath, Marco lima, Rodrigo Salaberry, Tamara Oswald, Paulo Giovani, Diego Oliveira e Mateus Peçanha quem me acompanhou inclusive desde nosso processo seletivo até a presente etapa desse processo de pós-graduação discutindo, pesquisando e elaborado novas ideias para essas pesquisas, valeu amigo!

Um especial obrigado aos amigos com quem compartilhei esse processo de pesquisa nossos valorosos interlocutores locais Sr. Sérgio Raffi, D. Elza, Sr. Antônio Raffi, Sr. Juca e demais membros da comunidade serrana. Aos meus queridos amigos e afilhados Fábio Silveira e Fernanda Tesmann Silveira que se aventuraram a campo nos auxiliando na “procura de *casas velhas, ou catando caquinhos*” durante essa jornada.

A todos os meus queridos familiares sogro, sogra e cunhados. Em particular ao meu irmão Eder e minha cunhada Cátia. Minha mais que querida mãe Sirlei Costa das Neves que dedicou intermináveis horas de sua vida a criação e educação de seus filhos. E claro este trabalho jamais poderia ter sido realizado sem o apoio de minha amada esposa Jose Mabel, quem suportou minhas constantes trocas de humores por dias e noites intermináveis durante meses desse processo de pesquisa, bem como minhas ausências em determinados momentos devido minhas muitas noites de estudos. Sem jamais esquecer de seu auxílio em nossas práticas de campo. Além é claro de nos agraciar com a espera de nosso primeiro herdeiro.

Enfim, agradeço a todos aqueles que durante esse processo me ajudaram de alguma forma. Agradeço a banca de qualificação que através de suas ponderações nos possibilitaram corrigir alguns equívocos iniciais. Muitos são os agradecimentos, pois diversos foram os amigos que através de uma palavra, ou mesmo um gesto tiveram importância nessa jornada. A todos os demais amigos que não foram nominados, sintam-se aqui agradecidos. Meu muito Obrigado!

EPIGRAFE

*Era pedra e seguiu pedra por eterna, a vida inteira,
Que um dia ficou no campo, Cansou de ser boleadeira.
A pedra da boleadeira, nesta terra se perdeu,
Mas nos meus olhos de campo, um dia assim, renasceu...
Brotou do ventre da terra, com paciência secular,
Esperando pra ser vento e assim, de novo voar.
Não voou por muitos anos, perdida das outras duas,
Mas sempre guardou a forma, redonda, em feito de lua...
(...) Pela lembrança da terra, muitos séculos de história,
Que guardou fundos de campos, no rastro de sua memória...
Por fora suja de terra, mas com mistérios por dentro,
Mostrando o vinco do couro, bem recortado em seu centro.
No alto de um coxilhão, bem onde foi esquecida,
Ganhou palavra de terra, pois meu olhar lhe deu vida (...).*

Gujo Teixeira

Resumo

NEVES, Cristian Costa das. **A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes, o caso dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas – RS.** 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

O presente estudo é o resultado de um trabalho de arqueologia compartilhada realizado com a comunidade de eurodescendentes moradora dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo, no município de Pelotas, Rio Grande do Sul. A investigação arqueológica proporcionou desvelar um estudo de um longo período de ocupação destas áreas. O texto discorre sobre os diversos extratos arqueológicos detectados na região com o apoio dos moradores locais. Centramos a investigação em uma pequena área de trabalho que possibilitou identificar um sítio Guarani durante as etapas de campo, bem como a sua sucessão colonial por área de ocupação portuguesa e no terceiro momento investigado a presença de colonização moderna de grupos germânicos. A metodologia de campo foi desenvolvida a partir da dinâmica local, demarcada pelos interesses dos moradores atuais da área, sendo monitorada pelo pesquisador o qual permitiu que as falas dos mesmos compusessem o texto final que apresentamos. A presença dos bens imóveis e a ocupação da área específica de pesquisa possibilitaram identificar estratos específicos de ocupação da área que são explicados neste texto. A presença Guarani, amplamente estudada por outros pesquisadores foi marcada pelo achado arqueológico realizado por um morador local que serviu de base para a investigação dos dados já existentes sobre a área. Esta nova luz possibilitou, na interação com os pensamentos dos locais, construir uma noção sobre o início da ocupação da mesma. A chegada dos europeus a área foi detectada pela criação de sesmarias e redução drástica da presença indígena na área. A presença dos caminhos que vincaram aquele solo são características marcantes das necessidades da implantação do modelo colonial português na região. O estabelecimento português na área mais ampla que envolve nosso foco de trabalho, como é o caso das charqueadas pelotenses, foram dinamizadas com a presença de mão de obra escravizada. Esta foi em grande parte trazida dos seus territórios invadidos na África e no estabelecimento da autonomia territorial do Brasil (na independência), proporciona a passagem de muitos indivíduos e grupos como fugidos àquele processo de opressão, constituindo quilombos em áreas próximas (nome dado a uma das localidades em investigação). A independência política de Portugal possibilitou uma nova dinâmica de ocupação. O deslocamento de colonos europeus para o sul do Brasil e em especial para esta área representa outro estrato de ocupação. Esses colonos pensaram e estruturaram uma nova dinâmica de inserção territorial, da qual damos conta, através de estudos da cultura matéria ainda visível no terreno, como taperas e ruínas, que as representam, bem como dos próprios moradores atuais que são seus descendentes. Ao final mostramos como é importante aproximar as visões científicas e das comunidades locais. As primeiras produzidas muitas vezes a revelia dos próprios moradores que conhecem profundamente a ocupação das áreas.

Palavras-chave: arqueologia compartilhada; Guarani; colonização; Pelotas

Abstract

NEVES, Cristian Costa das. human occupation in the Serra dos Tapes space, the case of districts Cerrito Alegre and Quilombo / Pelotas - RS. 2014. 145 F. Dissertation (Master Degree in Anthropology - Area of Concentration in Archaeology) - Graduate Program in Anthropology (PPGAnt), Institute of Human Sciences , Federal University of Pelotas , Pelotas , 2014.

The present study is the result of a shared archeology work realized with a community of European descendants living on Cerrito Alegre and Quilombo districts, on the city of Pelotas, Rio Grande do Sul. The archeological research unveiled a study of a long-time occupation of these areas. The text runs through the many archeological strata detected in the region with the help of local residents. We centered the investigation in a small working area that enabled to identify a Guarani site during the field stages, as well as a colonial succession by area of Portuguese occupation, and on the third moment investigated, the presence of a modern occupation of Germanic groups. The field methodology was developed from the local dynamic, marked by the area's actual resident's interests, being monitored by the researcher, which enabled that their speeches composed the final text here presented. The presence of immobile goods and the occupation of the specific area of research made possible to identify specific strata of occupation of the area that are explained on this work. The Guarani presence, widely studied by other researchers, was labeled by the archeological finding made by a local resident that served as a foundation to the investigation of existing data about the area. This new light enabled, through the interaction with the residents thoughts, to build a new notion on the beginning of its occupation. The arrival of the Europeans on the area was detected by the creation of *sesmarias* and drastic reduction of indigenous presence on the area. The presence of paths that creased that soil is a remarkable characteristic of the necessities of implementing of the Portuguese colonial model on the region. The Portuguese establishment on the larger area that covers our work's focus, like the Pelotas' *charqueadas*, were streamlined by the presence of enslaved manpower. This was largely brought over from their invaded territories on Africa, and at the establishment of territorial autonomy on Brazil (on independence), provides the passage of many runaway individuals and groups from that oppression process, creating *quilombos* on nearby areas (name given to one of the researched locations). Portugal's political independence enabled a new occupation dynamic. European settler's displacement to southern Brazil, and in special to this area, represents another occupation stratus. These settlers thought and structured a new dynamic of territorial insertion, of which we handled through studies of material culture still visible on the terrain, like *taperas* and ruins, that represents them, as well as the actual residents themselves, that are their descendants. By the end, we show how it's important to approximate the scientific and local community visions. The first, many times produced without the input of the residents that deeply know the areas' occupation.

Keywords: shared archeology; Guarani; colonization; Pelotas.

Índice de figuras

Figura 01:	Áreas de dispersão dos sítios de tradição Guarani na região de Pelotas-RS.....	16
Figura 02:	Localização das unidades geomorfológicas do Estado do Rio Grande do Sul.....	17
Figura 03:	Área piloto em conjunto a outros dez sítios a identificados na pesquisa de mestrado de Milheira, 2008.....	32
Figura 04:	Vista geral do sítio PSGPA-01-Raffi, ao fundo o morro Três Cerros.....	33
Figura 05:	Vista geral do sítio PSGPA-01-Raffi, ao fundo o morro Três Cerros.....	34
Figura 06:	Fragmentos cerâmicos encontrados pelo Sr. Juca	34
Figura 07:	Fragmentos cerâmicos encontrados pelo sr. Juca	35
Figura 08:	Fragmentos cerâmicos encontrados pelo sr. Juca	35
Figura 09:	Em destaque área piloto onde foram encontrados fragmentos de ocupação Guarani	36
Figura 10:	Vista lateral da antiga fabrica de celulose	37
Figura 11:	Visão ampla da área da Serra do Sudeste	44
Figura 12:	Carta topográfica de Monte Bonito	46
Figura 13:	Carta topográfica de Monte Bonito na integra	47
Figura 14:	Figura que caracteriza a Bacia Hidrográfica da cidade de Pelotas-RS	48
Figura 15:	Prédio antigo localizado na rodovia (RS-737)	77
Figura 16:	Em destaque antigo prédio do Cerrito Alegre na rodovia (RS-737)	77
Figura 17:	Edificação datada do ano de 1931 localizada na rodovia (RS-737)	78
Figura 18:	Cemitério situado ao lado de igreja luterana, localizado na rodovia (RS-737)	78
Figura 19:	Cemitério localizado na saída da rodovia (RS-737)	79
Figura 20:	Ponte sobre o arroio Andrade	80
Figura 21:	Prédio antigo no vale dos Andrada	80

Figura 22:	Vista geral da parte nordeste do sítio Guarani	82
Figura 23:	Vista geral da parte nordeste do sítio Guarani	83
Figura 24:	Vista da lateral onde localizava-se a roda da'agua	85
Figura 25:	Vista da área onde se localizavam os tanques para produção de celulose	85
Figura 26:	Vista geral do pilar do arroio Andrade	86
Figura 27:	Vista da fachada das ruínas da antiga fábrica de Celulose	87
Figura 28:	Destaque para um pequeno recorte da região da Serra dos Tapes, onde concentra-se uma dezena de sítios Guarani	113
Figura 29:	Principais cessões de terras que formaram o núcleo charqueador pelotense	114
Figura 30:	Vista interna das ruínas da antiga fábrica de celulose	135
Figura 31:	Vista geral da fachada da fábrica de celulose	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1.	
O UNIVERSO DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA SERRA DOS TAPES	24
1.1 O AMADURECIMENTO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	25
1.2 UMA LEITURA EM ESTRATOS	26
1.3 DESVELANDO O LONGO PROCESSO HISTÓRICO REGISTRADO NA PAISAGEM DA SERRA DOS TAPES.....	29
1.4 O FOCO NOS COLETIVOS INDÍGENAS E AS SUCESSIVAS OCUPAÇÕES ESTABELECIDAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE PELOTAS - RS	30
1.5 CONCEITUANDO ESPAÇO NO CONTEXTO DA PESQUISA.....	40
1.6 O LUGAR DA PESQUISA.....	43
1.7 O PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO	49
CAPÍTULO 2.	
A CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DA ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DA REGIÃO .	55
2.1 A CIÊNCIA ARQUEOLÓGICA	55
2.1.1 O Desenvolvimento do Pensamento Arqueológico como Base para Compreender a Serra do Sudeste	57
2.1.1.1 Enfoque Histórico-Culturalista.....	60
2.1.1.2 Enfoque Processualista	63
2.1.1.3 Enfoque Pós-Processualista.....	65
2.1.1.4 A Arqueologia da Qual Somos Herdeiros.....	66
2.2 INFLUXOS DA HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE	67
2.3 ARQUEOLOGIA COMPARTILHADA NA SERRA DO SUDESTE	70
2.3.1 Um Compartilhar de Experiência.....	74
2.4 O ENTRETECER DE NOSSA REDE DE CONHECIMENTO	75
2.5 DESCREVENDO OS ESTRATOS DA PAISAGEM NA SERRA DOS TAPES	75
2.6 AS TESSITURAS DAS REDES DE COMPARTILHAMENTOS	84
CAPÍTULO 3.	
POR UMA ARQUEOLOGIA EM ESTRATOS	88
3.1 ARQUEOLOGIA GUARANI UM PRIMEIRO ESTRATO	89
3.1.1 Uma Paisagem Guarani em Estratos.....	90

3.1.2 Coletivo Guarani: Origem e Expansão.....	94
3.1.3 O Modo de Ser Guarani.....	95
3.1.4 O Sistema de Assentamento Guarani.....	97
3.1.5 Os Guarani na Serra dos Tapes	98

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E SEUS PRINCIPAIS ESTRATOS NA SERRA DOS TAPES..... 102

4.1 AS INFLUÊNCIAS DA OCUPAÇÃO IBÉRICA NO SUL DO BRASIL.....	103
4.2 UMA REDE DE CONTRABANDO NO PRATA	104
4.3 AS PRIMEIRAS CESSÕES DE TERRAS NO SUL DO BRASIL.....	108
4.4 ARROIO PELOTAS E O PÓLO CHARQUEADOR	111
4.5 AS CESSÕES DE TERRAS QUE FORMARAM OS NÚCLEOS POPULACIONAIS PELOTENSE	112

CAPÍTULO 5

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE IMIGRANTES NO SUL DO BRASIL 116

5.1 OCUPAÇÃO COLONIAL UM TERCEIRO ESTRATO.....	118
5.2 AS COLÔNIAS DA SERRA.....	120
5.3 O COLONO IMIGRANTE NA SERRA DOS TAPES	122
5.4 A PRESENÇA DO NEGRO NA SERRA	128

CONSIDERAÇÕES FINAIS 131

REFERÊNCIAS..... 137

INTRODUÇÃO

O estudo que apresentamos é fruto dos questionamentos propostos para compreender a origem dos objetos arqueológicos que sucessivamente foram encontrados por moradores, muitos desses descendentes de colonizadores europeus, na região serrana próxima ao centro urbano da cidade de Pelotas. Estudos anteriores desenvolvidos por pesquisadores associavam estes achados a presença antiga de índios nestas mesmas áreas. De mesmo modo, intrigava-nos também a presença de estruturas edificadas abandonadas e mesmo prédios ainda em uso, construções muito antigas, localizados em áreas próximas a estes achados.

Olhando para estes lugares, observamos suas sucessivas ocupações, o que nos fez inferir que esta ocupação espacial de mesmas áreas, por grupos diferentes, em diferentes momentos, em processos contínuos, fora realizada por alguma motivação. Esta intrigante relação nos fez construir esta proposta, relacionando as ideias já evidenciadas pelos pesquisadores com as ideias dos moradores locais, sobre a ocupação dessa área.

Os estudos acerca da cultura indígena vêm crescendo consideravelmente nas últimas décadas. Parte desses estudos foi impulsionado pela crescente criação de novos cursos de graduação nas instituições públicas, durante o final da primeira década do século XXI. Áreas de pesquisas como Antropologia e Arqueologia vêm aprofundando seus interesses nos estudos sobre o comportamento humano e sua forma de configurar e reconfigurar o espaço por ele utilizado.

As pesquisas da Antropologia e Arqueologia vêm observando a cultura, os hábitos, origens e história dos diversos coletivos (coletividades¹) que ocuparam e

¹ “A coletividade não é uma simples soma de indivíduos, assim como o todo não é uma mera junção das partes, como afirmou, há 2.500 anos, o filósofo grego Platão. (...) As coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes. (...) São, portanto, inúmeras as coletividades que convivem em constante interação e mudança.” (FUNARI & PELEGRINI, 2009, pp. 9-10). O termo coletivo, ou coletividade utilizado por nós nesse trabalho, busca designar um sentido oposto à noção de individualidade. Nesse sentido, a palavra coletivo está concebida pela noção de social, podendo esta ser representada pelas mais diversas categorias identitárias: *Grupos Étnicos, Povos, Nações, Comunidades Religiosas, etc.* Ao utilizarmos o termo coletivo ou coletividade fazemos com o intuito de referirmos a toda e qualquer dinâmica de interações que possa existir entre indivíduos, ou mesmo grupos que compartilham interesses em comum, em um dado espaço ou tempo criando entre eles um senso de pertença identitária. Assim como na sociologia, em nossa pesquisa entendemos por coletividade toda interação decorrente de relações sociais entre um determinado conjunto de pessoas que gozam dos mesmos gostos, hábitos, ritos, crenças, ou costumes. Dentre os muitos valores compartilhados entre indivíduos pertencentes a uma dada coletividade podemos destacar origens étnicas, históricas, parentela ou lingüísticas. Cremos por bem, não associarmos coletividade a noção de *sociedade*, visto

ainda ocupam a diversificada paisagem do sul do Brasil. Dentre os muitos coletivos que ajudaram a conformar a atual paisagem sul brasileira, destacamos as coletividades indígenas e quilombolas. Ambas com enorme participação na configuração do espaço social no sul do Brasil, reconfiguraram a cultura regional mesmo que pensadas como mão de obra escravizada no processo de impulsionamento da economia local.

Essas duas influências culturais, de forma genérica, marcaram a região com suas presenças humanas se perpetuam até a atualidade na região sul do Brasil. Embora a ação no sentido de desenvolver uma enorme campanha de branqueamento populacional brasileiro, durante quase dois séculos, essas coletividades e suas múltiplas etnicidades persistiram resistindo a quase todas as variadas ações de genocídios e etnocídios, aplicados contra suas populações. Segundo o olhar de determinados grupos, que controlavam a política vigente, esses não se ajustavam aos modelos por eles idealizados de um padrão de sociedade brasileira.

A importância dessas coletividades na configuração desse espaço social é tamanha que pode ser percebida na própria toponímia da região da serra do sudeste, a qual nos apresenta espaços sociais que evidenciam uma efetiva presença dessas coletividades e que até hoje são referência na região. São os casos do *Arroio Quilombo*, *Arroio Pelotas*, *Arroio Capão*, *localidade de Quilombo*, *Três Cerros municípios de Canguçu*, *Turuçu*, *Capão do Leão* e *Camaquã*, bem como a própria serra do sudeste também denominada *de Serra dos Tapes*². Todas elas denominações de localidades que compõem a toponímia da referida região serrana.

A palavra *tape* (*tapê*) na língua guarani (BORDONI, S/D, p. 622) indica caminho, ou seja, local de deslocamento entre áreas. Tal aspecto deve-se exatamente a condição geográfica, pois a série de lagoas e áreas alagadas da proximidade da Lagoa dos Patos impede uma circulação fácil por aquela área. Assim o caminho entre o sul e o norte pelo interior, fora antiga rota pelo litoral Atlântico era esta serraria. E em nosso estudo verificamos que o termo está

que esta possui conceituação mais complexa do que meramente um conjunto quantitativo de indivíduos que compartilham certos interesses em comuns.

² Apresentaremos esta área sempre por esta toponímia, tendo em vista a sua perpetuação nos documentos e nas referências locais. A sua ênfase na questão dos ditos índios Tape (um dos codinomes utilizados para os Guarani) é que nos impulsionou a estudar a região e por isso preservamos esta nomenclatura em nosso trabalho.

associado a própria ideia de ocupação da área nestes vários anos que o estudo se aplicou. Simbolicamente também, para nós, esta área e o estudo dela nos possibilitou na nossa formação criar um novo caminho científico para entendê-la. Assim há uma adequação significativa do uso do termo Serra dos Tapês.

Segundo Claval (2001), a toponímia é uma herança que nos é entregue por culturas passadas. Para Claval quando denominamos lugares, efetivamos uma verdadeira tomada de posse daquele determinado espaço o que acaba nos dando referência e orientação sobre esse dado local.

“todos os lugares habitados e um grande número de sítios característicos na superfície da Terra têm nomes – freqüentemente há muito tempo. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos descobridores. Um verdadeiro tapete de nomes recobre a terra que se torna assim objeto de discurso. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”. (CLAVAL, 2001, p.189).

As duas coletividades, afrodescendente e indígena, possuem forte registro de suas presenças na região sul brasileira, mas o foco de nossa pesquisa sempre esteve voltado para o processo de ocupação humana da coletividade indígena ocorrido no espaço serrano da Serra dos Tapes. Mais precisamente nosso olhar estava direcionado para as ocupações Guarani, as quais tiveram início ainda nos primeiros assentamentos indígenas desenvolvidos no período anterior a colonização europeia nessa região. Ao fazermos referências aos índios Tapes estamos nos referindo aos Guarani, também conhecidos como arachane e carijó.

Quando os colonizadores deram nomes locais diferentes, como guaranis, tapes, carijós, arachãs, etc. aos grupos que falavam guarani apenas identificavam locais diferentes onde os índios viviam, como nós quando falamos do homem da Campanha, da Serra ou do Litoral. (SCHMITZ, 2006, p. 32).

Muitos são os registros que indicam que no prelúdio do período da colonização europeia na América do Sul, ainda nos séculos XVI e XVII, quase que a totalidade das áreas de mata subtropical ao largo da costa na serra era ocupada por coletividades Guarani (SCHMITZ, 2006, p.37). O estudo na região nos possibilitou, no entanto, reconhecer as ocupações que se sucederam a esta e sua percepção na

atualidade. Continuamos nosso enfoque sobre o lugar e percebemos que sua constituição geomorfológica é também um dos motivos de sua ocupação.

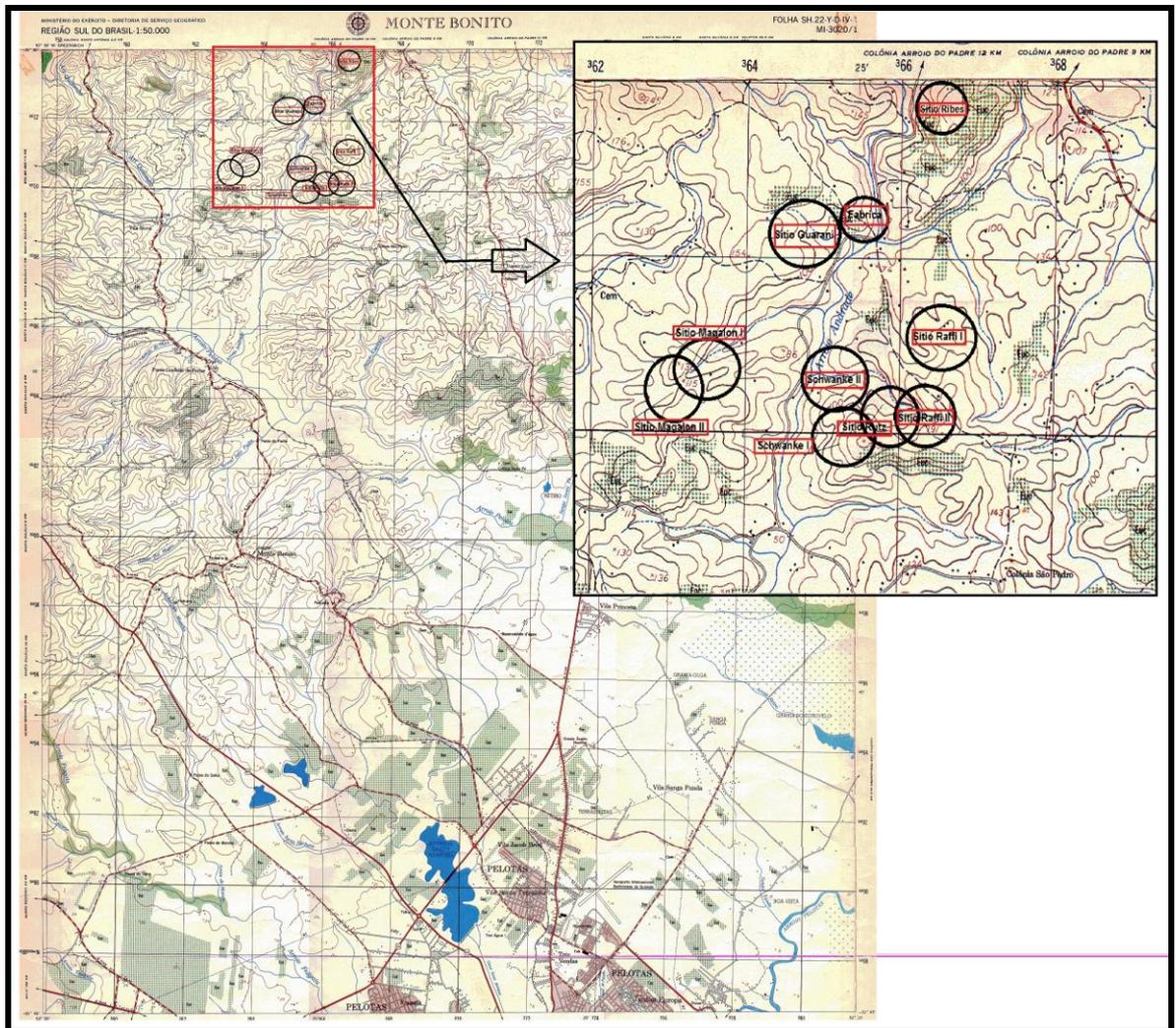


Fig. 01 Áreas de dispersão dos sítios de tradição Guarani na região de Pelotas-RS. Fonte: Recorte da Carta Topográfica de Monte Bonito.

Frente o cenário da constituição geomorfológica do lugar de nossa pesquisa, faz-se necessário ater ao fato de que o recorte geográfico correspondente a região designada de Serra dos Tapes é parte integrante de um acidente geográfico denominado de *Planalto Uruguaio-Rio-Grandense*, o qual se localiza entre o extremo sul do Brasil e norte do Uruguai. Acreditamos também ser igualmente imperioso elucidar que esta região hoje denominada de Serra dos Tapes está politicamente configurada pelas cidades de Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo.

Devido sua grande abrangência espacial e temporal a serra oferece um enorme potencial histórico sobre o desenvolvimento demográfico da região sul do Rio grande do Sul. Localizada em uma zona alta e ondulada do Planalto Uruguaio-Rio-Grandense, a Serra dos Tapes possui sua formação geomorfológica configurada pelo Escudo Cristalino, essa região tem sua constituição de origem pré-cambriana com predominante incidência de rochas tipo granítica e migmatito, sendo ela formada por uma das áreas cristalinas mais antigas da terra (ROSA, 1985).

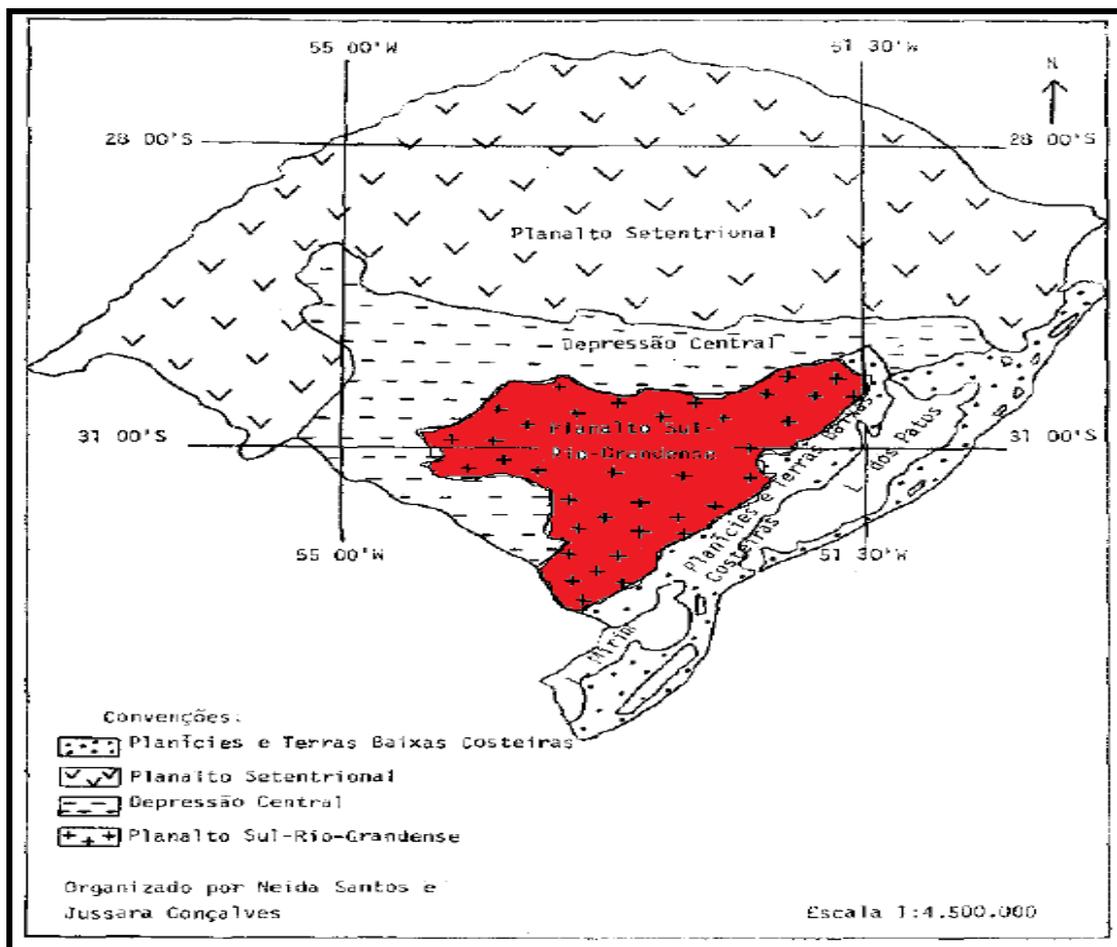


Fig. 02. Localização das unidades geomorfológicas do Estado do Rio Grande do Sul (Boletim Gaúcho de Geografia- UFRGS. <http://seer.ufrgs.br/bgg>).

A área mais elevada e dobrada, próxima a região lagunar e ao mar, coberta pela floresta trouxe ao lugar inúmeras comunidades interessadas em sua ocupação física como espiritual. Grupos de caçadores generalizados³ provavelmente foram seus primeiros ocupantes, seus acampamentos pequenos e dispersos no terreno

³ Associados a Tradição Arqueológica Umbu, conforme estudos do PRONAPA. (DIAS, 2003).

deixaram poucos rastros de sua ocupação⁴. A ampliação da área de dispersão dos Guarani e a presença das matas subtropicais provavelmente foram um dos motivos pela escolha da área para organizar suas aldeias no lugar. A continuidade da ocupação é percebida já com a presença de europeus. A área tornou-se caminho de tropas de bovinos, muares e outros animais criados nas Vacarias do Mar.

Na continuidade essa região ficou localizada próxima a dois pólos charqueadores (Pelotas e Rio Grande) servindo de esteio para muitos coletivos que buscavam refúgios tanto nos períodos de guerra, como de evasões por fuga da mão de obra escravizada. Sua configuração geomorfológica possibilita um manancial físico que ajudou a condicionar as ocupações humanas: boa altitude, ótimos cursos hídricos, solo fértil e boa matéria-prima para os mais diversos instrumentos. Após uma multiplicidade de ocupações que essa região sofreu, sua paisagem acabou ganhando contornos diferentes do original que ainda hoje são perceptíveis, tornando a serra um espaço de estratigrafia singular.

A longínqua temporalidade de múltiplas ocupações humanas tornou inviável a execução de um estudo mais aprofundado que abarcasse todas as coletividades⁵ que usufruíram desse extenso espaço sócio ambiental. Contudo, considerando nosso interesse inicial de investigação firmamos o foco na ocupação humana desse espaço serrano no Rio Grande do Sul, desde as ocupações dos coletivos Guarani até o início do século XX, apesar de manter um longo tempo, poderíamos com isso cumprir nosso desejo de compreender os entendimentos que as coletividades mais recentes teriam destes grupos anteriores.

Em nosso projeto inicial tínhamos como foco principal a análise do universo da ocupação indígena na Serra dos Tapes, mais precisamente a coletividade Guarani, que ocupou de maneira efetiva as áreas de mata da serra. Devido ao fato desse ser um período em que o processo de ocupação humana marcou fisicamente o lugar deixando nele vestígios patentes da materialidade destas ocupações. Frente esse panorama analisamos o processo ocupacional preteritamente ligado aos grupos indígenas estendendo até as dinâmicas coloniais mais recentes.

⁴ Os nossos estudos não detectaram estes ocupantes apesar de haver referências a sua ocupação na região.

⁵ Esses são os casos de caçadore-coletores de coletividades da conhecida Tradição Arqueológica Umbu (segundo as formas de abordagem do PRONAPA) que durante um longo período ocuparam as regiões de campo próximas às matas do extenso território do atual Estado do Rio Grande do Sul (SOARES; KLAMT. 2005).

O Guarani era um agricultor da mata subtropical, como depois seria o imigrante alemão. Esta mata se havia desenvolvido desde uns 5.000 a 6.000 anos antes, quando a região, após um período frio e seco, (...). A mata se desenvolveu somente em determinadas condições e cobria uma parte reduzida do território. De modo geral era a encosta baixa, quente e úmida do planalto, seguindo o curso médio dos rios nele encaixados, especialmente o Jacuí e o Uruguai. Também cobria uma parte da serra do Sudeste. As áreas aplanadas baixas, incluindo o curso inferior desses rios, não eram favoráveis a seu desenvolvimento, por estarem cobertas de campos, como não o era o planalto e a sua alta encosta, a terra dos pinheirais, da mata mista e de campos elevados (SCHMITZ, 2006. p.38).

Nosso interesse inicia a partir de pesquisas anteriores elaboradas nessa região, as quais detectaram a presença de vestígios da ocupação de coletividades Guarani. Estas detalharam seus padrões de assentamentos, sua organização social e compreensão do espaço e recursos naturais disponíveis a esses grupamentos humanos. Através dos vestígios registrados na paisagem da Serra dos Tapes aspiramos pela compreensão sobre a relação desses grupos com o uso do espaço serrano. Embasado na perspectiva de Paul Claval acreditamos que espaço natural e cultura são indissociáveis. “*Não há sociedades sem espaço para lhe servir de suporte*” (CLAVAL, 2001, p.207).

Investigamos em nosso trabalho a participação indígena no processo histórico-cultural brasileiro, apesar das afirmações de que história indígena da região da serra se desenvolva no período pré-colonial americano. Compreendemos que ela se estendeu através das rupturas históricas até os dias atuais. Buscando afirmar este pressuposto pensamos nesse processo de ocupação humana na serra como uma história de longa temporalidade, onde o registro histórico não abandona o processo ocupacional das coletividades indígenas iniciado e revisitado por seus sucessores.

No transcurso de nossa pesquisa não apenas a coletividade Guarani centrou nossos olhares, outros grupos humanos ganharam evidência. Nosso universo inicial de pesquisa transcendeu a análise da ocupação por parte de uma única e determinada coletividade para um universo mais complexo. Ao longo de nosso trabalho a percepção dessa marcante paisagem serrana nos direcionou para um novo e mais enriquecido centro de atenção; os distintos *estratos*⁶ que registram o longo processo de ocupação humana ocorrido na serra.

⁶ Por estratos compreendemos as diferentes formas de ocupação que a região da Serra dos Tapes sofreu ao longo de sua formação enquanto cenário da atuação humana. No decorrer desse trabalho, nos aprofundaremos na conceituação do termo estratos, por ora vale esclarecer que a definição de

Compreendendo ser esse um processo de ocupação de longa temporalidade, que perpassou diferentes momentos, ou períodos contextuais, que relacionamos aos *estratos* de ocupação humana, *estratos* estes que marcam a configuração de contextos arqueológicos. Direcionamos então nosso foco para o espaço da Serra dos Tapes e por sua vez para os diferentes períodos de sua ocupação. Com isso, agora não mais privilegiamos a história de uma única coletividade, mas da multiplicidade de coletivos que contribuíram para configuração da paisagem por meio desse longo processo de ocupação humana ocorrido no espaço da serra no Rio Grande do Sul.

Esta convergência temática e, portanto, de análise foi sendo construída após apresentação do nosso projeto de qualificação para a defesa de mestrado e claro remodelando o projeto original que pretendia entender como os moradores atuais e os cientistas sociais interpretavam os achados locais, principalmente no que se refere à cerâmica doméstica. Acreditamos que a partilha de conhecimentos de ambos os lados. Tanto da comunidade de moradores, quanto de pesquisadores acadêmicos servirá de grande valia para enriquecer a compreensão de tais processos de ocupações na serra.

Na primeira parte de nosso trabalho apresentamos conceitos chave que norteiam o pensamento arqueológico e antropológico e os quais serviram de alicerces para nossas análises. Conceitos esses, muitas vezes buscados em outras áreas de conhecimento com na própria geografia social (RAFFESTIN, 1980. SANTOS, 1978). Propomos partilhar com os leitores um pouco do conhecimento elaborado e compartilhado com nossos interlocutores que residem no espaço que hoje nos serve de objeto de estudo (FERREIRA, 2008). Em nosso trabalho, buscamos tecer uma rede de conhecimentos acerca do universo de ocupação humana na Serra dos Tapes, para que dessa forma pudéssemos compreender como é feita a leitura por parte desses atores que configuraram a paisagem serrana. Uma região a qual apresenta inúmeros trabalhos acadêmicos. Todavia, poucos desses contemplando as análises dos locais. Desvelamos os motivos que nos levaram a compreender a ocupação humana na Serra dos Tapes a partir de uma arqueologia em estratos. E para tanto, convidamos o leitor a aproximar-se do nosso

estratos acima citada, faz referencia em particular a três processos sistemático de ocupação, os quais ainda podem ser evidenciados marcas patentes na paisagem serrana, ficando registradas suas ações na estratigráfica dessa área.

lugar de pesquisa, para que o mesmo possa compreender a força, seja ela física ou mesmo simbólica, que o espaço infere em seus ocupantes. E claro, não deixando de apresentarmos parte de nosso percurso investigativo tanto em gabinete quanto em campo.

Na segunda parte de trabalho imergimos em um breve histórico do pensamento acadêmico que pautou as produções textuais na área da arqueologia. Tencionamos com isso por o leitor a par de como se criou o processo de construção do pensamento arqueológico que foi se configurando ao longo do tempo até os dias atuais para entender os enfoques apresentados sobre a Serra dos Tapes. Somos cientes que muitas das matrizes ideológicas que norteiam o pensar arqueológico, não estão aqui contempladas e nem nos sentimos capazes de contemplar tamanho arcabouço teórico. Faz-se necessário elucidar que nunca intencionamos descrever todo o processo de desenvolvimento do pensamento arqueológico. O que acreditamos seria muito audacioso de nossa parte, apenas buscamos eleger as principais matrizes que tradicionalmente influenciaram a construção das pesquisas arqueológicas no Brasil. Para que com isso possamos explicar nossa versão sobre esta história científica demonstrando desse modo de onde estamos falando.

Propusemos aqui uma viagem no desvelamento do pensar arqueológico durante sua construção como ciência acadêmica, demonstrando assim os influxos das múltiplas áreas que contribuíram para que houvesse novas abordagens a respeito dos registros materiais do passado (FUNARI, 2005). Aduziremos os movimentos que permearam o século XIX, e que atuaram diretamente no pensar científico. Desde os debates entre pensadores evolucionistas contrapondo as ideologias criacionistas, em um clássico duelo entre ciência e religião, perpassando por conceitos ainda vigentes nas escolas histórico-culturalistas, bem como aplicações teórico/metodológicas processualista e não menos importante, pelos questionamentos da escola pós-processual. Por fim, uma breve mostra sobre a arqueologia aplicada no Brasil da qual somos legatários. Notoriamente não poderíamos deixar de expor as origens ideológicas da historiografia sul-riograndense que permeiam os tradicionais trabalhos acadêmicos no sul do Brasil do qual também somos parte. Suas matrizes, explanações e motivações que remontam a criação de uma identidade nacionalista que emergia no Brasil dos anos 1920 (GUTFREIND, 1998). Em seguida ratificamos o quão importante foi para nosso

trabalho amplificar a voz das comunidades locais. A necessidade que sentíamos de um compartilhamento de saberes acerca da ocupação humana na região e que nos fez averiguar dentro do pensar arqueológico as contribuições que as novas abordagens trouxeram consigo (GNECCO, 2012).

Na terceira e quarta parte entramos no universo de nossos estratos de ocupações humanas. Descrevemos o que a paisagem da Serra dos Tapes nos apresenta em uma patente e ilustrativa imagem. Adentramos as múltiplas informações que registram as presenças de coletividades indígenas e ibero-americana, bem como do processo de colonização caracterizado por seu vasto “*mosaico de etnicidade*” (CERQUEIRA; SILVA, 2010) e desenvolvido pelo governo imperial brasileiro durante o século XIX, para que desse modo pudéssemos compreender como se efetivaram as variadas estruturas sociais residentes esse distinto espaço serrano. A observação em campo acerca da configuração da paisagem serrana aliada a rede de compartilhamento de saberes dos atores locais, nos exigiu um exercício de olhar multidisciplinar. Investigamos esse processo de ocupação humana pelas variadas lentes da área do conhecimento científico. Sendo esses um árduo caminho, todavia gratificante. Durante as referidas partes expomos nossa visão compartilhada sobre os distintos estratos que configuram a paisagem serrana. Transcorremos os processos das dinâmicas ocupacionais por meio dos vestígios estáticos evidenciados na referida paisagem (BINFORD, 1991). Buscamos através de uma exibição diacrônica apresentar os distintos estratos da ocupação humana na Serra dos Tapes para que no decorrer da compreensão desse processo investigativo seja possível uma melhor absorção acerca das análises sincrônicas desse longo processo de ocupação humana ocorrido no espaço da serra.

Principiamos pelo processo de ocupação indígena ocorrido durante o século XIII, e que se estendeu até as dinâmicas atuais de ocupação (MILHEIRA, 2008). A esse processo ocupacional denominamos de *Estrato Guarani*, visto que nossas análises focam na presença de coletividade Guarani da região da serra. Posteriormente abordamos o período equivalente as primeiras incursões ibero-americanas na região correspondente ao atual extremo sul do Brasil estendendo-se até as cercanias do estuário do Prata, hoje território soberano da República Oriental do Uruguai. Nesse estrato o qual classificamos como *Estrato de ocupação ibero-americana*, examinamos o processo de expansão e subsequentes cessões de terras

por parte da Coroa portuguesa. Culminando no *Estrato de ocupação colonial* instituído durante o século XIX, pelo governo imperial brasileiro. Tendo na presença do colono europeu papel de destaque. Nesse referido estrato abrimos espaço para abordarmos as evidências que registram as presenças africana/afrodescendente na paisagem da Serra dos Tapes.

Convidamos o leitor para que possa durante os capítulos que seguem partilhar dessa rede de conhecimentos que foi sendo tecida ao longo desse projeto de pesquisa acadêmica e que acreditamos possa trazer contribuições para uma arqueologia pública verdadeiramente compartilhada com “atores sintagmáticos” (RAFFESTIN, 1980) desses processos analíticos.

CAPÍTULO 1.

O UNIVERSO DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA SERRA DOS TAPES

O presente capítulo discorrerá sobre o universo teórico e metodológico que estabeleceu a pesquisa arqueológica como forma de investigação que possibilita compreender este tempo longo, uma temporalidade de longa duração, que abordamos em nosso trabalho. Apresentamos a questão norteadora de nossa investigação e para tanto passamos a desvelar as formas de registro na paisagem deste longo período. Demonstramos os motivos que nos levaram a escolher a área e determinar os períodos que se esboçam para nós como estratos horizontais perceptíveis por uma análise vertical dos vestígios marcadores destas ocupações.

Realizamos uma imersão no conceito de *espaço* e *território*⁷, como foco importante a compreensão do universo da pesquisa. Este universo se configura como um lugar fisicamente identificado e para tanto se torna importante apresentá-lo previamente no tempo que iremos abordar. Apresentamos como fomos aos poucos nos apropriando destes lugares, seus ocupantes e sua temporalidade, através de uma metodologia investigativa que compartilha com os ocupantes atuais as informações que estes fornecem sobre estes lugares.

Procuramos durante o transcurso de nosso trabalho compartilhar com os habitantes desse espaço social, que é alvo de nossa investigação, todas as informações que foram surgindo ao longo desse processo analítico. Pois acreditamos que as coletividades locais, que hoje ocupam esse espaço serrano tenha a nos oferecer muito mais que meras informações acerca das antigas habitações que essa área da serra registra.

Em nosso trabalho, interessa-nos mais do que as informações, ou mesmo numerosos elementos que quantifiquem uma possível formulação de um banco de dados acerca do processo de ocupação humana nessa região da serra, ideamos compartilhar a leitura feita por parte desses indivíduos que (re)configuraram a paisagem da serra, sobre esse longo processo de ocupação.

⁷ Buscamos nas interpretações de Santos (1978) e Raffestin (1980), bases para uma melhor compreensão do processo de uso desse espaço serrano e suas significativas alterações na paisagem. Alterações essas promovidas pela territorialização, fruto das relações dos “atores sintagmático” que configuraram essa paisagem, através das consecutivas ocupações humanas na Serra dos Tapes.

1.1 O AMADURECIMENTO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Os estudos arqueológicos realizados em todo país tem por modelo interpretativo investigar as sociedades pretéritas a partir dos conhecimentos elaborados diretamente por outros cientistas humanos, naturais e das ciências exatas. Os lugares são exaustivamente estudados a partir de imagens criadas em laboratórios dando sentidos aos dados coletados em campo. No processo inicial de aproximação com a ciência arqueológica tínhamos este olhar destacado, mas conforme fomos realizando as etapas de investigação em campo verificamos que há outra gama importante de conhecimentos que raramente estão reproduzidas nos textos acadêmicos, isto é, o sentido que as comunidades dão aos seus lugares de ocupação. Portanto, visamos por meio desse estudo propiciar a aproximação entre estes dois olhares e amalgamar outra imagem para essas ocupações humanas pretéritas.

A região da Serra dos Tapes no estado do Rio Grande do Sul, já apresenta trabalhos historiográficos, arqueológicos e etnográficos, mas efetivamente pouco dessa produção contempla o pensamento dos moradores locais, que são descendentes dos primeiros colonos europeus que se fixaram na região. Estes moradores, como arqueólogos amadores, por anos identificaram e coletaram materiais aos quais denominam das mais diversas terminologias desde “cacos de bugres” a “restos de potes de índios” criando com isso um vocabulário arqueológico próprio, bem como constituindo coleções arqueológicas e aferindo a elas sentidos próprios relacionados a seus universos de conhecimento. Nossa presença neste lugar possibilitou-nos uma relação de partilha de conhecimentos diversos. Fomos levados pelos moradores aos locais destes achados antigos e conseqüentemente envolvidos por seus pensamentos sobre estas peças.

A maturação em laboratório no contato com arqueólogos da UFPEL nos fez questionar: se estes objetos aludidos aos “índios”, “bugres” ou outro etnônimo, os quais identificam os nativos ocupantes destas terras, poderiam ser investigados pela arqueologia, pois são objetos com traços e formas idênticas aos objetos que os arqueólogos chamam de cerâmica e lítico Guarani? E considerando as ocupações posteriores em mesma área estas podem configurar algum padrão de ocupação na região Colonial Sul-Brasileira na Serra dos Tapes?

Estas questões nos levaram a retomar as pesquisas em campo dando ouvidos e sentidos as falas de nossos interlocutores locais, habitantes que descendem dos colonos que formaram a região Colonial Sul-brasileira na Serra dos Tapes. Nosso estudo é sobre a ocupação do lugar e neste sentido pensamos em um período longo de abrangência, mas considerando como base central a experiência pioneira na ocupação pretérita realizada por esta provável coletividade que aqui teria se fixado por volta do século XIII, os Guarani.

1.2 UMA LEITURA EM ESTRATOS

Como mencionado anteriormente, nosso trabalho preza por uma análise ocupacional em estratos. Ou seja, acreditamos com base em nossa pesquisa de campo que a região da serra foi ocupada de forma sistemática da qual elencamos três processo de povoamento, os quais deixaram evidentes marcas na paisagem serrana, mudando com isso sua configuração estratigráfica.

Dentro da arqueologia o termo estratos corresponde a unidades de camadas, ou sobreposições de diferentes divisões sedimentares depositadas no solo ao longo de um determinado período. O conjunto dessas diferentes sobreposições sedimentares depositadas no solo denomina-se estratigrafia. Na arqueologia, durante a aplicação de seu estudo de campo, a análise desses diferentes níveis estratigráficos, pode indicar se houve algum tipo de ocupação humana no local e qual número de ocupações sucessivas que esse determinado ambiente comportou (FUNARI, 2006).

A estratigrafia arqueológica é a ordem em que se depositaram as camadas sucessivas de sedimentos e objetos ligados a estes no espaço convencionado como sítio arqueológico, ou seja, lugar de ocupações humanas no passado. É possível por tanto compreender as cronologias de ocupação verificando a superposição destes sedimentos e de seus objetos relacionados, deixados nestes lugares estes objetos repousam a diferentes profundidades configurando as sequencias etnográficas. Mas a percepção de objetos mesmo em lugares distintos que reafirmam as sucessões de ocupação são bases para apoiar os estudos estratigráficos, ou seja, os objetos podem não estar diretamente no mesmo sítio ou lugar, mas representam momentos de ocupação diferentes e superpostos (conf. BRÈZILLON, 1990, p.103-104).

Assim, de acordo com Clark (1939) o pré-historiador deve utilizar o método comparativo etnográfico para saber como as sociedades extintas funcionaram no passado. As comparações dos remanescentes arqueológicos deverão ser feitas com outras sociedades semelhantes que ainda estão em atividade, para então estabelecer um conjunto de correlatos que permitiram ao pesquisador construir um modelo para os vários aspectos da vida social e mostrar como eles se inter-relacionam e como o estudo de cada um pode contribuir para a compreensão do todo (DI BACCO, FACCIO, LUZ, 2009, p. 214).

As palavras de Clark no olhar sobre a pré-história não se afastam dos estudos da arqueologia histórica e o uso da comparação etnográfica não se restringe aos que não existem mais. Ao compreendermos o uso do espaço no presente mesmo que de coletivos diferentes daqueles do pretérito podem ajudar a compreender os coletivos do passado que ocuparam o mesmo ambiente. Neste sentido as comparações dos remanescentes arqueológicos feitas entre coletivos diferentes no mesmo espaço, ajudam a estabelecer correlações que permitem ao arqueólogo evidenciar os vários aspectos da vida social daqueles coletivos no passado e demonstrando suas inter-relações e constroem uma compreensão do todo daquele lugar. Pensando nesta possibilidade é desenvolvemos estudos dos grupos do presente e de seus entendimentos sobre o passado para ampliar as possibilidades de compreender o todo da ocupação daquela área. Compreender estratos é compreender contextos.

Os processos de formação cultural são atividades como o descarte de ferramentas desgastadas, deposição dos mortos e abandono de itens utilizáveis ao sair de um lugar, que transformam os materiais de um contexto sistêmico para o contexto arqueológico. Processos de formação não cultural, tal como deposição eólica, erosão, tocas de animais, agem nos materiais culturalmente depositados, transformando-os ainda mais (SCHIFFER, traduzido pelos autores Apud DI BACCO, FACCIO, LUZ, 2009, p. 220).

Para nossos estudos esta noção de contexto da arqueologia processual é uma base importante para entender estes universos de ocupação do passado. Estamos buscando entender os contextos sistêmicos, mas baseado nos contextos arqueológicos das ocupações. No nosso estudo estes contextos estão amplificados por artefatos espelhados em uma área maior que o sítio que é foco de nossa pesquisa.

O contexto das habitações, por exemplo, permite estabelecer o tamanho dos grupos que habitavam o lugar. Também aborda a importância dos achados fechados como as sepulturas, para a seriação dos artefatos, da tecnologia e da matéria-prima dos objetos, para determinar a origem exata dos mesmos, bem como do comércio como meio de o homem vencer as limitações ecológicas. Enfim, todos esses elementos são importantes, pois estão interligados a muitos aspectos da vida social. (DI BACCO, FACCIO, LUZ, 2009, p. 214).

Na compreensão destes contextos a ausência de materialidade nesses diferentes níveis estratigráficos é um forte indicativo para definir se houve ou não uma ocupação em determinada área. Isso metodologicamente embasado no estudo da “lei de superposição⁸” elaborada por Nicolaus Steno (1638-1686) e posteriormente corroborada pelos pesquisadores James Hutton (1726-1797) e Charles Lyell (1797-1875) (Conf. NOGAROL, 2011).

A análise bibliográfica e nossas observações in locus localizaram na Serra dos Tapes, “no mínimo”, três distintas formas de ocupação humana com suas múltiplas variações de assentamentos as quais transformaram sucessivamente a paisagem serrana ao longo do tempo.

Em um primeiro momento detectamos o estrato de *ocupação indígena*, personificada naquilo que os arqueólogos indicam ser a coletividade Guarani, subsequentemente sobreposta pela ocupação ibero-americana, abundantemente registrada, todavia nem sempre efetivada pela presença física de seus sesmeiros, devido ao modelo de política expansionista lusitano e suas subsequentes concessões de terras⁹.

Por fim, nosso enfoque de trabalho analisa um terceiro estrato representado pela distribuição dos lotes coloniais para imigrantes europeus, durante o século XIX. Nesta visão por partes configuramos uma temporalidade de longa duração e sobre esta diacronia que trataremos a seguir.

⁸ O conceito da “lei de superposição” será melhor abordado durante o terceiro capítulo desse trabalho. Todavia, vale ressaltar que ao longo desse trabalho usaremos frequentemente o termo estrato, ou estratos para nos referirmos as diferentes ocupações efetivadas na Serra dos Tapes.

⁹ Essas outorgas de terras foram instituídas ainda no século XIV, durante o reinado de D. Fernando I. Trata-se de uma lei agrária da referida época acerca de incentivo para produção agrícola e para o cultivo de terras ermas. Ou seja, nada mais era do que concessões de terras na forma de simples concessões administrativas sobre o domínio público, registradas com o dever de cultivo. (NOZOE, 2006). Mais adiante abordaremos esse modelo de concessão de terras implementado pela Coroa portuguesa em terras brasileiras e que denominamos de sesmaria.

1.3 DESVELANDO O LONGO PROCESSO HISTÓRICO REGISTRADO NA PAISAGEM DA SERRA DOS TAPES

Devido à necessidade da compreensão desse processo de ocupação humana promovido no período que antecedeu a colonização europeia na América, buscamos fornecer dados acerca das múltiplas ocupações efetivadas na região da Serra dos Tapes e que estão presentes nos diferentes níveis estratigráficos desse espaço social serrano enriquecendo ainda mais sua opulente paisagem. Acreditando ser imprescindível a apreciação dos distintos estratos perceptíveis nesse processo de ocupações humanas da serra, efetivamos a leitura dessas ocupações de maneira individual e isolada. Sobrepondo a leitura desses estratos uma as outras, para com isso identificarmos as semelhanças e diferenças desses processos ocupacionais efetivados.

Reconhecemos as leituras da paisagem na Serra dos Tapes, elaboradas pelos distintos coletivos que ainda ocupam esse espaço. Ou seja, compartilhar nossas leituras com esses “atores sintagmáticos” que de diferentes maneiras transformaram aquele espaço físico em *território* (RAFFESTIN, 1980), ou como utilizaremos no transcórre de nosso trabalho em espaço social (DI BACCO, FACCIO, LUZ, 2009, p. 214). No caso em questão nos debruçamos na definição de território elaborada por Claude Raffestin.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (1980, p. 143).

Portanto, por meio de um tecer de relações com esses atores sociais e embasados pelos conhecimentos locais, visamos demonstrar as peculiaridades entre as múltiplas formas de leitura acerca dessa paisagem¹⁰ serrana produzidas por esses “atores sintagmáticos” que ainda configuram esse panorama serrano. Bem como objetivamos corrigir (mesmo que em longo prazo) um reiterado engano acerca do pioneirismo da presença humana na região da Serra dos Tapes. Este discursa

¹⁰ Salientemos que por paisagem compreendemos o conjunto de moldes que expressa o legado das intermitentes relações entre homem e natureza (SANTOS, 1997).

em prol de uma ocupação humana de origem européia na região serrana em detrimento a todo longo histórico de ocupação indígena e de considerável presença africana e afro-descendente registrada na estratigrafia e contextos da serra.

1.4 O FOCO NOS COLETIVOS INDÍGENAS E AS SUCESSIVAS OCUPAÇÕES ESTABELECIDAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE PELOTAS - RS

Tencionamos, nas páginas seguintes, mostrar um pouco da metodologia de campo desenvolvida como fruto deste novo olhar para atividade arqueológica, não mais forjada pelo cientista que ocupa o lugar central da ação, mas como mais um dentro do processo da pesquisa. A importância da construção dessa rede de relações com a comunidade serrana foi vital para compreensão dos dados em nosso trabalho. Estudos anteriores renunciaram a esse compartilhamento de conhecimentos locais¹¹, os quais trouxeram consigo um enorme prejuízo para o entendimento acerca das alterações na paisagem da Serra dos Tapes.

Em nossa perspectiva não há melhores leitores que esses atores sociais, que nos ajudam a promover um real significado do uso desse espaço e suas relações sociais. A possibilidade de integrar o conhecimento local a nossa pesquisa mudou metodologicamente o próprio tratamento desenvolvido em campo. Nossas ações passaram a depender também dos atributos significativos locais elencados por nossos interlocutores. Esta interação em campo nos permite observar na ótica do outro, mas também limitar as nossas visões anteriores preestabelecidas pelos estudos acadêmicos anteriores.

Foi através dessa rede de relações construída junto a membros da comunidade serrana que se tornou viável a realização do mapeamento de alguns dos sítios arqueológicos situados nas proximidades do Arroio Andrade. Fazendo uso dessa pesquisa compartilhada¹² e tendo o auxílio desses interlocutores locais (membros da comunidade serrana) que nos guiaram pela região, é que foi possível

¹¹ Em muitas vezes valeram-se destes conhecimentos, mas não apresentaram as fontes.

¹² A arqueologia compartilhada pode ser entendida como pública ou comunitária que significa envolver a população local nas pesquisas e na preservação de seu patrimônio arqueológico. “A Arqueologia comunitária, ao protagonizar as comunidades no palco de atuação das pesquisas, permite-lhes decidir as formas de exibição e apresentação pública do patrimônio cultural.” (FERREIRA, 2008, p. 88).

registrar os diferentes estratos que evidenciam essas ocupações pretéritas, dentre os quais apresenta-se as ruínas da antiga fábrica de celulose edificada ainda no final do século XIX, bem como dar início a um processo de avaliação de potencialidade e atual situação de conservação desses sítios.

Ante as narrativas dos indivíduos que hoje habitam o espaço serrano, verificamos a ocupação das paisagens serranas, num processo histórico de longa temporalidade, iniciado pelos coletivos indígenas, perpassando pelos influxos de populações tradicionais¹³ e fechando com o atual panorama constituído pelos moradores das áreas rurais do município de Pelotas-RS.

Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa realizamos um levantamento, acerca do potencial arqueológico da área serrana, que na perspectiva linear da ciência instrumental desenvolvida até o presente na academia seria percebido como assistemático. Em realidade a lógica que seguimos foi a lógica dos locais. Com base nos relatos dos moradores da serra fomos inicialmente detectando de maneira “oportunistica”, mas que seguia as regras de aproximação que a comunidade nos desvelava aos poucos. Aproximaram-nos aos poucos dos distintos estratos existentes na paisagem serrana.

Nosso primeiro contato nessa rede de relações com os interlocutores desse processo de pesquisa foi com o Sr. Sergio Raffi. Fomos por ele conduzidos até sua propriedade, onde ouvimos dele e de seus pais (seu Antônio e dona Elza), diversos relatos acerca dos “*achados arqueológicos*” naquela região, desde fragmentos cerâmicos possivelmente de origem Guarani até objetos antigos, que na nossa visão inicial marcados pela ciência ocidental nos reservávamos o direito de considerar “sem alguma relevância cronológica para nossos estudos”. Para estas comunidades a reunião destes objetos antigos demonstra o valor singular que a cerâmica indígena possui. São artefatos tão importantes como os de seus antepassados diretos. Estes

¹³ Esta região foi uma área de constante fluxo de coletividade africana e afro-descendente (GUTIERREZ, 2001). Onde diversos indivíduos e alguns grupos de forros e escravizados homiziados de um sistema escravocrata buscavam refugio. Portanto, embasado na definição de Rinaldo Arruda compreendemos como populações tradicionais aqueles coletivos que manifestam um padrão de ocupação do espaço e uso de recursos naturais, fundamentado no uso de mão de obra familiar orientado para sua subsistência com quase inexistente relação com o mercado. São populações frequentemente de base sustentável. Estas populações tradicionais podem ser: ribeirinhas, seringueiras, caiçaras ou quilombolas. Como aponta Rinaldo, *Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente* (ARRUDA, 2000. pp.79-80).

são o patrimônio cultural que depõem e deposita “os signos que possibilitam o auto-reconhecimento de uma comunidade, pois oferece os meios materiais para as articulações culturais entre o passado e o presente” (FERREIRA, 2008, p. 88).

Os relatos que acompanham estes objetos não asseguram esta valoração. Dona Elza é natural da região, mais precisamente da Colônia Santo Antonio¹⁴, próximo a picada dos Andradas, nos relatou sobre a história da antiga fábrica de celulose construída na última década do século XIX. A associação dos objetos mais antigos (cerâmicas provavelmente Guarani), com os objetos recentes e principalmente aqueles ainda fixados no terreno, como as edificações nos fizeram pensar de como esta interação com o passado é profunda e demarcadora do valor do lugar. Esta perspectiva do valor pressupõe a futura ação de preservação destes locais como patrimônio local¹⁵.

As informações acerca dos variados locais onde foram observados os “achados arqueológicos”, possibilitaram o início dos nossos reconhecimentos de campo, ao que solicitamos aos nossos interlocutores.



Fig.03 Área piloto em conjunto a outros dez sítios a identificados na pesquisa de mestrado de Milheira, 2008. Fonte: Google Earth

¹⁴ A Colônia Santo Antônio pertence a região de Quilombo 7º distrito do município de Pelotas, área de importante fluxos de populações tradicionais.

¹⁵ Este não é foco de nosso trabalho, mas não nos furtamos de apresentá-lo como perspectiva para outros estudos.

Fomos guiados pelo Sr. Sérgio até a lavoura de sua propriedade, localidade onde observamos a incidência de alguns fragmentos cerâmicos. Na perspectiva científica positiva existente esta localidade é um sítio arqueológico de ocupação Guarani, já registrado¹⁶ (MILHEIRA, 2008). A sua afirmação, contudo, não invalida a atual apropriação feita pelos locais sobre a área.



Fig. 04 Vista geral do sítio PSGPA-01-Raffi, ao fundo o morro Três Cerros. Foto de Rafael Guedes Milheira em sua pesquisa de mestrado (MILHEIRA, 2008 p.168).

Na sequência de nossa pesquisa de campo seguimos a outro lugar, sítio arqueológico¹⁷, distante do primeiro cerca de 2,5 km. Esse agora reconhecido por nós e pelo nosso interlocutor como sítio arqueológico, como no caso anterior, está localizado em um topo/meia encosta de morro entre o vale do Arroio Andrade e vale do Arroio Corrientes (MILHEIRA, 2008).

Fomos com isso colocados em aproximação com aquilo que aquele interlocutor compreendia que queríamos, apesar de que no primeiro momento nos afirmavam o valor dos artefatos de seus antepassados estavam intimamente ligados aos artefatos dos ocupantes mais antigos. Isso ocorreu pela nossa insistência em valorar os artefatos indígenas foco inicial de nossa pesquisa ao que os locais corresponderam sem, contudo, demonstrar suas ideias sobre os objetos, ou seja, a interação entre instrumentos antigos e novos relacionados à vida diária deles e dos antigos ocupantes, sejam eles indígenas ou europeus.

¹⁶ (PSGPA-01-Raffi).

¹⁷ (PSGPA-04-Ribes)



Fig.05 Vista geral do sítio PSGPA-04-Ribes, tendo ao fundo o morro Três Cerros. Foto de Rafael Guedes Milheira durante sua pesquisa de mestrado (MILHEIRA, 2008 p.178).

A quantidade de fragmentos cerâmicos, que verificamos junto a este interlocutor que se encontra aflorado na paisagem serrana, nos levou a convicção da potencialidade arqueológica dessa área, nos moldes da ciência até aquele momento desenvolvida para a área.



Fig. 06 Fragmentos ceramicos encontrados pelo sr. Juca: foto: Cristian das Neves

Novas informações foram apresentadas por esse nosso interlocutor. Diziamos sobre outros achados de fragmentos cerâmicos, que há alguns anos um

morador no sétimo distrito encontrou. Isto demonstrava que a valorização não se restringia a este morador, que parecia ser um arqueólogo amador¹⁸, e confirmamos nossas suspeitas quando nos deslocamos ao encontro com este outro morador. A área também situada em topo/meia encosta cerca de 110m de altitude e 600m da principal via que costeia o arroio Andrade. Identificamos ali outro sítio Guarani (este até então não fora mapeado por outros pesquisadores acadêmicos).



Fig. 07 Fragmentos ceramicos encontrados pelo sr. Juca: foto: Cristian das Neves



Fig. 08 Fragmentos ceramicos encontrados pelo sr. Juca: foto: Cristian das Neves

¹⁸ O termo amador aqui descrito em maneira alguma busca fazer referência pejorativa as ações de nosso interlocutor. Sua utilização está empregado no sentido estrito da palavra.

Registramos sua localidade geográfica e iniciamos análise superficial da área. Verificamos o grande potencial arqueológico, nos moldes da ciência acadêmica, e quantificamos os fragmentos dispersos pela superfície. Em decorrência da ausência de autorização para coleta de materiais arqueológicos fomos constrangidos a deixá-los em seus respectivos locais¹⁹.



Fig. 09 Em destaque área piloto onde foram encontrados fragmentos de ocupação Guarani. Fonte: Google Earth

Consideramos este sítio como uma descoberta fortuita (conf. Lei 3924/61), dando foco à área no nosso trabalho. O sítio já havia sofrido coleta aleatória pelo proprietário do terreno, sendo um material ilustrativamente importante, sobre o qual realizamos análise preliminar, nos colocava em condições de criar o estudo de caso que agora apresentamos. O sítio arqueológico amplo se constituía de duas áreas de vestígios cronologicamente separáveis e fisicamente ordenadas no terreno. Uma área com concentração cerâmica dos coletivos Guarani e uma área com concentração de vestígios de uma antiga casa edificada no início do século XX. A

¹⁹ Havíamos acordado com um pesquisador que possuía tal permissão de pesquisa para a área, no sentido de usufruir a mesma para o desenvolvimento do mestrado, sendo posteriormente negado pelo mesmo. Os poucos materiais os quais fomos possibilitados de tecer algum tipo de análise foram os materiais doados por moradores da região os quais foram obtidos de maneira aleatória e sem algum registro.

continuidade do levantamento voltou-se para o sítio localizado fortuitamente, para tanto recebemos o auxílio de nossos interlocutores.

Prosseguindo o nosso levantamento arqueológico visitamos as ruínas da antiga fábrica de celulose, registro patente da interação da coletividade pós-colonial como o uso do espaço e seus recursos naturais na referida região. Este lugar possuía vínculo temporal com a referida casa. Em relatos de interlocutores que nos assistiram em campo descobrimos uma possível relação entre as famílias que residiam nessa antiga casa e moradores da antiga fábrica de celulose. Toda via, não sabemos precisar qual grau de relação havia entre as famílias, visto que não nos foi relatado nomes, ou mesmo origem familiar dos mesmos (podendo esta relação ser meramente uma ligação comercial).



Fig. 10 vista lateral da antiga fábrica de celulose. Foto: Fábio Silveira

Mapeamos então os sítios encontrados visando compreender sua inserção na paisagem e a relação entre o panorama serrano do ontem com o hoje. A ideia de mapeamento das principais ocupações evidenciadas nesse lugar do espaço serrano possibilitaria através das técnicas da arqueologia da paisagem em uma ação compartilhada com nossos interlocutores perceber o processo de escolha e estabelecimento dos grupos humanos nesta região.

A incorporação da paisagem, culturalmente determinada como objeto de análise pela Arqueologia, resulta da convicção de que, por se tratar de um elemento da cultura material, passível de ser analisado como um artefato, se enquadra em seu campo de investigação. A perspectiva que concebe as paisagens como artefatos lida, intrinsecamente, com a ambigüidade de sua própria natureza, ou seja, com seu caráter passivo (como produto de relações sociais) e ativo (como vetor de relações sociais) (SOUSA, 2005, p. 295)

A noção de uma incorporação da paisagem estava expressa na própria fala dos moradores, aquela antiga casa, em mesmo nível e contígua ao sítio Guarani encontrado fortuitamente, era inspiradora ao morador atual que desejava, conforme nos afirmou estabelecer-se futuramente naquela área. Esta ideia de uma paisagem culturalmente ocupada é uma das bases de nossa análise arqueológica da área.

A paisagem então se torna para nós cultura material e, portanto, analisamos esta como um objeto. A paisagem serrana, que é nosso artefato principal de estabelecimento das diversas ocupações nesta longa temporalidade que buscamos entender, pode nos gerar algumas ambigüidades na análise por seu caráter passivo e ativo. A ideia de ser ocupado por propiciar a vida dos que a escolheram, ou na ocupação a vida possível determinada pelo espaço onde se assentaram. O produto de relações sociais que criam esta paisagem e sua procura por manter as relações sociais. Esta ambigüidade não será esmiuçada, pois é inerente a sua existência, a escolha em si desenvolve na cultura seus artefatos. Para sobreviver em qualquer lugar o humano refaz o lugar, como lugar refaz o humano que nele se estabelece.

Convictos desta percepção do espaço desenvolvemos em campo, na interação com nossos interlocutores locais, os registros de ocupação Guarani até habitações pós-coloniais alusivas as coletividades de origem europeia, edificadas durante o final do século XIX, início do século XX, na região do terceiro e sétimo distrito do município de Pelotas. Entendemos a ordenação diacrônica como *estratos* de contextos ocupacionais existentes nessa paisagem serrana.

As mudanças culturais são interpretadas como resultantes da ação do homem diante das dificuldades e mudanças no meio ambiente, ou seja, a cultura material pode ser considerada como um produto tanto do meio físico como do meio social. (DI BACO, FACCIO, LUZ, 2009, p. 219)

Esta ideia proveniente da arqueologia contextual processualista nos ajudava originalmente a pensar estas áreas da região serrana composta por sítios estáticos criados para opor o humano ao natural. Percebemos que é um pensamento

determinista, pois as mudanças culturais não são só resultantes de “dificuldades e mudanças no meio ambiente”, mas claramente das vontades que os humanos apresentam sobre os espaços. As paisagens são fruto da intervenção humana direta e não apenas “um produto do meio físico”, corroboramos a ideia que são frutos potentemente do “meio social”. Esta ideia surge da interação com nossos interlocutores locais aos quais buscamos amplificarmos mais suas vozes que normalmente os trabalhos acadêmicos o fazem. Vimo-nos frente a um novo contexto sistêmico.

(...) quando os objetos estão interagindo com a cultura que os criaram diz-se que estes estão em contexto sistêmico, quando esses objetos são abandonados no solo e passam interagir apenas com as condições físicas e químicas do meio ambiente diz-se que esses estão em contexto arqueológico. Quando esses objetos são retirados pelos arqueólogos das jazidas arqueológicas esses voltam interagir com a cultura, sendo assim, estão novamente em contexto sistêmico (SCHIFFER, 1987, Apud DI BACO, FACCIO, LUZ, 2009, p. 220)

Os objetos, neste caso a paisagem na interação com os Guarani, depois a nova paisagem na interação com os lusitanos que ocuparam a região, depois as paisagens dos colonos europeus que estabeleceram roças e casas na área e a paisagem atual de áreas de produção capitalista mais ampla, além dos objetos moveis (ferramentas, adornos, etc.) ou mais permanentes (casas, fábricas, galpões, etc.), estavam em interação dentro de seus contextos culturais, configuraram os nossos estratos em estudo. Estes contextos sistêmicos procuramos entender, a partir de seu abandono onde passaram interagir física e quimicamente com o ambiente, no seu contexto arqueológico. Mas para tanto os recolocamos em um contexto sistêmico marcado pelo nosso pensamento arqueológico compartilhado. Esses objetos identificados (paisagens incluindo as estruturas) ou retirados (móveis) pelos arqueólogos ou pelos amadores voltaram interagir agora com a nossa cultura, em um novo contexto sistêmico que tencionamos chamar de arqueologia compartilhada.

A evidência dos saberes locais acerca do espaço, tanto sobre o presente como seu entendimento sobre o passado foi um dos principais vetores de nossa interpretação sobre estas paisagens serranas. Em decorrência de seus conhecimentos locais e de uma longa relação com pesquisas arqueológicas anteriores, na região da serra, o Sr. Sérgio acabou (mesmo que de forma amadora),

criando um papel de suma importância para a conscientização e conseqüente preservação do patrimônio arqueológico encontrado nessa região. Pois devido seu contato como instituições de pesquisas²⁰ acabou por tornar-se elo entre academia e comunidade.

É fato que a região da Serra dos Tapes a muito vem tendo inferências de pesquisas arqueológicas, históricas, etnográficas e uma gama de outras ciências sociais. Seu longínquo passado de ocupação humana despertou o interesse da academia nas mais diversas questões referentes à territorialidade, disputas socioeconômicas ou geopolíticas que marcaram a região. Contudo, acreditamos ser a primeira vez que academia e comunidade compartilham conhecimentos de maneira equivalente. A necessidade de conhecer o espaço analisado faz da comunidade local peça fundamental para essa análise.

1.5 CONCEITUANDO ESPAÇO NO CONTEXTO DA PESQUISA

O contexto é sistêmico e arqueológico, como nos referimos anteriormente. E a ideia deste novo contexto sistêmico está relacionada ao conhecimento local dos amadores em arqueologia e ao tempo de pesquisa já desenvolvida na área. A mais de um século as pesquisas arqueológicas vêm sendo produzidas na região Sul do Brasil. Constituída por três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná a região Sul contabilizava até o ano de 2000 mais de 3.500 sítios arqueológicos identificados (NOELLI, 2000). Devido ao fato de sua significativa quantificação de sítios arqueológicos a região Sul do Brasil se tornou uma das áreas brasileiras mais reconhecidas no campo das pesquisas arqueológicas.

A arqueologia Guarani na região da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste é objeto de pesquisa desde os anos 40, sob vários olhares e perspectivas teóricas diferenciadas (Métraux 1948; Pernigotti e Almeida 1961; Naue, Schmitz e Basile-Becker 1968; Naue et al. 1971; Brochado 1974; Schmitz 1976; Carle 2002; Ribeiro et al. 2004; Rogge 2004; Pestana 2007). (MILHEIRA, 2008, p. 20)

Nessa imensa apropriação desta região pela pesquisa arqueológica consideramos dar ênfase na ideia de cultura material estabelecida no atributo espaço, pois o panorama é por demasiado ampliado para ser sintetizado em nossa

²⁰ LEPAARQ/ICH/UFPel.

pesquisa. Diante desse panorama desenvolvemos uma leitura compartilhada a partir dos dados coletados durante o transcurso de nossa pesquisa sobre o espaço da Serra dos Tapes. Durante o período de 18 meses investigamos o processo de ocupação humana ocorrido na Serra dos Tapes, iniciando com os estudos sobre assentamentos arqueológicos dos Guarani nas áreas onde posteriormente foi desenvolvido o modelo de colonização do Brasil Meridional durante os meados do século XIX.

A referida região da serra, outrora amplo território da coletividade Guarani, hoje encontra-se fragmentada em diversas propriedades, sendo muitas dessas ocupadas por “*novos colonos*”. Esses “*novos colonos*” são em grande parte descendentes de imigrantes chegados ao Brasil durante o período imperial brasileiro. Durante sete séculos, a região sofreu alterações no desenho de suas paisagens. As transformações empreendidas pelos Guarani é apenas uma das muitas que a estratigrafia arqueológica da serra apresenta em seu desenho paisagístico. Frente essas múltiplas transformações ocorridas esse espaço recebeu variadas interpretações acerca dessas ocupações.

Neste sentido, os sítios arqueológicos Guarani foram objeto de estudos assistemáticos e superficiais, tendo sido pensados como registro de migrações oriundas do interior para o litoral (de oeste para leste) e do litoral sul para o litoral norte, formadas por grupos reduzidos em termos de demografia que ocuparam o espaço rapidamente. (MILHEIRA, 2008, p. 20)

Faz-se aqui necessário atentarmos para o fato de que o termo espaço acima referido não corresponde à ideia que citamos no transcorrer desse trabalho. Espaço corresponde à definição de espaço social em uma reinterpretação da ideia criada pelo geógrafo Milton Santos (1978). O geógrafo brasileiro definiu espaço “*por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais*” (SANTOS, 1978, p. 171).

Conforme sugere Santos, devemos perceber o espaço como “*um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente*”. Compreende-lo “*por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções*” (SANTOS, 1978, p.122).

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p.122).

O espaço então é uma totalidade social, onde suas funções e formas passadas e presentes, e nesta intersecção é que vemos nosso trabalho, pois conjugamos a interpretação sobre os pensamentos dos indivíduos no passado, com os pensamentos dos cientistas e dos locais no presente. O espaço assim é definido, por este conjunto de formas representativas, de formas de ver e entender os lugares, onde as relações sociais e representações “do passado e do presente” se “manifestam através de processos”. Para tanto cabe investigarmos os processos marcados por suas sincronias elencáveis por estratos arqueológicos, relacionados a grupos específicos. Processos firmados pelas variações diacrônicas relacionadas aos diversos estratos sobrepostos, mas dispostos sobre o mesmo lugar.

A nossa leitura dos dados coletados propendemos também romper com a lógica (ainda vigente no senso comum) de que os grupos indígenas possuem sua participação no processo histórico-cultural brasileiro limitada meramente ao passado pré-colonial, e ou início da colonização europeia na América, ou mesmo, que sua presença esta relegada a meras ações secundária desse passado. Sobretudo, procuramos no transcurso de nossa pesquisa investigar junto a comunidade local da serra as relações de uso do espaço nesse processo de ocupações humanas tanto por parte de grupos indígenas, quanto de coletivos de origem europeia. Para obtenção de uma leitura mais êmica sobre uso do espaço na serra, acreditamos ser imperativa a elaboração de pesquisa arqueológica compartilhada (ou comunitária).

A Arqueologia comunitária percorre a esteira do movimento crítico aos modelos normativos de cultura, que definem identidades culturais como estanques e ontologicamente fechadas. Insere-se na margem oposta das correntezas políticas que constituíram historicamente a Arqueologia. (FERREIRA, 2008, p. 82)

Durante nossa pesquisa em campo constatamos um panorama de enorme potencialidade arqueológico e etnoarqueológico existente na região da serra. Percebermos no olhar atento dos habitantes da referida região o elo de interlocução entre os vestígios arqueológicos (resultantes da ocupação Guarani) que

correspondem ao uso do espaço na serra e o atual uso desse espaço pelos seus moradores contemporâneos. Acreditamos que as narrativas dos atuais moradores sobre seu processo ocupacional é um dado de suma importante no que tange à análise interpretativa dos diferentes estratos de ocupação do espaço serrano no passado.

Olhamos para uma diacronia que inicia com as pioneiras ocupações indígenas (Guarani), perpassando as cessões de terras por parte da Coroa portuguesa estabelecidas durante o período colonial brasileiro, até a implementação da propriedade privada no âmbito rural, tendo como base a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850²¹. E por meio da aplicação de uma arqueologia que age em compartilhamento informações acerca dos estratos de ocupações humanas na região da serra é possível construir uma arqueologia nova para esta região.

1.6 O LUGAR DA PESQUISA

A leitura acerca do processo de ocupação humana na Serra dos Tapes e a descoberta fortuita realizada no processo de levantamento da região em investigação demarca uma área específica de atuação. Esta área está geograficamente localizada na zona rural do município de Pelotas, situado na região sul do estado do Rio Grande do Sul. No passado nesta região predominava a mata subtropical, hoje embora em pequena quantidade ainda seja encontrada em forma de capoeiras ou como resquícios de uma floresta nativa. Sua porção mais extensa encontra-se próximo ao curso superior dos arroios Pelotas, Quilombo, Contagem, do Padre e Andrade (ROSA, 1985).

21 Lei de terras: “Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.”

“Art. 12 – O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.”

“Art. 18 – O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.” (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm).

O Escudo Cristalino Sul-Riograndense, ou Embasamento Cristalino dobrado nessa região formou a serra em destaque. Ela faz parte de um acidente geográfico localizado entre o extremo sul do Brasil e norte do Uruguai, também denominado de *Planalto Uruguaio-Rio-Grandense*. Esta região possui formação geomorfológica constituída por áreas rochosas cristalinas de origem pré-cambriana e estende-se de um pouco abaixo da região central do estado do Rio Grande do Sul até os domínios territoriais da República Oriental do Uruguai (ROSA, 1985).



Fig. 11 Visão ampla da área da Serra do Sudeste. Fonte: <http://www.maps-for-free.com/>

Não buscamos traçar a ideia de contraposição entre o espaço físico e espaço social, mas somos sensíveis a cultura material que ele representa na constituição da ideia de paisagem onde as denominações fisiográficas são orientação generalista acerca dos locais onde estes grupos viveram e nós realizamos nossas pesquisas compartilhadas. Os estudos buscaram analisar a existência de vestígios que retratam a presença humana efetivada entre os séculos XIII e XIX, bem como compartilharmos com a comunidade local o entendimento acerca das ocupações e alterações desse espaço. Os referenciais geográficos que estes nos forneceram foram trabalhados pelos outros pesquisadores em sua maioria como firmes demarcadores ambientais de inserção destas populações. A ocupação

não determinada e sim escolha cultural do espaço nos aparece neste trabalho como conhecimentos topográficos da referida região.

A paisagem no nosso trabalho é entendida como área de ação cultural, como objeto de análise pela Arqueologia, transformado na ideia de um elemento da cultura material, que analisamos como um artefato (SOUSA, 2005). As paisagens serranas atuaram e atuam na configuração daquelas sociedades, mas também foram configuradas pela ação delas, numa relação de passiva e ativa, agindo a cultura e o espaço constituem valores, normatizam e influenciam comportamentos, legitimam e naturalizam desigualdades, bem como exprimem resistências (SOUSA, 2005, p. 295).

A paisagem muitas vezes é compreendida como espaço (SOUSA, 2005, p. 291), aqui também usamos o termo área e lugar, sempre considerando a importância como artefato em análise arqueológica compartilhada. Cientes disso elegemos nosso lugar de pesquisa o qual está situado na área serrana que corresponde a “fronteira²²” entre o terceiro e sétimo distrito do município de Pelotas, são espaços predominantemente rurais, onde com nossos interlocutores locais delimitamos em conjunto nosso “recorte geográfico” de pesquisa.

O significado desta paisagem serrana para estes interlocutores e entendemos para aqueles que os antecederam em períodos mais longínquos na sua ocupação ou mesmo criação está fortemente calcada em “um enfoque teórico sociopolítico, cujo objeto de estudo não é apenas a paisagem, como cultura material, mas, também, o humano que com ela interage”. A paisagem serrana não é “*mero reflexo de processos socioculturais, mas atua como um de seus fatores constitutivos*” (SOUSA, 2005, p.295).

O lugar serrano do qual tratamos é integrado pelos os municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, bem como o próprio município de Pelotas o qual engloba a Serra dos Tapes e margem da Laguna dos Patos.

²² O termo *fronteira* está aqui colocado no sentido de limite entre dois espaços físicos politicamente definidos pelas coletividades contemporâneas. Isso é, o terceiro e sétimo distrito de uma municipalidade. O que é claro não impede que haja nessa área fluxos e influxos de relações e conflitos transculturais, ou mesmo identitários.

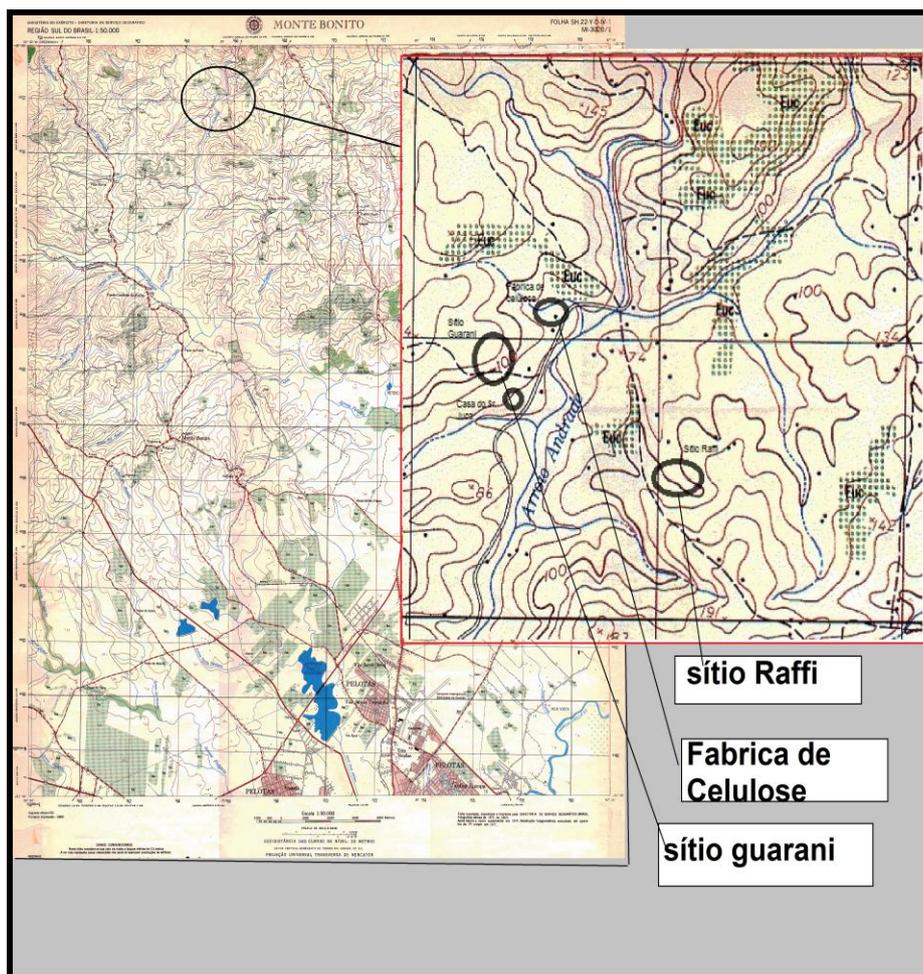


Fig.12 Carta topográfica de Monte Bonito. Fonte cópia produzida pelo autor

Olhar para estas municipalidades atuais nos dá uma ideia das disputas territoriais no passado, daquelas travadas pelos colonos europeus em seus assentamentos do século XIX. Esta demarcação física atual é fruto de disputas políticas anteriores (e atuais), mas que são preconcebidas a partir do entendimento dos significados sociopolíticos do espaço.

Não pretendemos estudar estas municipalizações, mas apresentamos este primeiro ensaio para ajudar a entender como o humano está consolidado numa relação direta com a paisagem, criando seus limites e suas imagens de ocupação, no contraste com outros limites e imagens de sociedades.

A paisagem em estudo, conforme as pesquisas acadêmicas, situa-se em uma zona alta e de ondulações, em suas áreas “*mais elevadas predominam altitudes entre 100 e 300 metros*” (ROSA, 1985. p.57).

Ainda encontra-se áreas com resquícios de mata contrastando com diversas lavouras espalhadas ao longo de percurso de estradas que ligam as diversas propriedades (minifúndios). Embora sua rede fluvial esteja baseada nos principais arroios que abastecem o município de Pelotas, não contando com nenhum rio (propriamente dito) para contribuir com essa rede hídrica, sua situação ainda é muito favorável à ocupação devido a presença de água constante.

Grande parte dos maiores cursos hídricos estão localizados nessa região, sendo muitos desses de condições pescáveis. São os casos do Arroio Pelotas com cerca de 60 km de extensão, Arroio Contagem 30 km, Arroio Turuçu 50 km, este o único grande arroio que deságua diretamente na Laguna dos Patos. Além dos arroios Pelotas-Mirim, do Ouro, Capivara, Quilombo e Andrade. Este ultimo com cerca de 12 km de extensão (ROSA, 1985).

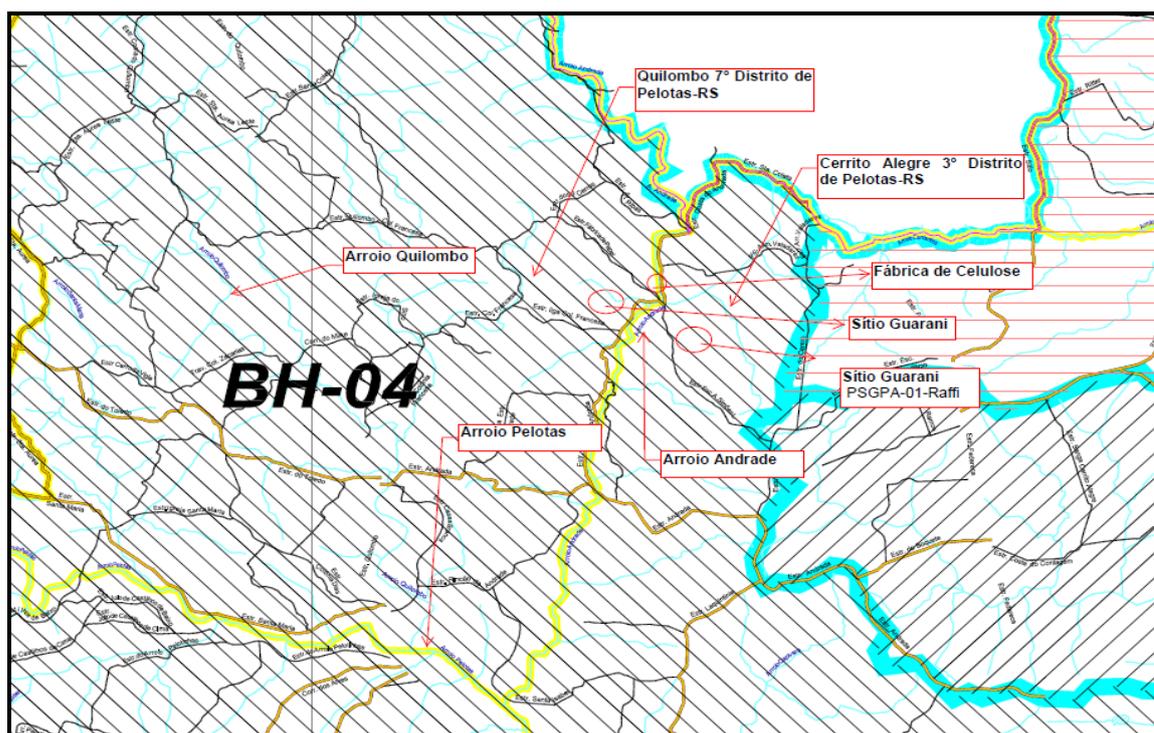


Fig.14 Figura que caracteriza a Bacia Hidrográfica da cidade de Pelotas-RS. <http://www.pelotas.com.br/servicos/inc/arquivos/rural-hidro.pdf>.

O arroio Andrade torna-se campo principal de entendimento da paisagem local. Este vem cortando a encosta de um morro onde foram localizados diversos fragmentos cerâmicos que afloraram após o movimento das terras nas lavouras durante o preparo do solo para o plantio. A margem direita do arroio Andrade eleva-se as ruínas da fábrica de celulose edificada no ano de 1892 (BETEMPS, 1999),

possivelmente a primeira do Estado no Rio Grande do Sul. Próximo as ruínas da antiga fábrica de papel observa-se algumas casas as quais foram edificadas ainda na primeira metade do século XX.

A região serrana começa receber os contornos atuais de sua paisagem por volta de meados do século XIX, quando do início da distribuição de lotes a partir de uma política de colonização governamental e privada. Um impulso do modelo de desenvolvimento econômico de então é possibilitado após da Revolução Farroupilha quando foram criadas, na região do município de Pelotas e arredores, diversas colônias particulares (CERQUEIRA; SILVA, 2010). As colônias que se desenvolveram a partir deste modelo econômico (serão tratadas mais adiante) constituíram parte de um novo cenário que o espaço serrano foi gerando ao longo do tempo. A área, como já é possível perceber.

1.7 O PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

A abordagem que nos propomos em nosso trabalho realiza uma interação entre diversos textos produzidos sobre a região, alguns orais e muitos escritos, poderíamos entender isso como a Multivocalidade aludida por Gnecco (2012, p. 19 nota 4).

a "multivocalidade" em arqueologia deve implicar compartilhar a autoridade sobre as coisas e os discursos arqueológicos, Colwell-Chanthaphonh et al. (2010:233) afirmam que "compartilhar a autoridade o não exige nenhuma alteração dos atributos científicos mas apenas para a pretensão subjacente de a propriedade científica do passado, livre dos contextos sociais e políticos que cercam a arqueologia"

Nesta perspectiva nosso discurso, como um novo contexto sistêmico, não prescinde das pesquisas anteriores, mas dá outro sentido até então não aventado pelas mesmas. A investigação do processo de ocupação Guarani, ponto inicial de nossa pesquisa, utilizava da premissa de sua posterior retração dos domínios territoriais em decorrência de um ambicioso projeto colonial promovido pelo governo da Coroa Brasileira no Segundo Império, aliado a interesses de investidores da iniciativa privada. Esta dinâmica política de desmantelamento daquelas comunidades ecoava nos nossos entendimentos prévios sobre a região. Sabemos

da existência de um grupo M'Bya Guarani próximo (comunidade do Capy Ovy) que faz reverter este processo na atualidade e está na imagem atual dos moradores locais com quem desenvolvemos nossa pesquisa.

No transcurso de nossas análises empregamos a metodologia que pode ser compreendida em quatro principais etapas. Na primeira etapa realizamos a análise bibliográfica. Voltamo-nos para o levantamento de documentações sobre essa região que encontramos disponível. Informações acerca do processo de ocupação da serra com base em levantamentos arqueológicos anteriores, mapeamentos produzidos nas áreas vizinhas²³, estudos cartográficos, mapeamento geológico e análise de documentação escrita.

Nesta região diversas pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas, elencamos²⁴, no entanto, as desenvolvidas mais recentemente pelo Laboratório de Ensino e Pesquisas em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ-ICH-UFPel), mais especificamente as desenvolvidas pelo arqueólogo Rafael Milheira, Durante seu trabalho de mestrado identificou vestígios de ocupação Guarani pré-coloniais que nos interessavam preliminarmente. Ao todo suas pesquisas registraram 13 sítios arqueológicos Guarani na região da serra (MILHEIRA, 2008).

Segundo Milheira no desenvolvimento de seu trabalho foram mapeados aproximadamente 20 sítios Guaranis pré-coloniais, sendo sete deles na região lagunar da Laguna dos Patos e outros treze na Serra dos Tapes, onde dez desses localizam-se nas imediações do vale do arroio Andrade e arroio Corrientes, próximo ao morro dos Três Cerros (MILHEIRA, 2008).

Ao longo de sua pesquisa Milheira (2008), detectou um grande potencial em termos de narrativas orais por parte dos moradores da referida comunidades interioranas. Entretanto, por motivos alheios ao nosso conhecimento não encontramos registros escritos dessas oralidades, a não ser por relatos compartilhados pelo próprio autor. Relatos que reportam à uma possível relação dos novos ocupantes (imigrantes, e ou descendentes dos primeiros colonos) e o processo histórico indígena. Essas narrativas nos serviram de base para a compreensão das relações entre o “*novo colono*” (atual ocupante da região) e os

²³ Registros de sítios mapeados: PSGPA-01- Raffi 1, PSGPA-02- Schwanke 1 , PSGPA-03- Rutz, PSGPA-04- Ribes, etc. (MILHEIRA, 2008).

²⁴ Esta escolha nos foi imposta pela proximidade e considerando as sínteses já realizadas para a região de forma ostensiva, sendo assim consideramos passível usar destas sínteses para nossas argumentações na pesquisa.

vestígios arqueológicos de origem indígena que resultaram do processo de ocupação iniciados pelos coletivos Guarani na região.

A segunda etapa foi de reconhecimento da região de estudo. Realizamos visitas na região serrana com a finalidade de identificar no terreno aquilo que os documentos anteriores indicavam e nesta oportunidade tecemos relações com moradores da área de pesquisa. O objetivo de localizar os sítios Guarani, interesse inicial de nosso projeto de pesquisa assegurou uma base para a interlocução e identificação de amadores na área o que sugestionou nosso olhar para uma arqueologia alternativa (FERREIRA, 2008). Ao coletarmos informações nos mais variados formatos, de relatos de moradores aos vestígios materiais constituidores da paisagem. Desse modo, buscamos junto à comunidade da Serra dos Tapes, guardiã da Memória de seus antepassados, depoimentos possíveis de interpretar ocupações dos primeiros imigrantes. Através de entrevistas informais conduzidas de maneira aberta procuramos suscitar em nossos interlocutores lembranças a eles passadas por meio da História oral pelos primeiros colonizadores da referida região. Deste projeto indutivo criaram-se as relações compartilhadas que temos propalado. O compartilhamento apresenta importante agente que é o local, mas também as pesquisas anteriores nos asseguraram bases para esta arqueologia alternativa.

Parafraseando Fabíola Silva (2009, p. 215) efetivamos o diálogo entre pesquisadores, nós e a comunidade local como forma de encontra a identidade desta última com o seu patrimônio cultural. Este registro material que pertence principalmente àqueles seres humanos, de forma mais democrática, foi sendo partilhada retomando o contexto cultural e histórico que o formou. Abrimos nossas ideias e permitimos sem opressão que as diversas visões emergissem, ainda considerada como alternativa, mas que para nós possibilita a promoção dos valores locais e acadêmicos sobre aquele patrimônio.

Nesse trabalho a participação da comunidade é de suma importância. Os estudos históricos orais mostraram a relação que a comunidade mantém com o espaço na região serrana. Por meio dos relatos de moradores, que lembram histórias contadas por seus avôs (primeiros imigrantes). A partir da aplicação de uma arqueologia compartilhada ouvimos da comunidade sua compreensão acerca dos achados arqueológicos de origem indígena na região. Assim possibilitar um diálogo acerca da ocupação Guarani e o uso do espaço serrano, entre o exame científico

produzido por arqueólogos, a análise elaborada por indivíduos que ocupam e conhecem esse referido ambiente e as nossas interpretações atuais.

A forma de aproximação metódica se fez pela etnografia (em uma observação participante)²⁵ arqueológica e historiográficos (no âmbito do registro da oralidade)²⁶. O enfoque dado às primeiras ocupações na região da serra aproximou-nos dos amadores. Os depoimentos desses relatavam seu contato na Serra dos Tapes com os vestígios arqueológicos que resultantes da ocupação Guarani. Seus relatos frutos de uma memória coletiva possibilitaram intervenções diretas em campo, realizaram coletas assistemáticas de vestígios arqueológicos encontrados em suas propriedades, muitas vezes na atividade cotidiana em suas lavouras. Criaram em suas rodas de conversa familiares leitura interpretativa de como esses coletivos indígenas ocupavam o espaço serrano. Estas propostas interpretativas chegaram a nós de forma dispersa e sem afirmativas contundentes, cremos que isso ocorra tendo em vista o valor que é dado ao pesquisador acadêmico em meio a estas comunidades.

Sabíamos que a ocupação Guarani na serra (propulsor inicial de nossa investigação) não se limitava a um mero recorte geográfico, mas por uma questão de tempo e método buscamos traçar um espaço delimitado para nossa atuação. Encontramos nas proximidades das margens do arroio Andrade a área perfeita para desenvolvermos nosso trabalho. Nas cercanias do Arroio Andrade ainda pode ser observado na atual paisagem vestígios patente dos distintos estratos ocupacionais.

Aprovisionados de informações acerca da construção do passado da região (a partir dos amadores locais e dos antigos trabalhos arqueológicos) demos sequência à terceira etapa. Nessa etapa realizamos junto aos nossos interlocutores um levantamento arqueológico sistemático, mas de forma oportunística, pois eram os amadores nossos guias, os valores deles precediam nossas ações. Podemos dizer sistemática, pois sempre foi controlada pela etnografia e pela história oral. A arqueologia compartilhada nos possibilita compreender os interesses dos locais com os nossos interesses de pesquisa.

A paisagem serrana constitui um vestígio na existência Guarani para nós e para nossos interlocutores. Incursionamos juntos por matas fechadas, nas lavouras,

²⁵ Baseados em Malinowski originalmente que é o criador deste método qualitativo seguimos alguns desses pressupostos conforme a proposta expressa em Lidia Valladares (2007).

²⁶ Conforme proposto por José C. S. B. Meihy e Fabíola Holanda (2007).

em planícies abertas de vegetação rasteira, platôs e estradas da região, próximas ao arroio Andrade, como no próprio arroio. Visitamos locais onde anteriormente foram encontrados fragmentos de cerâmica Guarani pelos moradores, locais que ainda apresentam estes vestígios. A arqueologia compartilhada identificou a área do Cerrito Alegre e Quilombo (terceiro e sétimo distrito de município de Pelotas-RS) como ideal para elaboração de nosso trabalho. Os vestígios e a interação nos pareceram o ponto fundamental para implementar esta metodologia.

Lamentamos a ausência de permissão para coletarmos os vestígios materiais móveis encontrados. Diversos objetos da cultura material localizados se pudessem ter sido levados ao laboratório e analisados ajudariam a responder questões elencadas por nós e pelos nossos interlocutores, ficaram abandonados em decorrência devido à demora de liberação²⁷ que nos impediram de executar um aprofundamento no estudo da cultura material evidenciada na região. O levantamento arqueológico mapeou novos sítios encontramos de maneira sistemática (para a arqueologia proposta) ou entendida pelo arqueologia tradicional como “oportunistica” (CALDARELLI e SANTOS, 2000). Nossos pontos visitados nos foram previamente informados pela comunidade local e avaliamos os potenciais arqueológicos e atual estado de preservação. Encontramos na divisa dos distritos Quilombo e Cerrito Alegre dois sítios arqueológicos, um deles com duas ocupações superpostas, de enorme potencialidade para as pretensões de nossas pesquisas.

O primeiro sítio apresenta dados relacionados a ocupação Guarani e superposto a esse uma antiga casa (não mais existente) que datava provavelmente do início do século XX, localizado cerca de 500m de distância de uma das principais vias que liga os distritos de Quilombo e Cerrito Alegre, próximo a picada dos Andrada e situado em uma altitude de aproximadamente 110m.

Nesse lugar de pesquisa efetuamos uma varredura superficial feita em pequenos recortes principalmente nas áreas aradas, pois nas demais zonas não foi possível realizarmos uma varredura mais satisfatória devido ao terreno possuir uma significativa densidade de mata secundária. Contudo, nesse lugar de pesquisa foi possível detectar diversos fragmentos cerâmicos dispersos pela paisagem da área. Como esta é uma área de lavoura possivelmente a dispersão desses fragmentos se deu em um processo pós-deposicional.

²⁷ O orientador deste trabalho aguarda a muitos meses a permissão de pesquisa e a outra permissão que poderíamos usar nos foi negada durante o início das atividades de campo.

O outro sítio registrado é de ocupação pós-colonial, trata-se das ruínas de uma fábrica de celulose edificada no final do século XIX, e que comporta diferenciados modelos de ocupação²⁸. Esse lugar tem importante destaque em nossa pesquisa, pois além de ser um registro patente do estrato de um período colonial brasileiro, ele é um ponto de referência tanto topográfico, quanto histórico. Esse lugar ainda reserva na memória de muitos moradores, lembranças de seu processo de ocupação e interação com o espaço serrano. Ali alterações na paisagem serrana estão marcadas em cada ponto edificado. Desde suas fundações que ainda são visíveis a todos que por ali passam até as mudanças ocorridas no curso do arroio Andrade, onde com mão de obra local, desviaram parte do fluxo desse arroio para dentro das imediações da velha fábrica, para que essa pudesse funcionar com base na força motriz das águas do arroio Andrade.

Desenvolvida as três primeiras etapas partimos para a última fase. Essa última etapa consistiu de uma análise minuciosa dos dados coletados no transcurso de nossa pesquisa. Durante essa etapa redigido um relatório contendo nossas considerações finais sobre os resultados obtidos ao longo desse processo de pesquisa. Tal relatório serviu de base analítica e acabou gerando esse texto dissertativo que todos podemos acompanhar. Durante a execução deste texto nos demos conta da necessidade de compreender em que universo teórico e metodológico estávamos nos adentrando, pois nossa experiência com esta arqueologia alternativa (FERREIRA, 2008) desenvolveu-se tanto na leitura como em campo durante sua realização. As arqueologias anteriores nos marcavam e com isso o exercício de vinculá-las aos seus universos teóricos marcam nosso próprio trabalho de inserção nesta arqueologia nova, como veremos a seguir.

²⁸ Aqui atentamos para o fato de que usamos o termo ocupação em um sentido mais restrito da palavra, pois trata-se de uma construção que inicialmente foi edificada para a produção de celulose e derivados, posteriormente vindo a servir de comércio e por fim, de espaço domiciliar.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DA ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DA REGIÃO

O olhar para o mundo por várias lentes foi um exercício que nos condicionamos. Processo de reconstrução hermenêutica que norteia a nossa investigação. A pesquisa utiliza de fontes documentais, bibliográficas, fontes orais, fontes arqueológicas identificadas em campo, sendo analisadas e interpretadas de maneira hermenêutica em que a cultura material móvel, as lógicas locais, as paisagens, os contextos arqueológicos e sistêmicos, os sujeitos cognoscentes são relativizados e reconhecidos. Trabalhamos na perspectiva da historicidade em que os locais atuam como agentes de sua própria história e não como opostos ao conhecimento científico, avançando no sentido de resgatar a arqueologia da região (GNECCO, 2012).

Discorremos a seguir as estruturas de pensamento desenvolvidas no universo científico que marcou a produção de textos sobre a área e nos ajudou a compreender o processo de ocupação humana na Serra do Sudeste. Explicamos a nossa versão sobre esta história científica e demonstramos de onde estamos falando, ponderando sobre as ciências envolvidas neste processo de análise e demonstrando nossas opções dentro delas. A seguir apresentamos uma discussão sobre as ciências humanas destacadas para a apropriação dos universos em análise. Ao final demonstramos como construímos nosso sistema de interpretação arqueológica “sob fogo cruzado” (conf. FERREIRA, 2008)

2.1 A CIÊNCIA ARQUEOLÓGICA

O estudo do processo diacrônico e sincrônico dos grupos humanos vem sendo investigado pela arqueologia, ciência que estuda o passado por meio da materialidade dos objetos produzidos e utilizados, por uma determinada coletividade. Mesmo de maneira “fantasiosa” e bastante “longe da realidade” a figura do arqueólogo é retratada no imaginário popular por meio da personificação dos famosos caçadores de relíquias, representados no universo cinematográfico como *Indiana Jones*, *Lara Croft*, *Richard O’connel* e outros personagens fictícios.

Embora o universo do cinema mundial tenha tentado retratar por meio de sua “licença poética” a imagem de um arqueólogo aventureiro, desbravador de tumbas, caçador de múmias, na prática o trabalho do arqueólogo é bem diferente. Ao longo de décadas a arqueologia vem galgando espaço no campo científico. No que tange aos estudos mais recuados do passado da humanidade a arqueologia teve papel de destaque, especialmente no que se refere ao processo histórico dos coletivos indígenas.

Nos dois últimos séculos o campo da arqueologia vem ganhado notoriedade e se constituindo como área do conhecimento científico. Durante esse período o processo de desenvolvimento do pensamento arqueológico sofreu diversas influências, muitas das quais advindas de outras áreas científicas e mesmo não consideradas científicas. Tais influxos de distintas áreas contribuíram para que houvesse múltiplas abordagens a respeito dos registros materiais do passado. Como podemos atestar na afirmativa do arqueólogo Pedro Funari “*A Arqueologia possui diversas correntes teóricas, cujos paradigmas epistemológicos não são, às vezes, bem conhecidos*” (2005, p.1).

Deixemos claro que de maneira alguma objetivamos abordar todos os paradigmas epistemológicos do fazer e pensar arqueológico, contudo, buscamos apresentar os principais enfoques teóricos mais utilizados na arqueologia brasileira ao longo dos anos e que influenciaram as pesquisas da região em destaque. Salientamos que seja por padrões tradicionais, ou mesmo modelos alternativos toda a forma de pensar e fazer arqueologia parte de um pressuposto comum; os vestígios materiais resultantes do passado. Segundo a obra de Bruce Trigger *História do Pensamento Arqueológico*, é na Europa em meados do século XIX, que a arqueologia através de seus estudos autônomos e sistemáticos de pré-história, se constitui como área do conhecimento científico (TRIGGER, 2004).

No Brasil esse processo ocorreria somente um século depois. Trigger (2004) afirma que esse processo sofrido pela arqueologia, durante o século XIX, deve ser compreendido a partir de dois movimentos distintos. O primeiro movimento teve sua origem na Escandinávia e balizou o início da arqueologia pré-histórica, que junto a arqueologia clássica, protagonizou papel central na prática arqueológica (idem). Durante esse processo primário do movimento arqueológico ocorrido na Europa, enquanto essa ciência embrionária se encontrava alicerçada nas inovadoras

técnicas de datação dos achados arqueológicos, surgia na França e Inglaterra, um segundo movimento. Esse movimento notabilizou-se pelo avanço temporal nos estudos paleolítico, tendo como pano de fundo os calorosos debates entre simpatizantes evolucionistas e partidários do criacionismo (idem).

2.1.1 O Desenvolvimento do Pensamento Arqueológico como Base para Compreender a Serra do Sudeste

É no final da primeira metade do século XIX, que o meio científico presencia o surgimento de um novo discurso teórico. De matriz ideológica evolucionista, esse novo modelo teórico permeou os paradigmas interpretativos das ciências humanas durante aquele breve período, tinha sua base influenciada pelas elaboradas análises teóricas do campo da biologia. O evolucionismo surge nesse momento, contrapondo o censo comum em uma coletividade predominantemente cristã, fundamentada nas ideias do criacionismo. Objetando as até então irrefutáveis ideias criacionistas, os conceitos evolucionistas ocasionaram um enorme choque na coletividade da referida época, gerando uma temporária ruptura entre ciência e religião.

Todavia, não foram apenas os princípios do evolucionismo biológico que causaram esse processo de cisão, outras áreas do conhecimento científico também auxiliaram nesse seccionamento. Influências empregadas a partir das análises no campo da geologia com base no *princípio do uniformitarismo*²⁹, tendo em destaque o geólogo Charles Lyell e sua obra "*Princípio da Geologia*", publicada entre 1830 e 1833, agregaram consideravelmente maiores motivos para essa cisão (TRIGGER, 2004). Em que pese, Lyell fosse contrário os conceitos de evolucionismo biológico, proposto por Lamarck (1724-1829), suas contribuições foram muito além de uma simples ruptura com a ideologia criacionista.

Os estudos de Lyell acerca dos princípios da geologia estavam calcados nas descobertas do geólogo escocês James Hutton. Com base no trabalho de Hutton que havia estudado a estratificação das rochas, observando que a mesma se

²⁹ Princípio do Uniformitarismo teoria que norteou o trabalho de Charles Lyell "*Princípio da Geologia (1830-1833)*", está baseado nas interpretações de James Hutton o qual acreditava que as leis da natureza não mudam através dos tempos. Segundo Hutton os mesmos fenômenos naturais que hoje observamos na Terra, também atuaram no passado. Os processos que alteram a Terra são uniformes ao longo do tempo. O Princípio do Uniformitarismo acabou por influenciar o trabalho de Charles Darwin tanto que o mesmo postulou o processo de evolução como uma espécie de uniformitarismo biológico. (BROWNE, 2007)

apresentava de igual maneira as de rios e mares e, por conseguinte constituindo os pilares do *Uniformitarismo*, o qual mais tarde Lyell desenvolveria com distinção. Lyell acabou servindo de base para as análises dos estratos nas escavações arqueológicas. Em um período em que a arqueologia ainda não figurava como disciplina científica. Por meio dos estudos elaborados por Lyell se compreendeu que “*los fenómenos geológicos antiguos, en esencia, eran similares o “uniformes” respecto a los actuales. También pudo aplicarse esta idea al pasado humano, y marca una de las nociones fundamentales de La arqueología moderna*”(RENFREW & BAHN, 1993, p.24).

Ainda no século XIX, o trabalho de Lyell encontrou eco nos estudos de Charles Schmerling³⁰, Boucher Perthes³¹, John Lubbock³², Charles Darwin, Henry Buckle e Herbert Spencer (TRIGGER, 2004). Esses dois últimos tendo seus trabalhos baseados no conceito de superioridade racial. Henry Buckle acreditava que a dita “*sociedade civilizada*” estava predestinada a sobrepujar todas as demais, desde que estas se encontrassem em um estágio evolutivo inferior (BROWNE, 2007).

A arqueologia iniciou-se, como disciplina científica, na esteira do imperialismo das grandes potências. A empreitada arqueológica inseria-se no domínio colonial, como parte de disputas estratégicas. Não à toa, os arqueólogos ligavam-se aos serviços militares ou de informação e serviam a agendas voltadas para o controle material e ideológico das periferias. Ao lado dessa vertente imperial, a disciplina, ab initio, esteve imbricada na construção de identidades nacionais, de cunho masculino, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado (FERREIRA, & FUNARI, 2009.p.01).

Quanto a Spencer, baseou sua tese no *Evolucionismo Social*³³, adulterando desse modo, o conceito de evolução como processo de transformação³⁴ (LIMA, 2006). Na onda do *Evolucionismo Social* encontramos o sistema colonialista,

³⁰ Charles Schmerling encontrou na gruta de Engis restos fossilizados de mamute e humano no mesmo contexto estratigráfico. (TRIGGER, 2004).

³¹ Boucher Perthes, encontrou no vale do Somme, artefatos líticos em contexto com restos fossilizados de vários animais extintos. (TRIGGER, 2004).

³² Cunhou a termo *paleolítico e neolítico*, para designar a divisão da idade da pedra (TRIGGER, 2004).

³³ É uma teoria onde as sociedades são estimadas pelo seu nível de progresso desenvolvimentista e tecnológico. Para Spencer a evolução era uma questão de sobrevivência do mais apto.

³⁴ Distorções do trabalho de Darwin levaram partidários do evolucionismo acreditarem em uma evolução social. Desta forma acabaram por tecer conceitos de superioridade racial. (BROWNE, 2007).

utilizando-se de suas instituições legitimadoras³⁵ para validar seu passado. Tendo na arqueologia uma eficaz ferramenta (ANDERSEN. 2008).

No final do século XIX, o evolucionismo cultural sofria contestações na Europa por conta do crescente nacionalismo e do declínio da fé no progresso tecnológico. As duas coisas estavam intimamente ligadas, porquanto o enfraquecimento da adesão ao evolucionismo fazia despontar a etnicidade como fator mais importante na história humana (TRIGGER, 2004. p.144).

No Brasil, “durante a década de 1940, Áureo Nunes de Almeida, Oscar Pernigotti e outros percorreram a região de Rio Grande e localizaram vários sítios arqueológicos” (CARLE, 2002, p. 6). Esta presença de amadores imbuídos do pensamento ainda do século XIX iniciaram as pesquisas na região. A arqueologia como ferramenta inspirou o arqueólogo autodidata Guilherme Naue³⁶ (Irmão Valeriano Braz), então ainda no Colégio Marista São Francisco em Rio Grande (1951-56 e 1967-71), desenvolveu as primeiras pesquisas arqueológicas na região referente aos grupos construtores de cerritos e aos Guarani.

Partindo ainda desta perspectiva marcada pelo evolucionismo unilinear produziu os primeiros dados da região próxima a nossa área de estudo. Naue depois filia-se aos modelos que se seguiram. Em 1968 junto à Laguna dos Patos, caracteriza sítios sobre a costa fóssil, verifica numerosas concentrações de cerâmica, instrumentos líticos e áreas (manchas) de terra escura que para ele sugerem áreas de habitação (NAUE, 1973).

Essas foram às primeiras formas de abordar a ciência arqueológica na área. Naue ao aliar-se aos estudos desenvolvidos pelo Instituto Anchietano passou a proceder dentro da corrente Histórico-Culturalista, a qual se torna então uma chave importante para conhecer os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas na Serra dos Tapes. A seguir discorreremos sobre este enfoque de pensamento.

³⁵ Segundo Benedict Andersen, as instituições que regulavam os poderes dos Estados nacionais usavam de recursos, até hoje empregados, para traçar um aspecto dos seus domínios. O censo, o mapa e museu foram aparelhos institucionais empregados neste processo de proto-nacionalismo (ANDERSEN. 2008).

³⁶ Faleceu aos 91 anos de idade (2011) foi criador do atual Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da PUCRS (<http://www.anchietano.unisinos.br/equipe/naue/naue.html>)

2.1.1.1 Enfoque Histórico-Culturalista

Desde o início o século XIX, promoveu um enorme processo de mudanças no campo das idéias (ANDERSEN, 2008). O surgimento dos ideais nacionalistas alterou a conformação dos mapas de diversas localidades no mundo. No campo das ciências o modelo teórico histórico-culturalista começava a ganhar espaço como um novo paradigma teórico, sendo este modelo até hoje, um dos mais difundidos. Primeiro legatário do nacionalismo que emergia no século XIX, o histórico-culturalismo não tardou para legitimar as culturas materiais como traços de etnicidades. A Arqueologia histórico-culturalista tem por característica a análise dos vestígios materiais, buscando determinar suas funções classificando-as tipologicamente. Por meio de comparações análogas, busca-se nas semelhanças ou diferenças, proporcionar uma melhor análise na definição das culturas. Ainda no final do século XIX, a preocupação com a etnicidade fez surgir uma profunda necessidade de formulação do conceito de cultura arqueológica.

Desde seu surgimento, diversas teorias desenvolveram-se e, de certa forma, todas elas continuam até hoje sendo utilizadas. Herdeira do nacionalismo do século XIX, a Arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da noção de que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica. Esta seria um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representaria, portanto, um povo, com uma cultura definida e que ocupava um território demarcado. (FUNARI,2005.p.01).

Em 1871 o etnólogo inglês E.B.Tylor em sua obra, *Primitive Culture* conceitua cultura como sendo “*aquele conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade*” (TRIGGER, 2004.p.158). Mais tarde, o linguista e arqueólogo germânico Gustaf Kossinna (1858-1931), dono de um fanatismo patriótico e interessando na origem dos falantes de língua indo-européia faz uso sistemático do conceito de cultura nos seus trabalhos. Para Kossinna cultura deveria ser entendida como sendo “*inevitavelmente um reflexo da etnicidade, ele afirmava que similaridades e diferenças na cultura material correspondem a similaridades e diferenças de ordem étnica*” (TRIGGER, 2004. p.160).

Para Kossinna características raciais eram determinantes do comportamento humano, ele relacionava diferenças culturais e étnicas com diferenças raciais. Outro grande expoente do histórico-culturalismo foi Vere Gordon Childe. Nascido em Sidney (Austrália), Childe estudou letras clássicas e posteriormente se apropriou do conceito de "cultura arqueológica" de G. Kossinna. Entretanto, Childe refutou seus preceitos racistas, ainda que a noção de superioridade étnica se mantivesse entre os pesquisadores ingleses. Vere Gordon Childe acabou conceituando cultura arqueológica como sendo "*certos tipos de vestígios fossem esses recipientes, utensílios, decorações, ritos, etc que surgem contextualizados de forma recorrente*" (TRIGGER, 2004.p.165).

Na perspectiva do histórico-culturalismo cultura é normativa, isto é, os objetos são expressões normativas da cultura internalizadas pelos indivíduos. Outra característica marcante no histórico-culturalismo é a noção de fóssil-diretor que consiste em definir o vestígio mais característico, dentre todos os vestígios arqueológicos encontrados, definindo assim uma determinada cultura. Esse conceito permite a compreensão da noção de difusionismo³⁷. O modelo difusionista surge no cenário mundial como resposta aos pressupostos evolucionistas. O conceito difusionista sobrepujou o evolucionismo, segundo Trigger a transição entre os dois modelos de pensamento foi gradual e muitas vezes as elucidações difusionistas compartilhavam traços evolucionistas. (TRIGGER, 2004. p.150).

Os preceitos difusionistas obtiveram maior anuência no início do século XX, tendo como característica marcante a ênfase no conceito de empréstimo cultural. Segundo os pressupostos do difusionismo as culturas eram caracterizadas a partir três conceitos chaves: invenção, difusão e migração. As diferenças e semelhanças culturais passaram a serem explicadas a partir de oportunas combinações entre migrações, adições ou convergência cultural.

Portanto, por meio do difusionismo sustentava-se que determinadas inovações advinham de uma cultura específica e posteriormente eram difundidas, tendo seu centro como ponto de origem. A utilização deste enfoque no Brasil é muito

³⁷ A difusão de certos artefatos permite a identificação e conseqüente cronologia de outras culturas. Para o histórico-culturalismo a "mudança cultural" pode ser explicada através da difusão, da migração, ou convergência cultural. O processo dinâmico das sociedades não era levado em consideração. E quando da continuidade cultural esta pode ser atribuída à ausência desses fatores externos.

ampla e difusa, ou seja, misturada a técnicas diferentes e por vezes divergentes de análise.

No final da década de 1960 José Proenza Brochado e Pedro Ignácio Schmitz pesquisaram a área, localizaram sítios Guarani “sobre e entre dunas” e sítios Vieira. Foram efetuadas algumas escavações (...) (Naue et al, 1968, 1971; Schmitz, 1976). Guilherme Naue, na década de 1970, realizou coletas superficiais em áreas junto à Laguna dos Patos, (...), caracterizando (...) Sítios de Tradição Tupiguarani (...) (CARLE, 2002, p.6).

Este universo de descrição como Tradições Arqueológicas é associado a duas correntes de pensamentos arqueológicos, a mais conhecida que a relaciona ao Histórico-Culturalismo (MILHEIRA, 2008).

A partir de 1965 é implementado no Brasil o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), cujo objetivo era definir as principais “culturas arqueológicas” e suas conseqüentes dispersões pelo território nacional. (...) Teoricamente pautado no histórico-culturalismo e no evolucionismo do século XIX, surgiu a partir de um seminário na UFPR (Universidade Federal do Paraná), tendo na ocasião o casal de arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans iniciado uma orientação para pesquisadores brasileiros, “domesticando-os” para uma arqueologia sem nenhuma preocupação crítica para com a interpretação do passado. (LINO, 2009 (2013), s-p)

Há outro pesquisador que aproxima estes pesquisadores do Evolucionismo Cultural.

Acredito que as teorias de evolução cultural ocupam uma posição intermediária entre os paradigmas evolutivos e histórico-culturais, mas são, sem dúvida, evolucionistas. O que evolui, sociedades ou culturas, depende do discurso. Nesse ponto entra o PRONAPA. Tenho certeza de que os ‘Pronapianos’ tinham uma orientação definida no campo do Evolucionismo Cultural e não eram histórico-culturalistas empobrecidos (HILBERT, 2007, p. 129)

Consideramos que estes estudos criaram um elo de identificação da presença indígena de forma muito potente e que ainda hoje marca os estudos arqueológicos na região. O que é mais interessante é que na relação dos pesquisadores com os moradores locais estas ideias foram se sedimentando de alguma forma. Os discursos que escutamos em campo retratam muito isso, considerando as falas principalmente do Sr. Raffi. A noção de separação temporal e uma certa ideia de cultura, relativa a cultura material, como fóssil diretor, toma a

parte do discurso destes nossos interlocutores, principalmente quando se trata dos vestígios dos coletivos indígenas por eles localizados.

No campo científico a ruptura, no Brasil, com este sistema de pensamento, pelo mesmo de forma parcial, foi o desenvolvimento das ideias de maior cientificidade propostas pelo processualismo, a qual buscava implementar uma maior análise quântica a arqueologia.

2.1.1.2 Enfoque Processualista

No início da década de 1960, surge nos Estados Unidos a arqueologia processualista, como um claro movimento contestatório aos paradigmas de interpretações histórico-culturalistas. Possuindo em seu contexto social a Guerra Fria, o processualismo tem em Lewis Binford seu maior expoente. Arqueólogo estadunidense, Binford compreendia que para entender o passado o arqueólogo necessita traduzir corretamente os registros arqueológicos no presente. Para Binford a arqueologia, diferente de outras ciências humanas (História ou Sociologia), não estuda os fatos sociais, o objeto de estudo da arqueologia são os fatos materiais contemporâneos, ou seja, os registros arqueológicos estáticos (BINFORD, 1991).

Conforme afirma Binford, esses registros arqueológicos são produtos resultantes de um passado que por si só não informam nada acerca de seu processo pretérito, cabe ao arqueólogo decifrar de maneira verdadeira seu significado. Para tanto, o arqueólogo precisa de um conjunto de conhecimentos que articule este registro estático ao seu passado dinâmico (BINFORD, 1991). Segundo Binford o grande desafio da arqueologia é traduzir esses fatos materiais estáticos em afirmações de um passado dinâmico, tendo a cultura com ponto essencial nesse processo. Para o processualismo a cultura deve ser compreendida como um sistema, o qual deve estar integrado ao meio. Binford afirma que a cultura é uma *Forma Extrasomática* de interação do homem com o meio.

Para o arqueólogo processualista a cultura é exterior ao corpo e as distintas mudanças são respostas adaptativas ao meio. Podemos evidenciar nesse paradigma a nítida necessidade da arqueologia processual em buscar um estudo de leis transculturais de comportamento. Outro importante ponto a ser observado é sua

Teoria de Alcance Médio³⁸ (BINFORD, 2007). Embora para Gamble ela se aproxime mais de um conjunto de métodos que propriamente uma teoria (GAMBLE, 2002).

Apesar de seu estabelecimento ser na década de 1960 o processualismo no Brasil é tardio e mais ainda no caso da Serra do Sudeste. Verificamos que os movimentos no sentido do processualismo na arqueologia dos grupos Guarani foram dinamizados a partir da proposta Branislava Susnik em 1980; pela Tese José Proenza Brochado em 1984; seguida pela dissertação de mestrado de Francisco Noelli em 1993; e, pela dissertação de André Luis Ramos Soares em 1996; há vários trabalhos que se seguem, no sul do Brasil, mas estes citados são demarcadores da proposta construída para a Serra do Sudeste. Rafael Milheira da continuidade a este universo ao desenvolver pesquisas amplas na Região da Serra do Sudeste, que resultará em sua dissertação de mestrado em 2008. Trabalho com forte influência processualista.

Cabe o destaque a esta dissertação - “Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste – RS”. Foi apresentada como um estudo de arqueologia regional que atingiu a Serra do Sudeste. Pesquisou as estruturas arqueológicas e os conjuntos de artefatos, sistematizando sistemas espaciais de distribuição de sítios, evidenciando análises tecnotipológicas, conjugando a informações etnográficas e etno-históricas, dentro do que a teoria acima descrita propunha. A ideia final do trabalho era “constituir um panorama histórico de longa duração” para os objetos e sítios que são relacionados de forma ampla aos “grupos Guarani”. Relaciona os sítios da serra, com os das encostas e os das planícies da Laguna dos Patos enfocando o que o pesquisador considera “um domínio de território que se articula entre os distintos estratos ambientais da região” (2008, p. 5).

É possível também verificar um nível inicial de transição que este trabalho apresenta, do universo do processualismo, para o campo do pós-processualismo, campo teórico de apresentamos a seguir.

³⁸ Tal processo permitiria suplantando o hiato existente entre passado e presente, a partir de um conjugado de conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando o elo entre o dinâmico e o estático. Através de generalizações fundamentadas em dados empíricos e modelos precisos o arqueólogo seria capaz de reconhecer alguns padrões arqueológicos, determinando as variáveis existentes na formação do registro arqueológico. Para Binford isto só seria possível por meio da etnoarqueologia, empregando contextos etnográficos e históricos, possibilitando inferir por meio da observação direta entre o dinâmico (comportamento humano) e o estático (registro arqueológico).

2.1.1.3 Enfoque Pós-Processualista

Para Clive Gamble a “pedra no sapato” da arqueologia processual surge apenas alguns anos depois de sua instalação como pensamento arqueológico central de pesquisas, principalmente na América. Surge então no cenário da arqueologia uma oposição fortemente calcada na ideia da impossibilidade de formar leis gerais para o comportamento humano. Estas manifestações passam a ser conhecidas como pós-processualismo (GAMBLE, 2002).

A arqueologia pós-processualista, ou arqueologia contextual, também denominada de arqueologia interpretativa surge em meados dos anos de 1970. O pensamento pós-processualista estava assim caracterizado pela recusa aos preceitos positivistas que norteiam a ciência, bem como a dissociação entre dados e teorias. A arqueologia contextual emerge da busca por respostas as quais a arqueologia processualista não era mais capaz de oferecer (HODDER, 1994).

Questionando a perspectiva da cultura ser meramente como um reflexo de um conjunto normativo, os pós-processualistas procuram compreender a cultura material como a manipulação elaborada pelos indivíduos, segundo suas distintas funções de estratégias sociais. Para a arqueologia contextual a cultura material possui seu significado e cabe ao arqueólogo observá-lo.

Para Hodder um dos principais intelectuais do pós-processualismo, é através da arqueologia contextual que “*se puede demostrar que la verdad y la objetividad se construyen mediante diferentes mecanismos*” (HODDER, 1994.p.188). Devido a tal afirmativa, Hodder sofreu severas críticas chegando a ser acusado de relativista extremado. Segundo a perspectiva da arqueologia contextual quanto o arqueólogo interpreta um achado arqueológico ele o faz atribuindo significado assumindo assim determinados valores.

Esse aspecto é corroborado por Hodder (1994) ao afirmar que “*todo conocimiento está historicamente condicionado*” Referência, no pós-processualismo o indivíduo é percebido como um ser atuante, a cultura material não possui mais um interpretação definitiva, pois ela poderá ser decifrada por diferentes pessoas. Por fim a interpretação é sempre política, sempre parcial, pois ela esta no presente e contem significados políticos e estão carregados de juízos políticos e morais.

2.1.1.4 A Arqueologia da Qual Somos Herdeiros

Como destacamos anteriormente há uma história da arqueologia principalmente vinculada aos coletivos Guarani. Este processo marcado muitas vezes por descontinuidades marcam o pensamento brasileiro em arqueologia e a nós mesmos, que somos frutos deste desenvolvimento em descontinuidade.

No Brasil a afirmação da arqueologia como disciplina científica, só se efetivou após os anos de 1960, através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), estando suas pesquisas a cargo dos arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans³⁹ (NEUMANN, 2008). Até a primeira metade do século XIX, a ciência no Brasil era incipiente, preponderantemente produzida por viajantes. Dentre os quais se incluem botânicos, naturalistas, geólogos, antropólogos, etc. Originários de diversas partes do mundo esses viajantes vinham em busca de todo tipo de coleções. No desenvolver da ciência no Brasil pode-se eleger em um primeiro momento os jesuítas como parte de um pilar que sustentou o início das atividades científicas produzidas no país até instauração da Independência, pois o impulso para a criação das instituições técnico-científicas no Brasil só foi dado após a vinda da Coroa Portuguesa.

Em sua grande maioria as pesquisas científicas produzidas na ainda colônia portuguesa na América, estavam relacionadas ao campo da Geologia. Mas outras áreas também merecem destaques. Dentre os campos científicos que contribuíram para orientação da arqueologia brasileira destacam-se áreas como Biologia, História, Sociologia e Antropologia. Desde sua efetivação como disciplina científica que o panorama da arqueologia brasileira vê-se permeado por distintos influxos teóricos.

Como não poderia deixar de ser, o mesmo aconteceu na arqueologia Guarani desenvolvida nas últimas décadas no Rio Grande do Sul. Enfoques histórico-culturalistas, metodologia processualistas, buscam por análises simétricas para compreender o universo indígena, todas elas válidas no processo desenvolvido pela arqueologia Guarani. Frente esse cenário apresentado, busca-se a observância de distintos aportes teóricos e enfoques metodológicos para auxiliar responder da

³⁹ Betty Meggers e Clifford Evans responsáveis pela adoção dos referenciais teóricos do histórico-culturalismo e Ecologia Cultural que nortearam as pesquisas arqueológicas produzidas pelo PRONAPA.

melhor forma as perguntas produzidas pela presente pesquisa de mestrado, acerca dos coletivos Guarani que ocuparam a Serra dos Tapes.

A presença da produção de argumentos histórico-culturais para os sítios e sua antiguidade na pesquisa provocou a ressonância nas comunidades locais. Os argumentos de “atraso” e “surpresa” pelas capacidades dos índios em transformar o barro em cerâmica e com isso criar técnicas de confecção e tratamento de superfície que desponta aos olhos comuns, criaram a instigante procura por estes artefatos. Ao pensarem que povos “tão primitivos” e “tão antigos”, pois não percebem sua presença no presente, criaram evocações a um grupo distinto na área: “que era mais capaz”, “mais inteligentes”, “menos atrasados”, etc. Estas argumentações trazidas pelos “atores sintagmáticos” da região onde se localizara o sítio Guarani, foco de nosso trabalho, não são construídas a luz de seu conhecimento, mas são fruto da penetração das ideias formuladas na academia sobre o tema.

A surpresa na capacidade de transformação da argila em cerâmica, a escolha do antiplástico, a pintura policrômica, proporção das peças é relacionada a uma provável distinção deste sítio ao que “escutam dizer” destes indígenas. Não é necessário reproduzir aqui as pechas aludidas aos índios, mas a consciência de que estes coletivos eram capazes de transformar a natureza, desligando-se dela, é um caminho de argumentação que sempre incentivamos em campo.

A ideia de que a falta de bases técnicas destes índios em comparação com os coletivos que os seguiram na ocupação da área sempre é recorrente. Ou seja, os Guarani teriam uma vida ligada a natureza e identificada pela luta pela sobrevivência, discurso acadêmico ainda presente, e que é repetido a sua forma pelos locais. Que em comparação aos coletivos europeus sucessores na ocupação da área, os quais dominam a natureza e por isso “pensam seus futuros” trona-se recorrente. A distinção dos coletivos indígenas dos grupos posteriores apresentada pela ciência e seu efeito no pensamento dos locais é nosso próximo enfoque.

2.2 INFLUXOS DA HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE

Tendo em vista o fato de a serra sudeste possuir um longo histórico de ocupação humana, principalmente quando comparado com as primeiras ocupações efetivadas pelos coletivos de origem europeia, encontram-se em muitos relatos

acerca dessas ocupações, observados na produção historiográfica tradicional do Rio Grande do Sul. Pouca dessa produção tenha sido elaborada no intuito de versar sobre o cotidiano dos primeiros ocupantes dessa região serrana. Esse desinteresse sobre os primórdios da ocupação humana na região sul do Brasil em grande parte ocorre devido a historiografia⁴⁰ tradicional sul-rio-grandense estar voltada para o recente histórico de ocupação humana desenvolvido durante os três últimos séculos.

Vale salientar que por historiografia sul-rio-grandense compreendemos aqui o termo utilizado em sua forma abrangente popularizada pelos pesquisadores do campo. Fazemos uso do termo historiografia no sentido elaborado por Gutfreind (1998), Ou seja, toda e qualquer produção textual referente a um dado momento no passado do atual Rio Grande do Sul, seja este de cunho academicista ou não.

Emprega-se comumente o termo historiografia no sentido de história escrita e, percebendo as realizações humanas, independentes do campo em que se manifestam, integradas às conjunturas histórico-sociais concretas, também se vê a historiografia como um produto da sociedade. (...) A historiografia, portanto, está integrada em um momento histórico, sendo o resultado do trabalho individual ou de um grupo de intelectuais (...) (GUTFREIND 1998. p.9).

É necessário atentarmos para o fato de que quando Gutfreind refere-se ao termo intelectual, não está limitando a historiografia à produção meramente acadêmica, mas a todo trabalho de elaboração mental. Ante esse quadro de revisão bibliográfica, observamos nas tradicionais produções textuais que documentam a ocupação do espaço meridional brasileiro que frequentemente os registros tradicionais historiográficos delegam a formação dos primeiros núcleos ocupacionais no espaço que hoje corresponde o estado do Rio Grande do Sul, bem como territórios adjacentes, a grupos de origem ibero-americana. Ou seja, nos casos de ocupações mais recentes a historiografia sul-rio-grandense atribui aos coletivos de origem europeia a efetivação do processo de colonização do espaço meridional brasileiro. Olvidando-se de maneira absoluta a presença ativa de coletivos indígenas no processo histórico sul-brasileiro, ou quando muito, lhe atribuindo certas funções quase que imperceptíveis na história.

⁴⁰ Quando aqui nos referimos a produção historiográfica tradicional sul-rio-grandense, fazemos uso do conceito aplicado pela historiadora Ieda Gutfreind (GUTFREIND,1998.p.9), que define como historiografia toda e qualquer produção de um indivíduo que viveu e conseqüentemente escreveu algum texto, livro, ou mesmo obra literária sobre temas da história sul-rio-grandense.

Frente a essa perspectiva dualista da historiografia tradicional sul-riograndense, a qual Gutfreind (1998), conceitua de matriz ideológica bem definida, que relega os coletivos indígenas a um papel sem destaque como se estes fossem peças dispostas em um tabuleiro à mercê dos “verdadeiros homens” que traziam do “velho” para o “novo mundo” um traço de civilização, podemos destacar duas principais correntes teóricas e suas matrizes ideológicas que auxiliaram nesse processo de esquecimento da atuante participação dos coletivos indígenas na formação dos núcleos povoadores do espaço social do Brasil meridional.

Por matriz entende-se um tipo de discursos com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-riograndense. (GUTFREIND, 1998. p.11).

Sendo a primeira matriz de origem platina, na qual encontramos seus simpatizantes relacionando à formação histórica do Rio Grande do Sul as influências dos empreendimentos na região do Prata. Compreendendo desse modo, as áreas das Missões Orientais jesuíticas do século XVII, como parte histórica desse processo povoador sul-riograndense. Em contraponto a matriz platina, observamos os influxos ideológicos da matriz lusitana com seus partidários advogando uma origem da ocupação do espaço sul-riograndense radicada em uma identidade cultural portuguesa, sendo na óptica desses pensadores a fundação de Rio Grande (através da edificação do presídio Jesus Maria José) o verdadeiro baluarte do processo povoador nessa região. Outros autores identificados com a matriz lusitana acabam influenciados por uma corrente nacionalista que emergia no pós 1920. O que por sua vez, contribuiu ardorosamente para generalização da formação histórica de uma herança cultural de um Rio Grande do Sul lusitano. Negando assim, qualquer proximidade com a região platina (GUTFREIND, 1998). Não obstante, os esforços dessas matrizes em detectar, durante décadas a presença ativa dos grupos indígenas do processo de ocupação no espaço sul-brasileiro, muitos trabalhos surgidos nos últimos anos vêm auxiliando a contar essa história indígena.

Com base nessa premissa o esquecimento por parte da historiografia tradicional, está fundamentado pelos influxos das referidas matrizes que nortearam o pensamento historiográfico sul-riograndense. Em que pese, sejam essas duas

correntes teóricas antagônicas em suas origens, ambas se irmanam em um mesmo ponto, tanto matriz platina quanto matriz lusitana profere seus feitos em detrimentos dos coletivos indígenas que ocuparam de maneira predominante e ativa o espaço sul-rio-grandense. O local, no entanto preserva a ideia de uma ocupação posterior aos indígenas de europeus dos quais se sentem diretamente herdeiros. A noção de que houve um período de “abandono” e “desocupação” se referindo talvez a presença portuguesa na área é postulada. Mas obviamente a presença de seus ancestrais diretos sempre é mais enfatizada. Neste sentido caberia um profundo estudo de história oral, destas ocupações, a partir destes interlocutores revendo as ideias sobre este vazio demográfico e posterior reocupação da área, processo que não tivemos fôlego para realizar nesta pesquisa.

Estudos arqueológicos, antropológicos e etnográficos hoje a disposição de pesquisadores propiciam uma nova leitura sobre a atuação desses coletivos que ocuparam de maneira predominante e ativa a região sul do Brasil, em especial a Serra dos Tapes. Acrescida a estes estudos acadêmicos nos vemos hoje fomentados por uma visão mais abrangente de nossa responsabilidade sobre o patrimônio arqueológico da região e, portanto, somos conduzidos por ideias mais alternativas na arqueologia.

2.3 ARQUEOLOGIA COMPARTILHADA NA SERRA DO SUDESTE

A continuidade de nossos trabalhos iniciados dentro das ideias anteriormente apresentadas vão sendo transformadas para outra perspectiva. Princípios com uma postura tradicional, com um enfoque muito ligado ao processualismo e com algumas ideias de produzir um texto mais pós-processualista, mas chegamos a um universo mais crítico quando iniciamos a intenção de amplificar a voz das comunidades locais.

O nosso conhecimento sobre aqueles amadores nos fez verificar que as arqueologias mais novas trouxeram para o debate a multivocalidade (GNECCO, 2012) e a possibilidade de refletirmos junto aos locais as nossas perspectivas. Alteramos muito nossa prática arqueológica. A ética envolvida nos fez pensar qual o tipo de arqueologia que queríamos produzir. Apostamos, mesmo que com pouco conhecimento nesta nova ação que chamamos aqui de compartilhada.

Arqueologia compartilhada (que outros chamam comunitária) a qual vimos de alguma forma tentar assegurar a presença dos locais na nossa produção interpretativa.

(...) assegura à comunidade função central na criação e imaginação das formas de extroversão e apresentação pública da cultura material revelada pela pesquisa. Inclusive no quesito de como conservar os materiais e para quem efetivamente conservá-los, as comunidades deliberam com os arqueólogos, decidindo-se conjuntamente se servirão para usufruto imediato do presente ou das gerações futuras. (FERREIRA, 2008, p. 88)

Essa multivocalidade que assegura aos locais um compartilhamento das interpretações relativas a cultura material que eles nos elencaram, nos revelaram, por suas motivações e que por entendermos válidas demos visibilidade. Não somos por isso, melhores que os que nos antecederam, mas sim nos tornamos diferentes e uma diferença que propicia o domínio do conhecimento por aqueles que nos acompanharam nestas investigações.

Incorporamos dos locais, a partir de seus conhecimentos tradicionais, fomos levados a assumir a pluralidade de significados, que em uma arqueologia mais tradicional seriam executados a luz de uma proposta vinda da ciência exclusivamente. As ideias sobre os contextos arqueológicos ressurgidas a partir das ideias das comunidades formam outras ideias sobre estes (FERREIRA, 2008, p. 89).

Na colaboração aguardamos os posicionamentos tomados pelos locais e integramos as nossas metodologias apreendidas nos meios acadêmicos, integrando-os e informado aos nossos interlocutores sobre esta interação. A pesquisa então foi flexibilizada quanto a sua metodologia. Buscamos através de discussões travadas in locu a permissão para a divulgação dos resultados de nossa investigação e propusemo-nos a compartilhar os benefícios a esta (SILVA, 2012, p. 28). Muitas vezes esta relação não era compreendida pelos locais, pois de certa forma, estavam acostumados a serem visitados por pesquisadores que ao final de suas pesquisas (com objetivos criados longe destes locais) não retornavam seus resultados.

Na relação entre o contexto sistêmico e arqueológico (GNECCO, 2012 p. 12) que na interação travávamos junto aos nossos interlocutores suas interpretações eram construídas em conjunto com as nossas. Contudo é fato, de que não atingimos todos os pressupostos de uma arqueologia compartilhada (ou comunitária), mas

exercitamos o máximo que podíamos dentro de nossas limitações. O Universo de confiança construído entre as partes é um exemplo forte disso. Fomos permitidos a visitar as áreas sem autorização e sempre que achássemos necessário, mas que, contudo, evitávamos, pois a interlocução com estes era fundamental.

Esta iniciativa que em princípio era uma proposta relacionada a uma ética, de origem apenas no sentido da preservação dos informantes, como na antropologia tradicional, transforma-se em uma forma colaborativa. O envolvimento destes coletivos no processo arqueológico, dentro de uma perspectiva alternativa na gestão de seus patrimônios, forçou a um entendimento diferente do que tínhamos sobre estes bens. A colaboração com a população local em seus objetivos assim como nos nossos criaram contextos sistêmicos com muitas expectativas e diferentes objetivos das partes envolvidas (SILVA, 2012, p. 29), lembrando que mesmo que integrados na proposta de revelar o passado, nossas motivações anda eram muito distantes, mas complementares.

“As arqueologias alternativas podem ser descritas como praticas afastadas dos principais princípios disciplinares” (GNECCO, 2012 p. 14). Não pensávamos sobre isso durante nossas ações de campo, pois a integração não nos permitia ver dentro da diferença de nossos objetivos a contraposição a “arqueologia acadêmica/positivista” ou uma proposta dissidente que pudesse ser rotulada “como arqueologias alternativas quando totalmente desenvolvidas em programas por conta própria” (GNECCO, 2012 p. 14). Não nos sentimos assim, mas quando refletimos sobre nossas ações sim nos percebemos diferentes destas pesquisas que nos antecederam. “Arqueologia comunitária significa envolver a população local nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural” (FERREIRA, 2008, p. 81)

Esta maneira de fazer arqueologia que acaba por preconizar “abordagens críticas e alternativas” (SILVA, 2012, p. 26) àqueles modelos que comumente são desenvolvidos no país, colocou-nos em uma posição pouco confortável, pela falta de parâmetros e conhecimentos de como bem desenvolvê-la, assim seguimos muito nossos conhecimentos recentemente aprimorados nos estudos do PPGA-UFPel.

Sabíamos, contudo, que desenvolver essa arqueologia mais compartilhada dependia das intenções de nossos interlocutores, e estas “especificidades” reordenaram nossas percepções sobre o projeto original que tínhamos previsto para

área. Este era voltado para trazer a luz a presença Guarani, sem inicialmente respeitar os coletivos que estavam ali representados até o presente. As “comunidades locais” não só transformaram-se em “agentes e colaboradoras ativas da pesquisa arqueológica” (FERREIRA, 2008, p. 87), como responsáveis pela ordenação cronológica do mesmo. De uma arqueologia Guarani nosso trabalho transformou-se em um estudo de ocupação de longa temporalidade. Discutimos e decidimos “conjuntamente” arqueólogos e comunidade, “num diálogo e colaborações contínuos” o que teríamos como texto final (FERREIRA, 2008, p. 87).

Não treinamos a “comunidade para trabalhar em todas as fases do projeto de pesquisa” (FERREIRA, 2008, p. 87), mas respeitamos as dinâmicas de pesquisa de nossos interlocutores. Guiamo-nos sim por “entrevistas periódicas e pesquisas em história oral com a comunidade” (FERREIRA, 2008, p. 87), as quais nos permitiram o entendimento e as formas de atuar em campo e nos propuseram interpretações.

Finalmente, cabe dizer que nessa prática arqueológica colaborativa fomos conduzidos a repensar nosso foco de pesquisa, nossas formas de interpretação, nossas propostas metodológicas, mas também possibilitamos aos locais entenderem como nós pensávamos. Entendemos que estas comunidades são “tão responsáveis pela sua interpretação e preservação quanto o são os arqueólogos e legisladores” (SILVA, 2012, p. 38).

O estudo arqueológico da região sempre privilegiou o período histórico, como forma de divisão atual da própria arqueologia no Brasil. Os estudos de grupos pré-contato são tratados como Arqueologia Pré-histórica, as ocupações pós-contato como Arqueologia Histórica e as relações dos pesquisadores como expressões do campo da Antropologia. Estamos desenvolvendo este trabalho a partir de uma ideia de que a arqueologia é uma forma de se trabalhar a antropologia e que os estudos de áreas de ocupação não privilegiam um conhecimento em separação, ou detrimento do outro.

A perspectiva criada pela aproximação que os locais nos fizeram fazer dos sítios com presença de matérias relativos aos coletivos indígenas com os de seus ancestrais, ligação com as áreas e vestígios de ocupações que os locais compreendem como seus patrimônios, de seus ancestrais diretos, nos fez mudar o foco de pesquisa. Isso nos fez perceber que havia sim uma sucessão de diferentes

ocupações na área. A nossa percepção inicial de que pesquisariamos os indígenas, foi sendo conduzida a uma investigação de uma temporalidade muito maior. Não fosse só isso nos vimos compelidos a trazer a luz estas construções locais da ocupação da Serra do Tapes, que não se distancia das perspectivas da ciência, mas que é conduzida pelo local de forma sincrônica.

Olhamos para esta área em estudo através da lente da arqueologia e consideramos as ocupações humanas destacadas por períodos diferentes enquanto estratos de ocupação contínua de uma mesma área. Nos capítulos a seguir trataremos estes estratos, reforçados pelos tipos de objetos da cultura relacionados a eles, ou seja, a forma de ocupação do espaço enquanto uma cultura material que os identificam.

2.3.1 Um Compartilhar de Experiência

Durante o trabalho desenvolvido na região da Serra dos Tapes, na área piloto situada as margens do arroio Andrade, na fronteira entre os distritos do município de Pelotas-RS (Cerrito Alegre 3º distrito e Quilombo 7º distrito), nos foi oportunizado examinar não apenas os registros de ocupações humanas encontrados nessa referida região. Mas, sobretudo, nos foi ofertada a possibilidade de tecermos uma rede de relações com membros da comunidade da serra, esses “atores sintagmáticos” (RAFFESTIN, 1980), responsáveis pelas alterações na paisagem serrana.

Tecemos uma rede de relações a qual esperamos ampliá-la através do seguimento de novas investigações na citada área. Pois acreditamos que por meio dessa rede a qual nos conduziu a um panorama de compartilhamento de saberes locais por parte desses “atores sintagmáticos”, sejamos capazes de responder ainda que em longo prazo, a novos e mesmo antigos problemas de pesquisa por ora, não contemplados pelas descobertas das atuais investigações.

A busca pelo compartilhamento dos conhecimentos acerca das ocupações humanas ocorridas na Serra dos Tapes é uma constante em nosso trabalho. Buscamos com isso, romper a lógica academicista, ou mesmo o senso comum de se fazer ciências de uma forma vertical e *monolítica*, ou seja, de cima para baixo. Sentimos uma enorme carência acerca da participação desses atores e seus saberes locais, assim como dos saberes científicos que de mesmo modo registram o

passado dessa marcante paisagem serrana do sudeste do Rio Grande do Sul e norteiam nosso arcabouço teórico.

2.4 O ENTRETECER DE NOSSA REDE DE CONHECIMENTO

No entretecer de nossa rede firmamos contato com nossos interlocutores da serra. Em nosso primeiro contato em lócus com a região estudada estávamos acompanhados do Sr. Sérgio Raffi. Um dos importantes “atores sintagmáticos” que se fez presente em nosso trabalho e tornou-se nosso interlocutor durante esse processo de tessitura das redes de relacionamentos que buscamos entreter com a comunidade da serra. O Sr. Sérgio é morador da região serrana e natural de Cerrito Alegre (3º distrito do município de Pelotas), trabalha na prefeitura do município de Arroio do Padre, cidade vizinha distante cerca de 15 km e pertencente à formação geopolítica da Serra dos Tapes.

Curiosamente o Sr. Sergio Raffi esteve presente em outras pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região. Foi esta ligação com pesquisas pretéritas que nos aproximou. Por sermos sabedores de sua participação, auxiliando de maneira efetiva em outras pesquisas realizadas na região, buscamos o contado com o mesmo. Seu interesse pelos estudos acerca dos achados arqueológicos acabou despertado na comunidade a curiosidade de parte de alguns moradores sobre questões relativas aos objetos arqueológicos que afloram pelas lavouras da região. Resultando assim, com que muitos moradores o procurem no intuito de descobrirem sobre a veracidade desses achados. Estes acontecimentos fazem com que o mesmo torne-se um importante elo entre o discurso academicista sobre os registros do passado e a comunidade detentora desse diversificado patrimônio arqueológico.

2.5 DESCREVENDO OS ESTRATOS DA PAISAGEM NA SERRA DOS TAPES

Desde o início o presente trabalho procurou partilhar com nossos interlocutores os variados conhecimentos acerca de nossos objetos de estudo para as análises dessa investigação. Tecemos juntos, possíveis hipóteses sobre os processos ocupacionais ocorridos na serra. Caminhamos (literalmente) lado a lado,

os cerros, planícies, platôs e arroio na busca dos vestígios que corroboram a existência dessas ocupações pretéritas. A importância desse compartilhamento foi tamanha que propomos ao leitor uma sutil descrição da paisagem dessa área piloto e região adjacente. Para que o mesmo possa compreender o quão fundamental são as relações dessa paisagem e as ocupações pretéritas e atuais, na análise dos estratos observados.

Nossa chegada na referida região serrana se deu via estrada da federeca (Rodovia RS-737), principal via de acesso e de escoamento da produção serrana entre os municípios de Pelotas e Arroio do Padre, tendo como ingresso principal à rodovia BR-116. Durante o percurso até a área piloto, foi possível perceber o quão marcante é a paisagem da serra sudeste. Os estratos de suas ocupações pretéritas tornam-se perceptível aos olhos de todo e qualquer indivíduo que por lá transite. Desde sua exuberante configuração geológica evidenciada na topografia serrana através de seus relevos, platôs, planícies e cortes estratigráficos que se encontram desvendados nas cabeceiras da rodovia até sua paisagem arquitetônica através de seus casarios e espaços religiosos (como igrejas e cemitérios), típicos do processo de colonização imigrante e que evidenciam edificações do final do século XIX, início do século XX.

Nessa referida rodovia (RS-737), próximo ao acesso da BR 116, encontra-se uma antiga residência possivelmente edificada no final do século XIX, início do século XX. A seu lado percebe-se uma enorme figueira. A presença dessa enorme figueira acentua ainda mais essa paisagem.



Fig.15 Prédio antigo localizado na rodovia (RS-737) Foto: Fábio Silveira



Fig.16 Em destaque antigo prédio do Cerrito Alegre na rodovia (RS-737) Foto: Fábio Silveira

Seguindo em direção a serra, são observadas outras edificações que trazem um destaque histórico junto à paisagem. Cerca de 2 km distante desse antigo prédio do Cerrito Alegre pode ser observado outro prédio que possui estampado em sua fachada a data de sua edificação (1931).



Fig.17 Edificação datada do ano de 1931 localizada na rodovia (RS-737) Foto: Fernanda Silveira

No percurso até nossa área piloto, percorremos cerca de 46 km. Destes aproximadamente 23 km são de serra acima. Durante esse trajeto vários registros de ocupações foram sendo identificados na estratigrafia da serra. Alguns desses registros são edificações que demonstram a religiosidade por parte das coletividades dos colonos imigrantes. Grande parte dessas edificações é de religiosidade protestante e está relacionada às coletividades germânicas.



Fig.18 Cemitério situado ao lado de igreja luterana, localizado na rodovia (RS-737) Foto: Fernanda Silveira

Rumo à antiga Colônia Santo Antônio (7º distrito do município de Pelotas), logo da saída da via principal (rodovia RS-737) rumo o interior da colônia, entrando por uma via secundária, nos deparamos com outro cemitério aparentemente muito antigo. Devido à ausência de interlocutores no local, não foi possível datarmos sua edificação, tão pouco sabermos sobre as primeiras coletividades que a ele deram origem. Contudo, sua apresentação deixa transparecer que seja de um período próximo ao século XIX.



Fig.19 Cemitério localizado na saída da rodovia (RS-737) Foto: Jose Mabel das Neves

Passando o citado cemitério, em direção ao interior da colônia Santo Antônio são percebidas cerca de 7 pequenas pontes. A primeira dessas pontes é pequena com cerca de 2 metros de largura por 1,5 metros de comprimento, feita de madeira, seguida de outras 6 pontes de tamanho e condições variadas distantes uma das outras aproximadamente 300m.

A descrição de tais pontes possui importância em nosso trabalho não apenas por sua existência ou relação de elo entres as margens de um hiato. Suas presenças distadas 300m umas das outras, referencia o mapeamento dos cursos hídricos da região.



Fig. 20 Ponte sobre o arroi Andrade na divisa entre os distritos de quilombo e Cerrito Alegre. Foto: Jose Mabel das Neves

Seguindo em direção ao interior da antiga colônia Santo Antônio outras edificações antigas são evidenciadas. No entanto, não fomos capazes de comprovar as datas de suas edificações. Devido suas formas arquitetônicas, fomos levados a crer que se remetam a construções da primeira metade do século XX, contudo, não podemos afirmar tal conclusão. As edificações relacionadas ao início do século XX se espraiam pela serra.



Fig. 21 Prédio antigo no vale dos Andrada. Foto: Fábio Silveira

Os estratos da paisagem serrana também podem ser percebidos em um panorama além das edificações pós-coloniais. Ou seja, em meio à vegetação das encostas da serra do sudeste, nas margens dos arroios que perpassam a serra, no que resta de mata nativa, nas lavouras e platôs. Todas elas, área onde podemos perceber os registros materiais de ocupações pretéritas. Registros esses evidenciados e documentados por pesquisas anteriores as quais catalogam uma dezena de sítios arqueológicos Guarani na Serra dos Tapes.

Dos estratos indígenas inventariados na Serra dos Tapes, dois de seus sítios encontram-se na propriedade da família Raffi são eles: PSGPA-01-Raffi I e II (MILHEIRA, 2008). Durante nossas visitas em campo percorremos alguns desses sítios buscando reconhecer traços característicos de seus assentamentos. Dentre os sítios existentes visitamos o PSGPA-01-Raffi I na lavoura dos Raffi e PSGPA-04-Ribes (MILHEIRA, 2008), em uma propriedade vizinha distante cerca de 2,5 km.

Na primeira localidade, após uma breve varredura superficial encontramos incidência de fragmentos cerâmicos dispersos pela lavoura. No segundo sítio situado em um topo/meia encosta do morro localizado entre o vale do arroio Andrade e vale do arroio Corretes podemos observar as áreas onde foram plotadas diversos fragmentos cerâmicos de cultura material Guarani, os quais foram analisados pelo arqueólogo Milheira servindo de estudo para sua dissertação (MILHEIRA, 2008).

Prosseguimos nossa pesquisa de campo até a propriedade do Sr. Juca distante aproximadamente 3km do primeiro sítio. A propriedade do Sr. Juca localiza-se na divisa entre os distritos de Cerrito Alegre e Quilombo, mais precisamente na antiga picada dos franceses, ou colônia Santo Antônio. Segundo relatos anteriores o Sr. Juca tinha encontrado fragmentos cerâmicos (*possivelmente de índios*), os quais poderia nos mostrar. Diante de tais informações nos deslocamos até sua residência.

Segundo nos relatou o Sr. Juca, os fragmentos faziam parte de um “vaso”, ou “pote” e que ele tinha encontrado ainda inteiro em meio a sua lavoura há cerca de uns três, ou quatro anos, e desde então ele guardou esses material, porém com o tempo e a forma (não adequada) de armazenamento dos objetos eles acabaram quebrados. Conforme nos narrou Sr. Juca, ele roçava a terra quando próximo a um toco de árvore atingiu algo.

Ao abrir espaço o mesmo observou que o objeto era um “vaso, ou pote” cerâmico, ainda inteiro. Registramos as coordenadas onde Sr. Juca referiu ter encontrado os fragmentos UTM 22J. 364728mE - 6511968mN (erro 6 m) alt. 128m. Os fragmentos cerâmicos encontrados pelo Sr. Juca nos foram doados para que levássemos ao laboratório para registro e salvamento, bem como posterior análises dos mesmos.

Posteriormente fomos guiados por Sr. Juca até a área onde foram encontrados os fragmentos cerâmicos. Na referida área fomos capazes de observar que a área em questão apresentava grande potencial arqueológico, podendo esta tratar-se de sítio Indígena. Contudo, para tal afirmativa recorremos à presença do Prof. Cláudio Baptista Carle, que nos orientou durante o percurso desse trabalho, vindo também a contribuir para melhor compreensão desse espaço estudado.

Exploramos superficialmente área piloto traçando um perímetro correspondente a área de lavoura. Durante o percurso localizamos em uma área recentemente aberta fragmentos cerâmicos, onde plotamos suas coordenadas UTM 22J. 365053mE - 6512039mN. Porém, devido à ampla movimentação de terras ficou difícil precisar se aqueles fragmentos estavam ali há muito tempo, ou havia sido deslocado de outra área.



Fig.22 Vista geral da parte nordeste do sítio Guarani. Foto: Cristian das Neves

Na parte superior do platô onde acreditamos se localizar o sítio foram encontrados diversos outros fragmentos dentre eles identificamos um fragmento de

borda cerâmica. Coordenadas UTM 22J. 364845mE - 6512038mN (erro 10 m) alt. 116m. Nessa mesma área onde evidenciamos os registros materiais de ocupação Guarani, também abrigou uma antiga residência do período colonial. Não nos foi precisado a data, mas ela estaria relacionada diretamente com a edificação da fábrica de celulose.



Fig.23 Vista geral da parte nortedeste do sítio Guarani. Foto: Cristian das Neves

A importância dessas informações está diretamente vinculada com a relação de ocupação e uso sistêmico do espaço que nos apresenta uma forma de entendimento por meio da leitura do uso e consequente aproveitamento da paisagem, tanto pelos atuais ocupantes da Serra dos Tapes, como pelos coletivos indígenas que anteriormente lá habitavam.

Quanto nossa área piloto, essa possui características efetivas favoráveis a ocupação. Sua localização com relação ao nível do mar registra uma elevação de cerca de 136m. Sua posição geográfica está privilegiada pela proteção de uma malha de mato alto e fechado resguardando das intempéries dos ventos sul e sudeste ficando exposta a incidência de raios solares no mínimo 10 horas por dia. O solo é úmido e fértil, e a incidência de fragmentos cerâmicos é vasta nessa área.

Diante de tais evidências acreditamos que esse sítio possivelmente seja parte integrante de um conjunto de assentamentos registrados por pesquisas anteriores (MILHEIRA, 2008), que se estendeu das margens do arroio Pelotas até a região da Laguna dos Patos em um largo processo de ocupação regional.

2.6 AS TESSITURAS DAS REDES DE COMPARTILHAMENTOS

Partilhando dos saberes locais fomos nos apropriando das informações relatadas por nossos interlocutores. Dentes as informações coletadas destacamos os relatos de D. Elza e Sr. Antônio (pais do Sr. Sérgio Raffi). Depois de uma breve conversa com D. Elza fomos induzido à outra investigação, o processo de edificação da fábrica de celulose. Segundo consta nas fontes documentais a edificação da fábrica de celulose teve início em 1889 e em cerca de pouco mais dois anos começou suas atividades, porem seu tempo de funcionamento foi curto. Segundo relatado pela memória coletiva a fábrica tinha dois proprietários italianos Sr. Bonnora e Sr. Piccardo e o motivo do insucesso desse empreendimento teria sido ocasionado por desavenças entre as partes proprietárias (BETEMPS, 1999.p.06).

“A fábrica era movida à água e foi inaugurada em 1892, mas não foi uma empresa muito duradoura, devido a desentendimentos entre os donos” (BETEMPS, 1999.p.06).

Também segundo a memória coletiva da região, a mão-de-obra utilizada na edificação da aludida fábrica teria sido de emprega por funcionários dos senhores Bonnora e Piccardo. Como a edificação da antiga fábrica de celulose corresponde a um dos três estratos ocupacionais investigados por nossa pesquisa, dedicamos aqui uma maior atenção a história desse patente estrato da paisagem serrana.

Devido à edificação da fábrica de celulose contemplar o ano de 1889, entendemos que ela esteja situada temporalmente no estrato por nós delimitado de terceiro estrato, ou seja, entre a abertura dos primeiros lotes de terra para implementação das colônias (governamentais e privadas) e a primeira metade do século XX. Sobre os dados acerca da construção da antiga fábrica de celulose na colônia Santo Antônio, encontramos referências no trabalho de Carl Otto Ullrich (1984), onde o mesmo descreve que mais ao norte da picada dos Andradas estava localizada a fábrica de celulose, a qual seria de propriedade de dois italianos Bonnora e Piccardo (ULLRICH, 1984).

Na fronteira norte da picada "Dos Andradas" localizava-se uma fábrica de celulose (proprietário: Senhor Bonnora, de Pelotas) movida à água. A fábrica trabalha atualmente apenas com a produção de papel-embrulho, extraído de retalhos de tecidos de algodão, adquiridos na tecelagem Rheingantz de Rio Grande. (ULLRICH, 1984, p sem numeração).

Conforme nos relatou o Sr. Raffi a mecânica para edificação da fábrica de celulose foi muito bem elaborada e bastante trabalhosa. Foi feita manualmente uma canalização do arroio Andrade (um desvio de cerca de 650 metros), para que esse passasse pela fábrica e com isso movimentasse sua roda da'gua (única força motriz para o funcionamento da fábrica).



Fig. 24 Vista da lateral onde localizava-se a roda da'agua. Foto: Fábio Silveira

O que surpreende a todos é o curto tempo transcorrido entre o início de edificação da fábrica e a inauguração da mesma, decorreram-se apenas cerca de dois anos. Pouquíssimo tempo, principalmente se levarmos em conta o tamanho e complexidade da edificação.

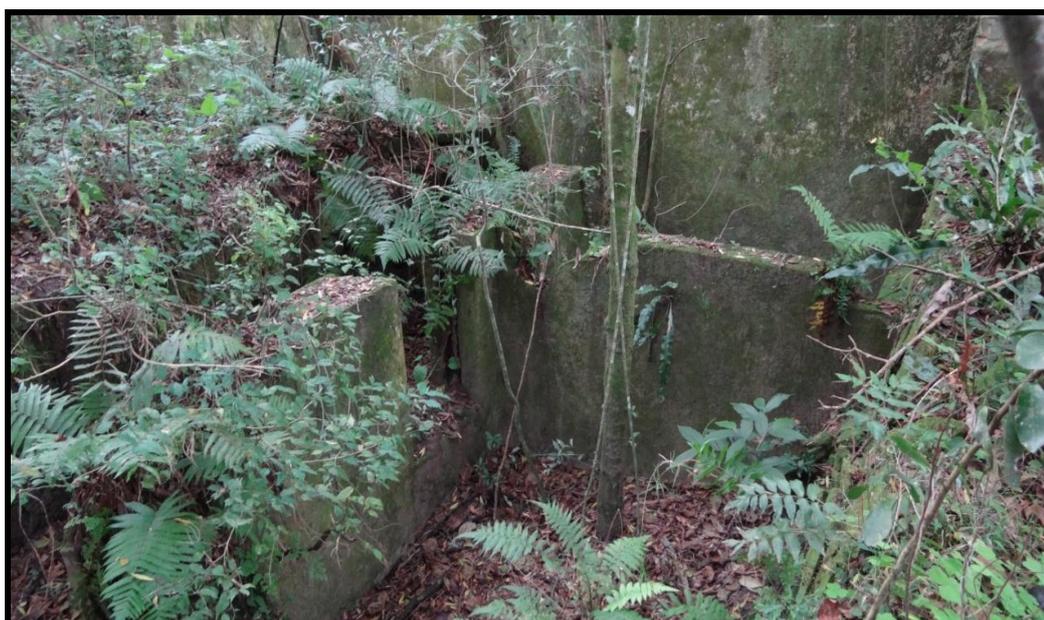


Fig.25 Vista da área onde se localizavam os tanques para produção de celulose. Foto: Fábio Silveira

Segundo podemos observar a sede da fábrica ocupava uma área de aproximadamente 200m², possuindo um pé direito de pouco mais de 5m de altura. Somado a isso temos ainda a canalização do desvio do arroio Andrade, a construção de uma pequena represa no arroio Andrade cerca de 600m ao norte da fábrica e a edificação de uma pilastra que auxiliaria o desvio do arroio Andrade. Tudo isso em pouco mais de dois anos de trabalho.

Quanto ao processo de ocupação do lugar, o Sr. Raffi relata que após o encerramento das atividades da fábrica a edificação abrigou um comércio e posteriormente residência particular. Curiosamente essa residência abrigou os familiares de dona Elza (mãe do Sr. Sérgio), bem como a própria, visto que foi lá onde d. Elza nasceu.



Fig.26 Vista geral do pilar que sustentava a canalização do desvio elevado do arroio Andrade. Foto: Fábio Silveira

Conforme relata Sr. Sérgio sua mãe nasceu no cômodo que correspondia à janela da parte superior da casa. Posteriormente a residência foi vendida. Hoje a propriedade que abrigou a antiga fábrica de celulose, um comércio e a residência particular é de propriedade de familiares do Sr. Sérgio Raffi.



Fig.27 Vista da fachada das ruínas da antiga fábrica de Papel. Posteriormente serviu de residência da família de Dona Elza Raffi. Foto: Jose Mabel das Neves

CAPÍTULO 3

POR UMA ARQUEOLOGIA EM ESTRATOS

Há muito tempo que a humanidade anseia por explicações que elucidem a origem do homem no universo, assim como a procedência do próprio universo. Vários são os arquétipos cosmológicos que ao largo da história tentaram suprir tais anseios. Durante o longo processo evolutivo das idéias, cada sociedade⁴¹ buscou modelos cosmológicos que visaram estabelecer soluções a tamanha sofreguidão humana. *Terra Plana, Geocentrismo, Heliocentrismo, Galactocentrismo, Big Bang* e outros tantos modelos cosmológicos pertencentes também no universo existencial de populações tradicionais formaram um arcabouço teórico que a seu tempo e modo trataram de amainar as inquietações filosóficas desse indivíduos (NOGAROL, 2011). Dentro desse mesmo processo reflexivo a ordenação da temporalidade das coletividades ganha espaço. Saber não apenas a procedência de sua ancestralidade, mas estabelecer legitimidade através de sua longa existência no processo histórico da humanidade até certo ponto, pode render posição de prestígio de um determinado coletivo junto a outros grupos humanos.

Para tais inquietações acerca da temporalidade histórica as ciências humanas vêm transpondo passo a passo suas dificuldades. Auxiliando-se em metodologias de outras áreas do conhecimento científico as *Ciências Humanas* conseguiram datar a temporalidade de diversas culturas humanas. Hoje por meio dos estudos da cultura material e dos múltiplos vestígios depositados na estratigrafia de uma determinada área, a arqueologia é capaz de identificar os comportamentos, usos e costumes, bem como precisar a cronologia de determinados grupos ou indivíduos. Muito fundamental suas análises cronológicas nos estudos dos estratos existentes em intervenção arqueológica, pois através desses estratos pode-se determinar a existência de ocupação humana pretérita na referida área pesquisada. Grande parte dessas datações relativas baseadas na “lei de superposições” (ou sobreposições) das camadas estratigráficas encontradas nessa área.

⁴¹ Por sociedade entendemos um conjunto de indivíduos pertencentes a uma coletividade os quais estão submetidos às mesmas leis, preceitos, costumes ou tradições.

3.1 ARQUEOLOGIA GUARANI UM PRIMEIRO ESTRATO

Na arqueologia o termo estratos corresponde às diferentes camadas sedimentares depositadas no solo, enquanto que o termo estratigrafia faz referência ao estudo (ou conjuntos), das camadas ou superposição de estratos que compõem esse referido solo. Assim sendo, no campo da arqueologia o estudo da estratigrafia de uma determinada área corresponde à análise da disposição física dos diferentes estratos geológicos, bem como o exame da formação, composição e distribuição dessas diferentes camadas sedimentares depositadas no terreno ao longo de um determinado período. Para arqueologia o exame desses diferentes níveis estratigráficos (quando sobrepostos de maneira natural ou antrópica, porém sem nenhuma interferência posterior nesse processo deposicional), pode nos indicar a periodização, ou mesmo, o número de ocupações humanas que um determinado espaço comportou. Deste modo, podemos afirmar que o estudo da estratigrafia baseia-se na “lei de superposição” um dos três princípios básicos da estratigrafia elaborados por Nicolaus Steno em 1669 (NOGAROL, 2011).

Por meio de análise acerca das formações rochosas na região da Toscana, Nicolaus Steno pode observar que os estratos encontrados registravam acontecimentos pretéritos onde as camadas estratigráficas mais profundas correspondiam a estratos mais antigos e por consequência as camadas sobrejacentes estavam relacionadas às deposições nas recentes. Ou seja, através da “lei de superposição” Steno definiu que os sedimentos de estratos mais profundos, localizados em uma área que não sofreu nenhum tipo de intervenção, pressupõem uma datação mais antiga que os sedimentos encontrados em estratos mais superficiais localizados nessa mesma área (NOGAROL, 2011).

Para que possamos compreender o estudo da estratigrafia que tanto nos auxilia na análise das ocupações registradas na topografia de uma determinada área, devemos entender que tal estudo tem por base os seguintes princípios:

- ✓ *Princípio do uniformitarismo*: O qual implica em uma uniformidade temporal dos processos geológicos e das suas causas.
- ✓ *Princípio da superposição*: pressupõe que em qualquer sucessão de estratos não alterada, a sobreposição mais antiga está coberta pela mais recente.
- ✓ *Princípio da continuidade lateral*: Uma camada sedimentar possui sempre a mesma idade ao longo de sua extensão.

✓ *Princípio da intersecção*: toda a matéria que intersecta uma rocha é mais recente que a mesma.

✓ *Princípio da inclusão*: fragmentos sedimentados em uma rocha são sempre mais antigos do que a rocha que o sedimenta.

Com base nas informações preliminares que obtivemos através dos estudos bibliográficos sobre a área pesquisada, corroborado por nossa pesquisa em campo, percebemos que o espaço correspondente ao terceiro e sétimo distrito do município de Pelotas-RS (recorte espacial do universo de nossa pesquisa), é cenário de “*no mínimo*” três distintas formas de ocupação humana (as quais são objetos principais de nosso estudo), seguida de outras múltiplas variações de assentamentos, o que nesse caso acrescerá ainda mais a quantificação dos estratos encontrados.

Frente esse panorama tomamos como premissa o cenário de três principais estratos ocupacionais: a começar em um primeiro momento, ou *estrato* observamos a *ocupação indígena*, aqui retratada na figura da coletividade Guarani, perpassando pela ocupação ibero-americana, nem sempre efetivada através da presença física, mas representada por uma clara e forte presença da ação geopolítica⁴² lusitana, tornando-se ela mais em uma espécie de transição entre os estratos que efetivamente uma concreta ocupação. Por fim, um terceiro estrato nos é percebido. Trata-se da distribuição dos lotes coloniais para imigrantes europeus, realizado por meio de uma política governamental e privada aplicada pelo governo imperial brasileiro durante meados do século XIX.

3.1.1 Uma Paisagem Guarani em Estratos

A exuberante paisagem da Serra dos Tapes abriga em sua história séculos de ocupação humana, dentre as quais a presença das coletividades indígenas assume papel de destaque para elaboração dessa pesquisa. A muito que a Serra

⁴² Embora nesse momento muitos dos Estados do século XVI e XVII, estivessem passando por uma transição em seus sistemas de governo, muitos historiadores acreditam que não deveríamos conceitualmente definir os mesmos como nações. Portanto, esse trabalho traz a discussão o conceito de geopolítica a partir da perspectiva de Muradás “[...] Geopolítica é o termo usado para descrever como as nações exercem sua influencia sobre as outras. Muitos mecanismos podem ser usados [...]. Entre outros, incluem-se as força militar, o comércio, a ajuda econômica, a mídia, a religião [...] (MURADÁS, 2008, p. 18)”, pois percebemos *Geopolítica* como a ação da influência que uma determinada instituição de poder exerce sobre outras. Doravante ao nos referirmos sobre Geopolítica, esta obra estará relacionando-a diretamente com a influência exercida a partir das relações de poder praticadas pelos distintos sistemas de governo exercidos no espaço da América do Sul.

vem sendo palco de inúmeras pesquisas sobre as múltiplas coletividades que ocuparam a região. Entretanto, nas últimas décadas as coletividades indígenas acabaram por ocupar uma atenção especial no cenário das pesquisas arqueológicas na Serra dos Tapes, bem como em grande parte da região Sul do Brasil dado a significativa quantidade de vestígios materiais que evidenciam a longa temporalidade de sua história.

Constituída pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a referida região Sul vem a mais de um século produzindo pesquisas arqueológicas e hoje já possuem mais de 3.500 sítios arqueológicos identificados. Esse panorama possibilitou a região Sul tornar-se uma das áreas brasileiras mais conhecidas no campo das pesquisas arqueológicas. Estudos arqueológicos registram diversificados conjuntos tecnológicos bem definidos e uma significativa representatividade em termos cronológicos sobre o início das ocupações na região, cerca de 12.000 anos antes do presente (NOELLI, 2000).

Desse longo processo de ocupação humana registrado pelos estudos arqueológicos na região Sul do Brasil destacamos a coletividade Guarani como sendo nosso primeiro estrato de ocupação humana na serra, além de ser uma das coletividades indígenas do sul do Brasil, mais estudadas ao longo dos anos.

Dentre as populações do Sul os Guarani são os mais conhecidos em termos arqueológicos, etnográficos, históricos e lingüísticos (...). Os Guarani formam um conjunto de populações de matriz cultural Tupi, mais especificamente vinculados aos povos Tupi-guarani (Viveiros de Castro 1986). (...) Em processo de contínuo crescimento demográfico e de ocupação territorial se expandiram para o Sul, conquistando paulatinamente uma vasta área composta por partes do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia (Brochado 1984), (NOELLI, 2000. p.247).

No que refere-se a organização social dos coletivos Guarani, a obra de Noelli nos apresenta um sistema do tipo Kindred, o qual ordenava as relações de parentesco. Suas informações dão conta de que esse sistema estava baseado em uma estrutura complexa, formada por famílias extensas e constituída por variados nucleares familiares em torno de uma liderança política, ou religiosa a partir de vínculos de parentesco. Sua funcionalidade agregadora não se fundamentava no sistema de patrilocalidade, ou mesmo no modelo de matrilocidade, sua base girava em torno do prestígio de uma liderança com habilidades para organizar os distintos grupos de guerreiros, ou até mesmo de outras formas de trabalho (NOELLI, 2000).

Essas famílias extensas eram compostas de um diversificado número de núcleos familiar habitando uma mesma casa e suas maiores aldeias podiam comportar até quatro ou cinco famílias extensas sendo que em alguns assentamentos poderiam chegar a suportar cerca de 3.000 habitantes (NOELLI, 2000).

Ou seja, famílias extensas compostas por várias famílias nucleares reunidas em torno de uma liderança política e/ou religiosa a partir de laços de parentesco que poderiam ser tanto sangüíneo, quanto político e/ou adotivo. Nem a matrilocidade nem a patrilocalidade funcionavam como fator agregador, mas sim o prestígio de um líder com capacidade de organizar grupos guerreiros ou de trabalho, com qualidades de bom orador, guerreiro, agricultor, caçador, articulista político e provedor de grandes festas (NOELLI, 2000. p. 248).

Sobre às dimensões das aldeias, Noelli destacam que muitos são os fatores que poderiam propiciar esse aumento demográfico:

(...) Considerando estimativas “conservadoras”, a partir de uma revisão parcial em fontes históricas do século XVII, a família nuclear seria composta em média por 6 membros. Havia possibilidade de existir até 7 gerações convivendo em uma família extensa, o que pode aumentar a média do tamanho local da família nuclear. A poligamia é outro fator que também contribuía para ampliar essa média, especialmente nos assentamentos bem posicionados na hierarquia regional (NOELLI, 2000.p.248).

Noelli esclarece que outros elementos também poderiam contribuir para esse processo:

Um aspecto importante a ser considerado para explicar o sucesso conquistador dos Guarani é a tendência a incorporar o “outro”, o “não-Guarani”. Por meio de alianças ou assimilação à custa das contínuas guerras de conquista, tendiam a “guaranizar” pessoas de outras etnias, incorporando-as. Essa prática de ampliar o fluxo gênico parece ser um comportamento padrão entre os povos Tupi, (...) (NOELLI, 2000.p.249).

É notório que no que diz respeito à construção histórica da coletividade Guarani, muitos são os estudos acerca desse tema. Todavia, conforme nos aponta Andrés Soares comumente ao tratarmos dos assuntos acerca da construção histórica dos grupos Guarani, também múltiplas são as abordagens empregadas (SOARES, 2012. p.768). Dentre elas, as mais utilizadas são as arqueológicas, antropológicas e etno-histórica. Porém, na grande maioria dos casos, esses estudos acabam tratando da coletividade Guarani a partir de um modelo monolítico, que segundo Soares nos leva a hipótese aventada por Oliveira, (EREMITES DE

OLIVEIRA, 2007) de que seja bem provável que esse modelo monolítico de Guarani, forjado pelo conhecimento acadêmico, nunca tenha existido (SOARES, 2012).

O autor debruça-se nas afirmações de Pacheco de Oliveira, para respaldar essa ideia de um monolitismo histórico, etnográfico e cultural dos coletivos indígenas, quando o mesmo afirma que as sociedades indígenas são verdadeiramente coetâneas àquela do etnógrafo (SOARES, 2012). Para Soares a afirmativa de Pacheco de Oliveira denota uma crítica ao tratamento dispensado às coletividades indígenas, como se essas vivessem em uma eterna “longa duração”, pondo de lado a diversidade e heterogeneidade própria das mesmas. Soares vai além, corrobora o pensamento de Lima (2007), destacando que se deve compreender que a criação de um guarani monolítico atendia a questões sociais e políticas, impedindo assim, certas demandas de reconhecimento de áreas indígenas (SOARES, 2012).

Durante os anos de 1980, Bartomeu Meliá também apontou em seus estudos que “cada época descobre seus próprios Guarani” (SCHIAVETTO 2003.p. 90). Segundo Meliá:

A bibliografia relativa aos Guarani, no seu estado atual, é simplesmente enorme, pelo menos em termos quantitativos. De todos os povos do tronco Tupi e, especificamente, de todos aqueles que fazem parte da família linguística Tupi-Guarani, foram os Guarani os que suscitaram maior número de estudos e referências bibliográficas (in MELIÁ, 1987: 17, apud, SCHIAVETTO, 2003).

Por fim, Soares (2012) alerta também para o fato que a crítica ao emprego de dados etno-históricos a respeito dos Guarani tem sido trabalhada em toda produção dos que deles se utilizam como fontes para exame ou interpretação dos grupos guarani. Tais dados etno-históricos abordam grupos distintos em tempos e espacialidade diferentes. Ele também lembra que embora o emprego de documentos históricos seja apropriado, devemos evitar incentivar o emprego indiscriminado das fontes, “*sob pena de se montar um “Frankenstein” que nunca existiu*” estabelecido a partir de fragmentos distante no tempo e espaço (SOARES, 2012. p.769).

A ideia de criação de um Guarani pode ser em parte compreendida para a área em investigação, sendo que muito da fala dos locais está baseada na leitura feita pelos pesquisadores de diversas correntes científicas que tiveram contato com

estes vestígios e com estes moradores. No entanto compreender como estas imagens sobre os grupos foram construídas pelos locais nos possibilitou separar construções fictícias de pensamentos mais tradicionais sobre os coletivos indígenas e sucessores expressos por estes locais. Analisar então o que a ciência também já produziu sobre os Guarani é vital para esta compreensão.

3.1.2 Coletivo Guarani: Origem e Expansão

Analisando nosso primeiro estrato ocupacional evidenciamos a existência de vestígios de ocupação indígena, mais precisamente vestígios que registram a presença de ocupação Guarani. Como bem notamos dos coletivos indígenas que ocupavam a região sul do Brasil, os Guarani são um dos grupos mais conhecidos. Diversos estudos buscam o exame sobre sua origem, língua, cronologia e organização social. Pesquisas arqueológicas, linguísticas, históricas e etnográficas fazem referência a gênese desses coletivos. Muitas são as hipóteses que explicam a dispersão dos grupos Guarani ao longo do vasto território brasileiro e parte da América espanhola. Tantas que podemos afirmar que o tema da origem da ocupação Guarani no sul do Brasil nunca foi uma questão consensual.

Segundo demonstram as pesquisas a respeito da origem dos Guarani (MILHEIRA, 2008; NEUMANN, 2008; CARLE, 2002; entre outros), o processo de expansão dos coletivos Guarani teve seu início cerca de 3000 A.P. a partir de um processo de deslocamento populacional originado na Amazônia. Esse deslocamento ocorreu em decorrência do rápido domínio exercido por esses grupos, estendendo-se de leste a oeste (do Atlântico aos Andes), de norte a sul (do centro-oeste brasileiro ao Rio da Prata abrangendo Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia), sempre seguindo os grandes cursos hídricos. Na atualidade dois modelos interpretativos são utilizados para elucidar a origem e “migração” dos coletivos Guarani pelo vasto território brasileiro. O primeiro modelo está baseado nas análises de Métraux, o qual afirma que o movimento migratório dos povos Guarani se iniciou no sul rumando para o norte, a partir da bacia Paraná-Paraguai, onde os grupos Guarani e Tupinambá teriam se separado (SCHIAVETTO, 2003.p.86).

A interpretação criada no modelo elaborado por José Proença Brochado, influenciado por Donald Lathrap, defende a ideia de que o centro de dispersão dos coletivos Guarani tem sua origem na Amazônia Central expandindo-se para o

restante da América, tomando assim duas diferentes rotas migratórias, em um claro processo de “enxameamento”. Para o autor esse processo refere-se ao padrão de ocupação Guarani de forma sistemática, agindo de maneira social, política e economicamente em várias localidades concomitantemente. O autor sugere que a ocupação Guarani deva ser pensada como uma influência exercida pelos coletivos Guarani na paisagem a ponto de romper com a condicionante ambiental. (BROCHADO, 1984, apud, MILHEIRA, 2008.p.20).

Dentre os primeiros trabalhos a propor um centro de origem Guarani encontramos o trabalho de Karl Von den Steinen, elaborado ainda na segunda metade do século XIX, tendo como ponto de origem o centro amazônico, mais exatamente as cabeceiras do rio Xingu, sendo ele mais tarde seguido dos pesquisadores Alfred Métraux, Donald Lathrap e seu “Modelo Cardíaco”, Betty Meggers e Clifford Evans, Branislava Susnik (CORRÊA. 2009.p.262). Por fim, destacamos novamente o trabalho de José Proença Brochado que influenciado pelos estudos de seu orientador Donald Lathrap, elabora seu modelo de origem no ano de 1973. Vindo mais tarde em 1984, a rever esse modelo. Brochado percebeu que os dados de densidades regionais apresentavam um processo ocupacional mais compatível ao conceito de expansão, que essencialmente “migração” (CORRÊA. 2009).

A própria noção de Serra dos Tapes (tape – caminho), dá um sentido a nossa ideia da área, caminho que nos foi possibilitado também pela própria compreensão trazida pelos locais, que nos levaram por suas propriedades, numa visão sincrônica do passado, mas que aqui destacamos a dispersão Guarani. As ocupações que seguiam as matas, a caça as vegetações para coleta e para executar o corte queimada está ainda presente na área, e assim entendida pelos moradores locais.

3.1.3 O Modo de Ser Guarani

Como relatado anteriormente a construção histórica da coletividade Guarani possui diversos estudos com múltiplas abordagens em suas investigações, dentre as quais a arqueológica e etno-histórica são as mais utilizadas (SOARES, 2012. p.768). Não buscamos aqui traçar nem um perfil étnico sobre a coletividade Guarani nos

embasando apenas nos vestígios materiais de sua cultura, sob pena de criarmos o que André Soares denominou de “Frankenstein” Guarani (SOARES, 2012). Todavia, para compreendermos sua história por meio da cultura material, se faz necessário a caracterização de certos padrões culturais existentes no modo de ser desse grupo.

É por meio desses padrões culturais que podemos definir a qual coletividade pertence um determinado registro arqueológico. Um dos padrões que caracteriza o modo de ser Guarani é o de ser descritos como povos prescritivos, ou seja se reproduzindo sucessivamente com baixa variabilidade em sua cultura material. Se esse não fosse o caso, a assimilação sucessiva de indivíduos pertencentes a etnias distintas, bem como sua adaptação aos diferentes ambientes existentes no Sul do Brasil resultariam em marcantes alterações em seu modo de ser (NOELLI, 2000).

Conforme Noelli devemos atentar para necessidade de reconhecer que os Guarani representam uma gama diversa de populações as quais possuíam em comum língua, cultura material, tecnologia, subsistência, organização sociopolítica, religião, etc. E como não poderia deixar de ser certas variações dialetal e de etnicidade. Dentre muitos fatores que caracterizam o modo de ser Guarani podemos destacar a poligamia. Pois através dela foi possível ampliar seus assentamentos. Devido sua tendência a incorporar o outro, o “não-Guarani”, por meio de alianças ou absorção a partir das guerras de conquista, baseando-se em sua capacidade de “guaranizar” indivíduos de diferentes etnias (NOELLI, 2000).

Em termos gerais de adaptação, os Guarani eram relativamente autônomos em relação às ofertas do ambiente, pois tinham a capacidade de transportar e inserir um “pacote básico” com suas plantas úteis na maioria das regiões que conquistaram ao sul da Amazônia. (...) As fontes históricas e etnográficas mostram que os Guarani eram generalista em termos dietários, não demonstrando restrições definitivas na alimentação. Os tabus alimentares são relacionados a momentos específicos do ciclo de vida ou a opções exclusivamente pessoais, resultando na liberdade para consumir a maioria dos alimentos disponíveis durante o ano. (NOELLI, 2000.p.249).

Conforme os locais os Guarani não se faziam tão autônomos em relação ao ambiente, mas como já dissemos talvez isso seja fruto da ideia trazida pela arqueologia a eles. Mas assim como os indígenas os locais indicam as ofertas do ambiente, possibilitam outras dinâmicas de inserção destes “pacotes básicos”, assim como seus ancestrais diretos fizeram. As suas “plantas úteis”, também assumidas pelos europeus, assim como os Guarani, criaram uma diversificação das culturas locais e das produções e tecnologias relacionadas a isso. Não há para estes locais

percepções sobre os tabus alimentares, mas também estes não foram questionados sobre isso, mas reconhecem como Noelli que há alimentos disponíveis durante o ano. A inserção no terreno, compreendida pela arqueologia como sistema de assentamento, é uma ordenação também vivamente expressa pelos locais.

3.1.4 O Sistema de Assentamento Guarani

O padrão de assentamento Guarani está arqueologicamente representado, pelo registro de manchas de “terra preta” depositada no solo. Geralmente essas manchas possuem forma circular ou elíptica contendo de 5 a 40 metros de diâmetro e até 50 cm de profundidade (MILHEIRA, 2008.p.22). Essas manchas são resultantes da deposição de restos orgânicos produzidos no decorrer de um processo ocupacional. Noelli também observa que o sistema de assentamento Guarani está caracterizado pela existência de categorias de domínio territorial que são utilizadas até os dias atuais. Segundo ele essas categorias de domínio territoriais refletem os laços de parentesco e reciprocidade em três distintos níveis espaciais: o teýí, o tekohá e o Guârá (NOELLI, 1993).

Noelli ressalta que o guârá, é uma área determinada por uma região bem específica, onde se pratica a roça em geral também é delimitada por cursos hídricos, podendo ser composta de até quarenta aldeias ligadas por laços de parentesco. Os guârá eram subdivididos em unidades territoriais menores nominadas de tekohá sendo esse por sua vez o território específico de cada aldeia, o qual deve abranger toda extensão da área de captação de recursos desses coletivos. Conforme aponta Noelli (1993), um tekohá pode abranger até seis teýí. Para melhor compreensão apresentarem aqui as três unidades espaciais que configuram os domínios territoriais Guarani e suas particularidades.

A primeira unidade territorial básica que apontaremos é o teýí ele é constituído por uma família extensa. É o assentamento de cada grupo familiar podendo ser composto de um número de até 60 famílias, sendo este subdividido em aproximadamente seis pessoas por família, representando assim a macrofamília patrilinear Guarani (NOELLI, 1993). A união de um determinado número de teýí (cerca de seis teýí) configura um tekohá, que por sua vez deve ser entendido como o território exclusivo de cada aldeia. Ele é composto de vegetação preservada, roça e aldeias. O tekohá abrange toda área de captação de recursos tornando-se o

principal nível da organização territorial. Ele pode alcançar uma delimitação média de sua área territorial de aproximadamente 50 km de raio (NOELLI, 1993).

O ultimo nível espacial é o Guará determinado por uma região bem definida e assegurado pelo direito de usufruto da terra para prática da roça, pesca ou caça. O Guará está dividido em unidades territoriais chamadas de tekohá. Formando assim uma aglomeração de aldeias, podendo também ser compreendido em outros três níveis integrados o *Físico-Geográfico*, o *Econômico* e o *Simbólico*.

No nível *Físico-Geográfico* encontra-se o tekohá esse está representado pela totalidade da área no que se refere a obtenção dos recursos. O nível *Econômico* é onde o tekohá propicia a subsistência do grupo. Por fim, o nível *Simbólico* onde sua configuração básica é formada por uma rede de parentesco e laços de afinidade com intensa relação de reciprocidade social praticada por meio de festas e ritos. Em geral a área do tekohá é demarcada por limites naturais como acidentes geográficos ou cursos hídricos (NOELLI, 1993).

O sítio foco de nosso trabalho de certa forma se coloca numa posição que condiz com esta descrição. Sua localização sobre um altiplano com leve declive para norte possibilita um período de insolação bastante frequente todo o ano, sendo que deste platô saem inúmeras nascentes que propiciariam boa água o ano inteiro. A proximidade de um arroio caudaloso e com múltiplas variedades de espécimes vegetais e animais disponibilizariam farta e ampla área de coleta e caça bem como de desenvolvimento das dinâmicas produtivas pela horticultura. A proximidade de outros sítios arqueológicos com sistemas deposicionais similares reforçam a ideia de uma inserção ampla na região criando uma estrutura unidade territorial.

3.1.5 Os Guarani na Serra dos Tapes

Como bem percebemos não são poucas as pesquisas que versam sobre as questões referentes a ocupação indígena no sul do Brasil e com elas suas análises acerca das organizações sociais, distribuição territorial e relações com o uso do espaço. Diversas são as informações que registram a presença de um *mosaico étnico*⁴³ de coletividades indígenas que por essa região se estenderam, em

⁴³ Para Fábio Cerqueira a ideia de mosaico étnico está fundamentada no processo de ocupação da Serra dos Tapes que apresenta em si características singulares acerca da diversidade étnica as quais colaboraram para sua formação. Segundo Cerqueira e Silva essas particularidades da paisagem

particular sobre as coletividades Guarani. Todos esses pontos tornaram-se objetos centrais nas pesquisas arqueológicas da região. Não são raros os trabalhos que nos demonstram como se efetivou o padrão de assentamento de norte a sul do Brasil por parte desses coletivos. E na Serra dos Tapes esse processo não é diferente.

Pesquisas anteriores desenvolvidas na região serrana nos impulsionaram a investigar tais processos de ocupação humana na Serra dos Tapes. E durante nossa investigação em campo percebemos que as evidências de presença indígena nessa área estão relacionadas ao que os arqueólogos e mesmo os moradores locais chamam de ocupação Guarani. Vestígios materiais de ocupação preterida de origem Guarani afloram pela superfície do espaço serrano e basta uma breve caminhada pelas lavouras, acompanhado de um atento olhar, que somos capazes de perceber os fragmentos cerâmicos que registram um passado de longa temporalidade. Foram estes vestígios geralmente cerâmicos é que nos levaram a pesquisar essa região.

A Serra dos Tapes registra um longo processo de ocupação Guarani que ilustra desde o século XIII até meados do século XIX. Em sua pesquisa de mestrado o arqueólogo Rafael Milheira (2008), investigou o processo de ocupação Guarani destacando a estratégia de assentamento dessa coletividade indígena na região na Serra dos Tapes, relacionando-o diretamente articulado com o processo de ocupação Guarani ocorrida na região litorânea da Laguna dos Patos.

Em suas análises Milheira destaca a possibilidade de discutir a existência de um sistema de assentamento Guarani o qual denomina de *teko'á do Arroio Pelotas*. Segundo Milheira “*É possível que as aldeias litorâneas sejam uma extensão do sistema, que busca, entre outros fatores, alternativas alimentícias para equilíbrio da dieta Guarani em todo o teko'á*” (MILHEIRA, 2008. p.95). Ou seja, Milheira afirma que essa porção litorânea do sistema de assentamento indígena pode ser compreendida como peça chave para a exploração e captação dos recursos, que seriam trocados com as populações serranas por meio de suas redes sociais (MILHEIRA, 2008).

Pelo que podemos observar na Serra dos Tapes a ocupação Guarani manteve seu padrão de assentamento, através da manutenção do modo de ser Guarani por meio da expansão de suas extensas redes de relações, sejam elas

cultural da região serrana implica na formação de um mosaico étnico, composto a partir das memórias e tradições destes coletivos (CERQUEIRA, & SILVA, 2010.p.874).

pelas das guerras, relações de parentescos, busca por novos recursos, ou alianças políticas essas relações auxiliaram na contínua expansão territorial do assentamento serrano até o litoral da Laguna dos Patos (MILHEIRA, 2008. pp.27-28).

A cerca do padrão de assentamento Guarani ocorrido na região da serra é justo dizer que eles se apresentam de igual forma em todos os sítios estudados nessa região serrana. As características observadas no sítio onde efetuamos nossa pesquisa correspondem às mesmas características observadas por Milheira em outros dez sítios por ele estudados anteriormente nessa região da serra sudeste. Em suma, apresentam localização de topo/meia encosta de morro íngreme, tendo sua altimetria variando entre 109m e 288m com distância média de 500m das vertentes dos principais cursos hídricos da região (arroio Andrade, arroio Corrientes). Encontram-se preponderantemente próximo a algum marco paisagístico, nesse caso em questão o Morro dos Três Serros. Também se localizam em meio à área de floresta densa. Diferentemente dos assentamentos litorâneos, também observados por Milheira (2008), os sítios da serra sudeste se apresentam muito próximos uns dos outros. Configurando assim, uma clara organização de assentamento aglomerado (MILHEIRA, 2008.p.192).

Os moradores da região se percebem também a partir deste sistema de assentamento. Destacamos a fala do proprietário da área em investigação (Sr. Juca), que dizia por ter sua casa em uma área próxima a estrada atual de acesso, querer deslocar-se para aquele topo plano de morro, onde antigamente seus parentes teriam vivido (área com vestígios de ocupação do final do século XIX). “Esta área sempre o atraiu” e este pretende construir sua casa lá futuramente. Não é só uma ideia de ser um lugar aprazível, mas sim de ser o melhor lugar para ocupar na área. Uma proposta de padrão de vida melhorada.

Milheira apresenta em sua dissertação que a existência de um padrão de assentamento na serra formando um conjunto aglomerado de sítios arqueológicos, contrasta com a região litorânea, onde o padrão de distribuição se apresenta de forma alinhada ao longo da margem da laguna. Mantendo uma aproximadamente entre os sítios de 2 a 3 km. Para Milheira ao passo que na serra o padrão de distribuição dos sítios arqueológicos se apresenta conforme o padrão de assentamento Guarani, o mesmo não ocorre na região litorânea, onde o padrão é

predominantemente disperso. O que segundo Milheira (2008. p.188) possibilita inferir que um processo de reconhecimento do espaço lacustre estaria ocorrendo.

O sítio que estudamos em conjunto com os moradores locais a ideia de um padrão, como argumenta Milheira e de uma imagem de mundo como nos indica Noelli, é reforçada pela sensação de possibilidades que a área permite. Os locais percebem que na sucessiva ocupação diversas formas produtivas diferentes já foram implementadas na área. Estas pararam ou forma reduzidas mais por influências econômicas externas que pela própria capacidade produtiva local. Estes nos alertaram que os indígenas não estão mais ali, pois os europeus chegaram, mas a capacidade da terra parece ter se mantido, pois eles e antes deles seus ancestrais retiraram todo o sustento da mesma terra. A presença da caça, que agora já não é tão abundante, para eles era um mantenedor destas “antigas” comunidades. A água abundante e a diversificação vegetal, onde mesmo hoje, certos tipos de árvores são possíveis de se converter em arcos e madeiras para estruturas são percebidos por eles. Esta “disponibilidade” do ambiente é que os mantém hoje, assim como seus antepassados diretos e antes deles os indígenas, naquela área. Compreender isso faz muito sentido sendo que a noção de “apego” a área deve ser levada em conta por pesquisas futuras.

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E SEUS PRINCIPAIS ESTRATOS NA SERRA DOS TAPES

Para nós, notarmos o processo de ocupação humana ocorrido na Serra dos Tapes como um processo de longa temporalidade é algo intrínseco ao processo de formação desse espaço social. Não somos capazes de dissociar essas sucessivas ocupações pretéritas ocorridas nesse lugar, pois observamos tal espaço de maneira diacrônica. Ou seja, percebemos o espaço serrano como um objeto contínuo, visto que o mesmo permaneceu ao longo do tempo alterando e sendo constantemente alterado por indivíduos que partilharam, e ainda hoje compartilham desse referido espaço, relacionando-se não apenas entre si, mas, sobretudo, com essa paisagem serrana. No desenvolvimento de nossa análise acerca desse processo de longa temporalidade optamos por investigar os registros de ocupações pretéritas a partir dos distintos estratos de ocupação humana que essa marcante paisagem apresenta.

Durante esse processo de investigação foram sendo observados traços patentes de três estratos de ocupação humana que registram as presenças de no mínimo três distintos padrões de assentamentos humanos; em um primeiro momento como mencionado no capítulo anterior observamos vestígios da presença indígena, na representatividade da coletividade Guarani a qual predominou no mínimo por cerca de sete séculos ocupando essa região (XIII-XIX), e que graças à resistência de uma pequena parcela da coletividade Guarani, ainda pode ser encontrado próximo a nossa área piloto um grupo Mbyá-Guarani residindo na Serra dos Tapes (comunidade do Kapi'i Ovy).

Posteriormente percebemos um segundo estrato de presença ibero-americana responsável pelo processo expansionista nas Américas e o qual abordaremos no decorrer desse capítulo. Logo em seguida é patentemente percebido nosso terceiro estratos de análise edificado sobre a paisagem da serra, são os núcleos formados a partir de lotes coloniais instituídos pela iniciativa governamental e privada durante o período imperial brasileiro. Claro, não deixamos de levar em conta outras variações de assentamentos que com certeza se evidenciarão mais nítidas ao longo de um exame cronologicamente mais prolongado. Porém, nosso foco de investigação privilegia tão somente as ocupações

correspondentes ao intervalo dos séculos XIII e XIX. Diante disso, damos sequência a dissertação acerca desse longo processo de ocupação.

Vimos nos capítulos anteriores que são muitos os vestígios que registram o processo de *ocupação indígena* ocorrido na serra. Documentações históricas, etnográficas e arqueológicas tais como; fragmentos *cerâmicos*, fragmentos *líticos*, *manchas de terra preta* depositadas na estratigrafia da região, tudo isso corroborando para que possamos afirmar sem quaisquer resquícios de dúvida que houve uma pretérita presença de coletividade indígena que ocupou e configurou a paisagem nessa região da Serra dos Tapes. Esse processo foi tão marcante no espaço serrano que mesmo subjazido estratigraficamente por outros dois processos ocupacionais ainda encontra-se patente na paisagem local.

Posteriormente a esse processo de ocupação indígena percebemos um *segundo estrato* de ocupação na região serrana. Esse estrato está intrinsecamente ligado ao processo de expansão territorial sofrido no espaço hoje conhecido como Rio Grande do Sul e que foi promovido com bases nos interesses das coroas ibéricas quando de suas disputas por novos domínios ultramarinos. Processo de expansão territorial que dentre outros influxos originou a formação dos núcleos charqueadores de Pelotas e Rio Grande, gerando consigo uma rede de compartilhamentos de relações entre esses pólos charqueadores e novos núcleos populacionais que se formavam em suas cercanias.

4.1 AS INFLUÊNCIAS DA OCUPAÇÃO IBÉRICA NO SUL DO BRASIL

Dentre os muitos fatores que congregam a formação desse segundo estrato de ocupação na região da serra, iniciamos nossa análise a partir da crise econômica vivenciada na Europa aliada à escassez de metalismo que empurrava Portugal e Espanha para uma corrida implacável em busca de novas riquezas e das tão faladas terras, denominadas por viajantes e aventureiros de “*Costa do Ouro e da Prata, ou Serra da Prata*” (POSSAMAI, 2001), tornando-se uma possibilidade de desafogo econômico. Entretanto, mesmo que a historiografia tradicional indique que ainda nas primeiras décadas da colonização iberoamericana, a região do Prata demonstrasse seu enorme potencial para aqueles que tencionassem controlar o fluxo das riquezas que escoavam do interior da América em direção à Europa, é só mais tarde, durante

o final do século XVII e meados do século XVIII, que o estuário viria a se tornar efetivamente objeto de disputa entre as Coroas ibéricas.

4.2 UMA REDE DE CONTRABANDO NO PRATA

As edificações de Buenos Aires no ano de 1536, e Assunção em 1537 visavam à exploração e conseqüente controle do interior na América até o Alto Peru. Entretanto, a descoberta de que seu acesso por meio do Rio da Prata e seus afluentes facilitavam escoar as riquezas do Alto Peru para a Europa veio muito tardiamente, pois o monopólio régio instituído pela Coroa espanhola já havia privilegiado a região caribenha com sua rota oficial de comunicações com Sevilha, único porto permitido a comerciar com as colônias espanholas. (POSSAMAI, 2001).

A expedição de Mendoza chegou ao Rio da Prata em 1536, onde fundou Buenos Aires na margem direita e Corpus Christi e Buena Esperanza às margens do Paraná. No mesmo ano, Mendoza enviou seu lugar-tenente, Juan de Ayolas, com 170 homens e três navios, à procura da lendária Serra de Prata. Juan de Salazar, mandado em socorro de Ayala, fundou, em 1537, a cidade de Assunção, na margem esquerda do Paraguai, em frente à foz do rio Pilcomayo. Dessa nova base saíram outras expedições exploradoras espanholas. Em fins de 1547, Martínez de Irala deixou Assunção com 250 espanhóis e mais de dois mil índios rumo à Serra de Prata. No entanto, foi grande a desilusão de Irala ao constatar que a famosa serra já havia sido conquistada pelos espanhóis que tinham vindo pelo norte. Identificara-se, afinal, a lendária serra com o Alto Peru ou, mais precisamente, com a região de Chuquisaca e Potosí. (POSSAMAI, 2001. p.26).

Embora a edificação de Buenos Aires possuísse uma posição estratégica na localidade do estuário platino, ela não obteve um início promissor. Diversos fatores conspiraram para que esta localidade fosse abandonada em 1541. Sua inércia econômica, disseminações epidêmicas e ofensivas indígenas foram determinantes para tanto. Buenos Aires só voltaria a ser ocupada em 1580, tudo em prol de facilitar o acesso de Assunção ao mar constituindo dessa feita uma via comercial com a Espanha (POSSAMAI, 2001). No entanto, sua participação no cenário platino não se limitou a um mero entreposto, a cidade acabou ganhando novos ares. Ou seja, devido ao favorecimento das rotas oficiais em um claro detrimento a comerciantes de outras localidades, Buenos Aires transformou-se em um importante centro contrabandista, escoando a prata extraída das minas de Potosí. (POSSAMAI, 2001).

Embora esse panorama do comércio ilícito fosse muito mais favorável aos portugueses, visto que uma considerável parcela da prata espanhola acabava ficando no mercado lusitano, cerca de 10% a 25% da produção das minas de Potosí. A efetiva participação portuguesa no Estuário do Prata só começa no final do século XVII, com a edificação de sua fortaleza-entrepósito mais avançada, Colônia do Sacramento o “*Bastião do Sul*” (POSSAMAI, 2001). Logo após um período de 60 anos de armistício (1580-1640), onde os beligerantes ibéricos encontravam-se sob a tutela de uma única Coroa, devido à unificação das coroas de Portugal e Espanha. Com a restauração da Sereníssima Casa de Bragança após o fim da Dinastia de Habsburgo que governou os dois reinos ibéricos no período entre 1580 e 1640, Portugal tentava se restabelecer economicamente, pois havia sofrido forte impacto com as concessões feitas à Inglaterra e Holanda, resultando com que a Coroa portuguesa voltasse suas atenções para com os domínios no sul da América.

Como a totalidade da prata importada do Japão, principal mercado desse metal para os portugueses no Oriente, destinava-se ao comércio com a China, havia escassez de prata na metrópole e nos domínios ultramarinos. Portanto, o contrabando com o Rio da Prata logo despertou o interesse dos portugueses. Já durante o século XVI, a Bahia exerceu a função de centro exportador de produtos manufaturados para Buenos Aires, ao lado do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Viajantes estrangeiros que passaram por Salvador observaram a grande quantidade de prata em circulação na cidade. Desse comércio não ficava à margem o porto de São Vicente e a vila de São Paulo, onde também circulavam as moedas espanholas. (POSSAMAI, 2001.p.34).

Em 1680, D. Manuel Lobo por ordem da Coroa portuguesa, aportou no estuário platino para dar início a edificação da Colônia do Sacramento (GUTIERREZ, 2001). Uma das principais contribuições que essa nova fortaleza-entrepósito no estuário platino trouxe para o espaço sulino, foi sem dúvida o fomento do comércio ilícito de Buenos Aires. Como bem observa Paulo Possamai em sua tese de doutorado a proximidade do estuário platino com os portos brasileiros somados ao desembarço nas aquisições de escravos em suas feitorias na África eram os principais fatores que determinavam a importância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires (POSSAMAI, 2001).

Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os portugueses. Sua influência era tão grande no pequeno burgo platino, que Lafuente Machaín afirma que o mesmo não poderia subsistir sem o apoio do comércio patrocinado pelos lusitanos. A importância do comércio ilícito praticado entre Buenos Aires e o Alto Peru

pode ser avaliada pelo fato que, durante a década de 1620, o contrabando confiscado constituiu a principal fonte de ingressos na Caixa Real do Rio da Prata. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África eram os principais fatores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires. A permissão, concedida pela Coroa espanhola em 1595, para que os navios negreiros portugueses pudessem levar sua carga ao Rio da Prata, indiretamente serviu como um incentivo ao contrabando, já que esses barcos, além de escravos, geralmente levavam mercadorias destinadas ao comércio ilícito. (POSSAMAI, 2001.p.32-33).

O comércio ilícito praticado em Buenos Aires foi estimulado em sua essência, em grande parte pelos altos preços que as mercadorias custavam aos consumidores peruanos. Buscando escapar ao fisco que o monopólio régio exercia na América espanhola a localidade de Buenos Aires logo tornou-se um importante centro contrabandista das riquezas extraída de Potosí (POSSAMAI, 2001). E claro, despertou o interesse dos comerciantes portugueses que buscavam reestruturar sua economia agora abalada pelas concessões feita à Inglaterra e Holanda (GUTIERREZ, 2001).

Além dos escravos africanos obtidos por via dos portos do Brasil, as principais mercadorias brasileiras importadas por Buenos Aires eram produtos alimentícios de São Paulo e açúcar e melado da Bahia e Pernambuco. De Portugal vinham pipas de sardinha, sal, pimenta, azeite, vinhos, tecidos do norte da Europa, ferro, estanho, aço, instrumentos agrícolas, utensílios domésticos, madeiras e móveis. Os principais meios de pagamento dessas mercadorias eram os metais preciosos, exportados em forma de jóias, moedas ou barras. Completavam as remessas de metal a exportação de farinha de trigo de Tucumã, carne salgada, couros e sebo para a fabricação de velas. Os comerciantes portugueses não só auferiam lucros fabulosos através da venda de suas mercadorias, como também lucravam na conversão da prata. (POSSAMAI, 2001.p.32).

Entre ida e vindas, inúmeros tratados e diversos conflitos a Colônia do Sacramento resistia bravamente. Todavia, após quatro situações de sítio nos anos de 1704 a 1705, 1735 a 1737, 1763 e em 1772 a 1777 (sendo que dessas, três vezes Colônia do Sacramento foi ocupada pelos espanhóis), em seu último sítio a fortaleza-entreposto foi definitivamente entregue ao controle espanhol (POSSAMAI, 2001). Embora muito se discuta em qual momento exato a coroa portuguesa voltou seus olhos para a região hoje compreendida pelo estado do Rio Grande do Sul e adjacências uruguaias. O fato é que durante as três primeiras décadas do século XVI, a cargo dos interesses portugueses foram destacadas no mínimo seis expedições marítimas à região do Prata; nos anos de 1501, 1503, 1506, 1513, 1521 e 1530. Em contrapartida, as expedições espanholas vieram posteriormente em um

número mais reduzido, registrando-se apenas quatro delas em 1520, 1525, 1526 e 1534 (GUTIERREZ, 2001).

A primeira expedição foi comandada por André Gonçalves. Trazia o cosmógrafo Florentino Américo Vespúcio. [NOBRE, 1922: 14] Conseqüentemente, a primeira expedição marítima já tinha a finalidade de fazer levantamentos. Em 1512, o rio da Prata foi reconhecido pelos lusitanos. [NOBRE, 1922: 13] Os cartógrafos portugueses passaram a elaborar mapas do mundo que incluíam o rio da Prata dentro dos domínios coloniais lusos. O rio Amazonas e o rio da Prata eram as únicas entradas fluviais ao continente sul-americano. O rio da Prata permitia o acesso à prata das minas de Potosi. Era o lugar onde portugueses, ingleses, comerciantes, contrabandistas de produtos manufaturados, traficantes de escravos e/ou bucaneiros rompiam o monopólio comercial espanhol. Em 1536, para se defenderem dessa situação, os espanhóis fundaram Buenos Aires, na margem direita da foz do rio da Prata. Em 1537, assentaram Assunção. (GUTIERREZ, 2001.p.18).

A busca pelo controle econômico que os domínios territoriais propiciavam a aqueles que os administrassem, fez com que a Coroa portuguesa compreendesse seu território estendendo-se da foz do Amazonas ao estuário do Prata. Apesar dessa efetiva política expansionista exercida pela Coroa portuguesa na região do extremo sul do Brasil, nem todas as áreas foram ocupadas de forma efetiva por núcleos populacionais nesse período. O que corrobora as alegações daqueles que defendem que os interesses portugueses na região só se efetivaram em preâmbulo do século XVIII. Fato é que Portugal e Espanha flertavam com o poder e as riquezas que o “*novo mundo*” lhes apresentava.

A potencialidade que o estuário platino oferecia despertava em ambas as coroas ambição de seu controle. Inúmeros conflitos foram protagonizados nas cercanias platinas, muitos desses, não se limitaram somente a portugueses e castelhanos. Diversos distúrbios envolveram ibéricos em confronto direto com grupos indígenas que já se encontravam assentados na região muitos anos antes do contato europeu com a América. E é dentro desse cenário belicoso, que surge no final do século XVIII, o pólo charqueador pelotense. Situado às margens do canal São Gonçalo e arroio Pelotas esse núcleo fabril viria a modificar a paisagem da região do extremo sul do Brasil colonial (GUTIERREZ, 2001).

O pólo charqueador escravista pelotense estava situado às margens do canal São Gonçalo e do arroio Pelotas. A implantação desse núcleo iniciou nas últimas duas décadas do século XVIII. Sua localização estava vinculada ao processo de disputa do território da bacia do rio da Prata. A contenda entre as duas potências ibéricas, fruto dos interesses mercantilistas nessa

região, começou no século XV. Não se envolveram apenas Espanha e Portugal no processo de ocupação do território banhado pelo rio da Prata e seus afluentes. Entre outros, participaram ingleses, africanos, brasileiros, crioulo, piratas, Papas, padres da Companhia de Jesus, charruas, guaranis, holandeses, franceses. Acrescentem-se a esses grupos nacionais, ou não, as conveniências individuais, de categoria, de classe, étnicos, religiosos, comerciais, etc. Passaram-se 186 anos entre o tratado de Tordesilhas e a fundação da colônia portuguesa na margem direita do rio da Prata. Expedições marítimas e terrestres; levantamentos; negociações; tratados; comércio; contrabando; tráfico; captura de gado e de nativos; fundações de cidades; construções de fortes e, principalmente, luta com armas e dentes, foram configurando a posse desse território. (GUTIERREZ, 2001.p.17).

4.3 AS PRIMEIRAS CESSÕES DE TERRAS NO SUL DO BRASIL

Embora, a prática das *mercês de sesmarias* ofertadas a certos membros da sociedade nessa referida época, foi só a partir de meados do século XIX, que por meio da iniciativa governamental e privada através da venda de lotes de terras devolutas o governo imperial efetivou concretamente a ocupação desse espaço. Por meio do implemento da expansão lusitana efetivado na região do extremo sul brasileiro muitos se aventuraram rumo ao interior do território “*conquistado*” em busca de distintos produtos para comerciar. Uma das principais atividades exercidas durante esse período nessa região foi o tropeirismo. Atividade itinerante que visava conduzir o gado (fosse este vacum ou muares) pela região sul do Brasil até outros centros da colônia. Sendo esta desenvolvida por grupos de homens, durante o período colonial e que se estende até atualidade.

Segundo documenta Ester Gutierrez, no território que hoje corresponde ao sul do Brasil estendendo-se até a região do Prata, havia uma vasta área de pastagens própria para o manejo do gado, possibilitando assim seu confinamento por meio de barreiras naturais (matos, serros), a existência dessa área despertou o interesse dos tropeiros que por ela transportavam o gado e conseqüentemente foram sendo ocupadas paulatinamente. Referente a essas primeiras ocupações Gutierrez informa que os primeiros requerimentos de terras começaram a ser feitos por tropeiros ainda no ano de 1732, antes mesmo da implementação da Comandância Militar do Rio Grande (GUTIERREZ, 2001.p.36).

Conforme aponta a autora, esses requerimentos eram atendidos na forma de sesmaria. As primeiras sesmarias doadas na região sul agraciaram Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro no ano de 1732, elas situavam-se na

zona do Tramandaí. Ainda no ano de 1732, foram doadas as terras que compreendiam os “*arredores de Viamão, as margens do rio Guaíba, em Porto Alegre, Itapuã, Rio dos Sinos e Gravata*”. (GUTIERREZ, 2001.p.36). Nesse mesmo ano de 1732, Francisco Peixoto capitão-mor de Laguna solicitou a coroa portuguesa uma sesmaria (do rio Tramandaí até o Rio Grande), sendo seu pedido atendido somente 2 anos depois. Na maioria das vezes as sesmarias eram *mercês* presenteadas a oficiais superiores e senhores que serviam seus préstimos à Coroa (GUTIERREZ, 2001.p.36).

O Rio Grande de São Pedro do Sul começava a ser repartido entre os oficiais das forças militares da Coroa lusitana e os chefes que armavam seus bandos às próprias custas. Nesse momento, as terras da planície costeira foram ocupadas pelas forças militares do poder colonial. As terras por onde passava a estrada do planalto vieram a ser doadas, pelo governo de São Paulo, àqueles tropeiros que, em grupos, munidos de armas para enfrentar os nativos e os espanhóis, abriam caminhos e encontravam pastagens entre o Prata, São Paulo e Minas Gerais, aprisionando, roubando, transportando e comercializando animais. Em 1738, já existia o registro das terras, simultaneamente ao registro da marca dos animais, porque a ação fiscal da Coroa recaía sobre a produção, gado e couros, e não sobre a terra, que era gratuita. Nesse mesmo ano, com a preocupação de preservar os rebanhos da Vacaria do Mar, André Ribeiro Coutinho, sucessor de Silva Pais na Comandância Militar de Rio Grande, tinha proibido a faina de couros naquele lugar. Um ano depois, deu instrução para que todo o gado fosse marcado. Nessa ocasião, a apropriação do gado prevalecia sobre a da terra. A posse da terra foi uma questão de disciplina e de cobrança de impostos. “*Ao mesmo tempo, é o interesse na apropriação dos rebanhos que determina o surgimento das primeiras estâncias e o início da construção desse novo espaço.*” [OSÓRIO, 1990: 81] Diferentemente do resto do Brasil, as terras concedidas no Rio Grande não iam para os homens de posses, e sim para aqueles que, além de tudo, tinham liderança militar. (GUTIERREZ, 2001.p.37).

No que se refere ao processo de doação da sesmaria na região que hoje corresponde o município de Pelotas apenas na metade do século XVIII, é que as primeiras sesmarias foram doadas. Em 18 de julho de 1758, o então, governador do Rio de Janeiro e capitão geral das capitanias do Sul Gomes Freire de Andrade, agraciou com um rincão de nome Pelotas ao coronel de dragões Tomás Luís Osório. Posteriormente quando de sua morte a viúva do coronel Tomás Luís Osório Dona Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco, junto de seus filhos, venderam o rincão ao capitãomor Manuel Bento da Rocha (GUTIERREZ, 2001.p.72).

Em 4 de junho de 1799, a viúva, Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco, e seus filhos, venderam o rincão, por um conto e duzentos mil réis,

ao capitão Manuel Bento da Rocha. [RPTMP, 93: 11] Fornecedor de alimentos às forças militares e dono de várias sesmarias extensas. No segundo distrito de Rio Grande, na ilha de Torotama, situada na laguna dos Patos, ele doou terras, de que era possuidor, a casais procedentes de Maldonado e da Colônia do Sacramento. No terceiro distrito de Rio Grande, ou Serro Pelado, possuiu quatro estâncias. Duas dessas ultrapassavam a área total permitida pelos ordenamentos filipinos, ainda utilizados, de 3300m x 19800m. Chegavam a alcançar 3.300m x 33.000m. [QUEIROZ, 1987: 140] Em 1812, a sesmaria de Pelotas foi medida. Constaram 524.501.352m². [BPP, RPTMP, 93: 11]. Em 1785, no levantamento de Serro Pelado, feito pelo capitão Antônio Ferreira dos Santos, Manuel Bento da Rocha apareceu como proprietário de três sesmarias: a de Pelotas, com uma légua [6.600m], por cinco léguas [33.000m], o rincão de Correntes, com a mesma dimensão da estância de Pelotas, e a de São Lourenço, com uma légua [6.600m] por quatro léguas [26.400m]. No rincão de Correntes, havia os casais de Maldonado, que foram transferidos para a ilha de Torotama. Eram agregados, naquele rincão, os padres Francisco Inácio da Silveira e Francisco dos Chagas. Por ter servido ao capitão, por um período de 16 anos, o capataz Manuel de Jesus recebeu uma porção do terreno da estância de Correntes. A sesmaria de São Lourenço tinha sido doada por Rafael Pinto Bandeira, com a promessa de lhe dar carta de sesmaria do terreno, o que não foi feito. [AHRGS, L.1198B: 198-205]. (GUTIERREZ, 2001.p.73).

Depois da morte de Manuel Bento da Rocha, sua esposa Isabel Francisca herdou e a estância de Pelotas, vindo administrá-la até sua morte em 1822. Devido ao fato do casal não ter tido filhos. A estância de Pelotas foi herdada por meio de testamento a duas de suas sobrinhasnetas, Maria Regina da Fontoura e Isabel Dorotéia da Fontoura. Essa última casou-se com João Simões Lopes. (GUTIERREZ, 2001.p.75). Com o fim do agraciamento de sesmarias, diversos lotes de terras foram comercializados. Posteriormente com o implemento das colônias que tinha com público alvo os imigrantes europeus, iniciava-se um novo estrato de ocupação humana no espaço serrano do Rio Grande do Sul. Coletividades de diversas partes do mundo vieram para o Rio Grande do Sul tentar a sorte, ou mesmo fugir das mazelas de seus locais de origem. Fazendo com que a paisagem da serra sudeste se tornasse um mosaico de etnicidades (CERQUEIRA, 2010).

O processo de ocupação da Serra dos Tapes denota peculiaridades quanto à diversidade de grupos étnicos que contribuíram a sua estruturação. A paisagem cultural desta região resulta de um mosaico étnico, composto a partir das memórias e tradições destes grupos, que constantemente sofreram processos de renovação e acomodação, em um permanente processo de diálogos culturais, travados entre as etnias do espaço colonial (italianos, alemães, pomeranos, franceses), bem como com o componente afro e luso-brasileiro (CERQUEIRA; SILVA, 2010.p.874).

Conforme apresenta Cerqueira (2010), a composição étnica apresentada nos seus dois séculos na região de Pelotas e território adjacentes, possibilita com que caracterizemos essa região como um mosaico étnico. Segundo Cerqueira “este mosaico assume morfologia bastante peculiar na paisagem cultural da Serra dos Tapes” (CERQUEIRA, 2010.p.875).

(...) A diversidade étnica do espaço da Serra dos Tapes pode ser observada por meio do estabelecimento de uma cartografia étnica da região. Se considerarmos o território do município de Pelotas na segunda metade do século dezanove, apogeu do movimento de criação de colônias rurais de imigrantes (processo iniciado em Pelotas em 1849), constataremos que incluía uma faixa territorial extremamente ampla na região da Serra dos Tapes, a qual abrangia às áreas elevadas dos atuais municípios de Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão, Arroio do Padre, Turuçu e São Lourenço. Quando foi criada a Colônia Rheingantz em São Lourenço, em 1858, colônia responsável por impulsionar o movimento de ocupação da Serra dos Tapes por colonos alemães e pomeranos, esta se situava, administrativamente, em Pelotas (CERQUEIRA, 2010.p.875-876).

4.4 ARROIO PELOTAS E O PÓLO CHARQUEADOR

Como podemos perceber foi diante de um panorama belicoso durante o final do século XVIII, que surge o pólo charqueador Pelotas/Rio Grande. O núcleo saladeiril pelotense situava-se às margens do canal São Gonçalo e costeava ao longo do arroio Pelotas desde a encosta da serra do sudeste até as proximidades da Laguna dos Patos (GUTIERREZ, 2001). É nesse cenário de investidura dos núcleos charqueadores que inicia-se o processo de colonização do seu segundo estrato ocupacional na região da Serra dos Tapes, pelo menos no refere-se ao recorte de nossa área de estudo.

Como já referido anteriormente o pólo charqueador pelotense tem seu início no final do século XVIII, ele surge dentro de um panorama beligerante onde grupos portugueses, espanhóis e indígenas disputavam espaços nessa região sulina (GUTIERREZ, 2001). Ester Gutierrez em seu exame sobre a formação do núcleo charqueador pelotense destaca que “*foi no contexto de lutas contra os guaranis, de 1754 a 1756, e mais tarde, contra os espanhóis, de 1763 a 1776, que apareceram os líderes das forças militares portuguesas e dos bandos de aventureiros, que seriam os donatários das sesmarias de campo*” (GUTIERREZ, 2001.p.44).

Como bem afirma a autora, os primeiros donatários da região que hoje pertence ao município de Pelotas foram indivíduos de patentes militares representativas que a serviço da Coroa portuguesa defendia seus alegados domínios. O próprio rincão de Pelotas foi no ano de 1758, doado a um desses militares. O português tenente-coronel Tomás Luís Osório em contrapartida aos seus préstimos dedicados na guerra contra os guaranis das missões jesuíticas.

Contudo, o mesmo não pode usufruir dessa concessão, pois no ano de 1763 o tenente-coronel Tomás Luís Osório foi acusado pelo vice-rei, Conde da Cunha de deixar-se surpreender por tropas inimigas sem a mais leve resistência, quando este se fazia junto a seu regimento em considerável número, algo próximo de novecentos homens (GUTIERREZ, 2001). Tal acusação custou a Tomás Luís Osório a condenação a morte por enforcamento em Portugal. Posteriormente sua viúva e seus filhos comerciaram o rincão ao capitão-mor Manuel Bento da Rocha no ano de 1799.

4.5 AS CESSÕES DE TERRAS QUE FORMARAM OS NÚCLEOS POPULACIONAIS PELOTENSE

De imensa representatividade na convergência de coletividades para formação povoadora dessa região sul, o pólo saladeiril pelotense trouxe ao espaço da serra sudeste um “*mosaico de etnicidade*” (CERQUEIRA; SILVA, 2010). Coletividades africanas, indígenas, portuguesas, espanholas e européias como um todo alteraram a paisagem da região. As freqüentes guerras, os contínuos movimentos nos limites territoriais (hora para um lado, hora para outro), por parte dos inúmeros tratados acedidos por portugueses e espanhóis, fizeram dessa região sulina uma enorme área de “fronteira”.

Os fluxos de coletividades e os influxos das distintas etnicidades agregaram uma peculiar valoração a esse mosaico cultural que se formou nessa paisagem. Esse deslocar de coletivos durante o belicoso período do século XVIII, que fizera famílias açorianas buscar refúgios nas áreas apartadas das zonas de conflitos. Famílias essas fugidias das áreas de invasão espanhola, como foi o caso de Rio Grande que durante a segunda metade do século XVIII (1763) sofrera com a invasão espanhola, tendo seus moradores que buscarem refúgios nas terras mais ao norte.

A esses indivíduos somavam-se antigos ocupantes da Colônia do Sacramento, a qual foi entregue aos espanhóis em 1777, no cumprimento o tratado de Santo Ildefonso acedido entre portugueses e espanhóis. Tudo isso aliada as freqüentes fugas de indivíduos (ou mesmo coletivos) escravizados no processo manufatureiro das fábricas de salga no pólo Pelotas/Rio Grande, os quais buscavam resistir a degradante exploração humana prática pelo sistema socioeconômico vigente na época, ou seja, resistir ao sistema escravocrata do Brasil colonial, restando a eles homiziar-se nas datas de matos da Serra dos Tapes formando núcleos populacionais. Acabando desse modo, por configurar nominalmente a topografia da região (MOREIRA et al., 2013). Tanto que devido a isso encontramos na toponímia da serra localidades como o distrito de Quilombo (CERQUEIRA; SILVA, 2010).

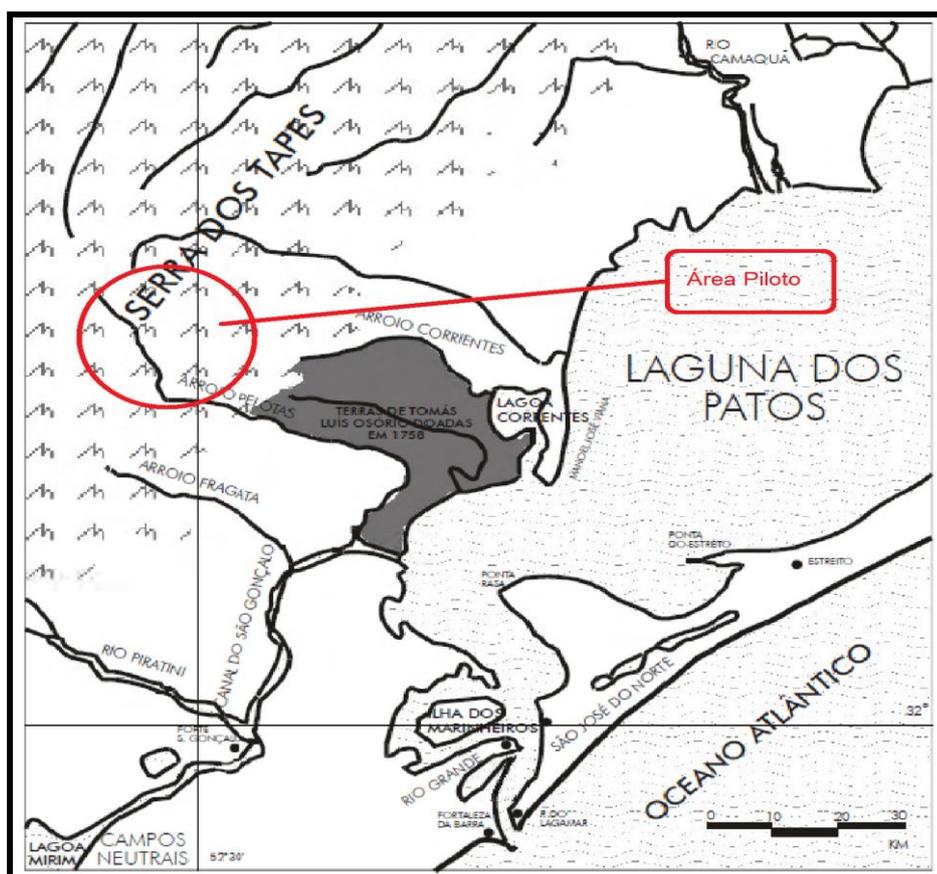


Fig. 28 Destaque para um pequeno recorte na região da Serra dos Tapes, onde concentra-se um dezena de sítios Guarani. Fonte: Gutierrez, 2001.

Esta referida região do Quilombo era o espaço o qual abrigava um considerável número de africanos e afrodescendentes que tinham sido escravizados e estavam fugidios das charqueadas. Conforme aponta Ester Gutierrez “Desde

Essas doações eram parte de um sistema de cessões de terras outrora vigente no Brasil colonial que remonta o tempo de suas origens ainda em solo peninsular lusitano. O estabelecimento das sesmarias (cessões de terras concedidas pela Coroa Portuguesa) é um invento o qual tem sua origem no ato do Rei de Portugal Dom Fernando I. Devido aos frequentes abandonos das terras lusitanas Dom Fernando promulgou em 1375 a lei agrária de fomento e produção agrícola e cultivo de terras (sesmarias), onde determinava com que todo e qualquer indivíduo que possuísse herdades (quinta, ou sítio) suas ou emprazadas, ou por qualquer outro título, fossem obrigados a lavrá-las. Ficando desse modo, determinado que as terras que jazessem incultas fossem conferidas a lavradores que estivessem dispostos a cultivá-las (LEITE, 2004).

Os primeiros apontamentos de cessões de terras na forma de sesmarias em solo brasileiro surgem quando do estabelecimento das primeiras capitânicas hereditárias, ainda no início do século XVI. As capitânicas eram estabelecimento com propósitos administrativos, tanto militares quanto econômicos os quais se encontravam a serviço da defesa dos domínios portugueses ultramar. Seus registros de posses, ou criação dessas cessões (sesmarias), eram regularizados em registros públicos nas paróquias locais (DINIZ, 2005).

Todas as posses e sesmarias formadas foram legitimadas em registros públicos realizados nas paróquias locais. A Igreja nesse período da Colônia encontrava-se unida oficialmente ao Estado. Dessa forma, eram os vigários ou párocos das Igrejas que faziam os registros das terras ou de certidões de nascimento, casamento, entre outras. Somente com a Proclamação da República, em 1889, Estado e Igreja se separaram. Desenvolveram-se assim, os chamados registros ou escrituras de propriedade. As sesmarias foram assim registradas, constituindo exemplos de documentos cartoriais. (DINIZ. 2005. p.1).

Conforme aponta Monica Diniz o capitão-mor simbolizava os poderes do monarca português em terras além-mar, ele agia como administrador com total jurisdição sobre todo o colono católico fosse esse português ou estrangeiro. Esta condição de ser católico era uma das exigências indispensável para a concessão de terras (DINIZ, 2005). Por meio do sistema de capitânicas instituído na América portuguesa, D. João III promoveu a ocupação de terras no novo mundo e ao mesmo tempo desonerou a Coroa portuguesa, visto que todas as despesas ficavam a cargo de seus donatários.

CAPÍTULO 5

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE IMIGRANTES NO SUL DO BRASIL

O início do século XVI marca o processo de colonização da América do Sul. Embora ainda hoje muito se discuta sobre em qual real período da expansão territorial ibero-americana, as terras do sul do Brasil despertaram o interesse dos lusitanos. E ainda que partidários das distintas matrizes historiográficas (lusitanas e platinas) sigam pleiteando suas convicções acerca de quais momentos este espaço sulino ganhou notoriedade dos interesses dos mesmos - se nas primeiras incursões ao estuário platino no início do século XVI, ou somente no exórdio do século XVIII, após os “ir e vir” dos limites territoriais devidos aos muitos tratados assentidos em prol das conveniências de ambas as coroas ibéricas. Para nosso estudo torna-se indiferente discutir tais questões, visto que nosso exame atém-se a esse processo de maneira diacrônica, ou seja, entendemos as ocupações desse espaço como um processo de formação de longa temporalidade. Além do que, somos entendedores de que o processo de expansão ibero-americano foi um dos muitos processos transcorridos nessa região. Pois este espaço hoje politicamente denominado de Rio Grande do Sul, a muito serve de palco de disputa entre os diversos coletivos que aqui habitaram.

Ao olharmos as muitas coletividades que hoje habitam o Rio Grande do Sul, somos todos capazes de perceber as distintas conformações culturais que afloram na região. O processo de colonização ocorrido durante a segunda metade do século XIX acentuou tais distinções. Ainda que a historiografia atual empreenda seu máximo esforço para corrigir um reiterado equívoco, quanto ao espaço e importância dado aos muitos coletivos na conformação dos núcleos populacionais sulinos, a origem política do território do Rio Grande do Sul ainda é “*tida, vista e falada*” como um quinhão da Europa na América. Ou seja, seguimos narramos nossas histórias a partir dos feitos e investidas de portugueses, espanhóis, germânicos, italianos e franceses em um claro detrimento a todas as histórias das inúmeras coletividades indígenas (Guarani, Kaingang, Charrua, Minuano, grupos cerriteiros, e sambaquianos) e africanas (das mais diversas origens, Mina, Nagô, Cabinda, Congo, Benguela, Angola) que assim como germânicos, franceses, italianos, espanhóis, portugueses e outros forjam esse mosaico étnico (CERQUEIRA; SILVA, 2010).

Esse tendencioso narrar histórico sobre a conformação populacional brasileira está intrinsecamente ligado a origem do processo de colonização brasileiro o qual teve seu início nas primeiras décadas do século XIX. Por meio de uma política de colonização de caráter reformador que propunha modificar as estruturas vigentes, através da vinda de imigrantes europeus. Desse modo, o governo brasileiro visava substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre e europeia, somada a uma insofismável intenção política de branqueamento populacional, visto que a exigência para a vinda desses colonos europeus era que os mesmos que chegassem para colonizar o Brasil fossem brancos. Buscava-se com isso, criar condições econômicas, políticas e sociais, para suplantar os impedimentos decorrentes de uma economia sustentada pela tríade: latifúndio, monocultura e escravidão (HERÉDIA, 2001).

Embora a colonização por imigrantes europeus no Rio Grande do Sul tenha se efetivado somente nas primeiras décadas do século XIX, com a chegada de imigrantes germânicos e posteriormente italianos e franceses, sua política não era inédita, pois ainda no século XVIII, Portugal iniciava um processo de colonização de origem açoriana. Claro que não devemos incidir no erro de confundir a colonização açoriana com a vinda de imigrantes europeus para o mesmo propósito, pois os colonos de origem açoriana não podem ser caracterizados de imigrantes, visto esses eram súditos de Portugal.

Em 28 de outubro de 1848, o Governo Geral por meio da Lei Geral nº 514 concedeu a suas províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas, todas com o propósito específico de serem colonizadas. Posteriormente em 1850, através da Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, ficava constituído os critérios para a estruturação das colônias agrícolas, bem como a regulamentação das cessões de terras em forma de sesmarias existentes. As mudanças no modelo agrário brasileiro não paravam por aí, uma nova Lei Provincial (nº 301) foi instituída. E com ela constituiu-se a Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde a mesma estabelecia condições de ocupação de terras e a formação dos núcleos coloniais definindo os seguintes princípios fundamentais da colonização:

" Art. 1º - A Colonização da Província será feita sobre a base de terras; para este fim fica o respectivo presidente autorizado a comprá-las nos lugares mais próprios quando neles não haja terras devolutas compreendidas na

disposição do art. 16 da Lei Geral nº 514, de 28 de outubro de 1848; esta venda será feita pela forma e sob as condições seguintes:

Art. 2º - O Presidente da Província empregará as quantias anualmente consignadas pela Assembléia Provincial na compra de terras usadas para a lavoura, as quais mandará medir, dividir e demarcar os lotes em cem mil braças quadradas para serem expostas à venda aos colonos, sendo o preço mínimo de cada lote 300\$000.

Art. 3º - Na mediação e demarcação das colônias o Presidente da Província fará reservar as terras precisas para estradas, porto, igrejas, cemitérios e outras servidões públicas, cuja necessidade se reconhecer.

Art. 4º - A venda das colônias poderá ser feita a prazos, que excedam a 5 anos, e pelo excesso pagarão os colonos o prêmio de 1% ao mês, ficando as terras hipotecadas até o completo pagamento, não só estas, como também das quantias que lhes tiverem sido adiantadas.

Art. 5º - Fica o Presidente da Província autorizado a adiantar para auxílio da passagem dos colonos, que espontaneamente se apresentarem na Província, até a quantia de 50\$000, por cada um qualquer que seja a sua idade ou sexo, com obrigação de reembolso no prazo e com as condições do artigo antecedente.

Art. 6º - Fica também autorizado a fazer as despesas indispensáveis com as acomodações dos colonos enquanto não chegarem ao lugar de seu destino, se não estabelecerem em casas próprias, sem que eles fiquem na obrigação do reembolso dessas quantias.

Art. 7º - O mesmo presidente diligenciará a entrada para as colônias de famílias brasileiras agrícolas, e laboriosas, vendendo-lhes as terras com os favores e ônus expressos na presente lei.

Art. 8º - Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas, não poderão, porém, fazê-lo por meio de escravos seus alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja.

Art. 9º - O Presidente da Província fará a Regulamento e dará as instruções precisas para a boa execução da presente lei.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições contrário". (HERÉDIA, 2001).

5.1 OCUPAÇÃO COLONIAL UM TERCEIRO ESTRATO

Como podemos notar o processo de colonização imigrante ocorrido no Brasil produziu muitas mudanças nas estruturas sociais do país. O que acarretou em uma considerável alteração na paisagem. O imigrante europeu usou, alterou e interagiu com a paisagem da região, deixando nela registros evidentes de sua ocupação. A esses registros construídos na paisagem denominamos de estratos. Ao longo desse trabalho fomos aos poucos apresentando os distintos estratos evidenciados em nossa pesquisa. Após observarmos os dois primeiros estratos que configuram nosso estudo de longa temporalidade sobre a ocupação humana na Serra dos Tapes (a ocupação indígena e a presença ibero-americana), apresentaremos o terceiro estrato desse processo investigativo o qual está patente na paisagem da região e tem na ocupação do imigrante europeu, papel de destaque.

A partir de 1824 o Rio Grande do Sul começou a receber um fluxo de imigrantes, que se intensificou na segunda metade do século XIX, visando à formação de colônias com base na pequena propriedade. O povoamento do Estado do Rio Grande do Sul e, por conseguinte, do município de Pelotas, surgiu como resultante dessas articulações governamentais. A riqueza advinda da fabricação do charque transformou Pelotas na segunda cidade mais importante do Rio Grande do Sul, cuja modernização, cultura e riqueza atraíram estrangeiros. A colonização dos espaços foi uma consequência natural e logo se tornou um negócio rentável em que proprietários rurais e charqueadores apostaram capitais (terra e dinheiro) na acomodação de colonos em pequenos lotes. O resultado de todo esse processo histórico foi, além da ampliação da sociedade pelotense, a transformação da paisagem cultural do município, redefinida a partir das características trazidas pelos imigrantes ali instalados: alemães, italianos, franceses, espanhóis, etc. (BETEMPS & VIEIRA, 2010.p. 932).

A região da Serra do Sudeste, mais precisamente a área que hoje comporta as colônias de origem francesa, italiana e germânica localizadas nos municípios de Arroio do Padre e Pelotas-RS, possui um registro de ocupação humana, bem anterior ao processo de ocupação dos imigrantes europeus iniciado ainda em meados do século XIX, como parte do implemento de uma política de colonização governamental e privada, elaborada pelo governo imperial brasileiro e fomentada pelo lucros que o desenvolvimento econômico pós Revolução Farroupilha trouxeram para região do Rio Grande do Sul, criando dessa forma, novas colônias particulares na região do município de Pelotas e arredores (CERQUEIRA; SILVA, 2010).

A ocupação do território que forma o município de Pelotas e seus arredores ocorreu em duas etapas. Primeiramente, foram distribuídas as terras de campo em forma de sesmarias. Essas distribuições eram feitas aos homens que houvessem servido de forma importante ao Reino Português e também aos que tivessem dinheiro suficiente para se instalarem e desenvolverem atividade econômica. A primeira das sesmarias que originou Pelotas data de 1758 e foi outorgada a Tomaz Luiz Osório. Chama-se Rincão de Pelotas (atualmente Laranjal). Essas concessões deram-se até o final do século XVIII e nelas portugueses e seus descendentes organizaram as fazendas de criação de gado. Só então teve início a distribuição das terras de mato da serra de Tapes (...). Os primeiros colonos eram ilhéus. Tomaram posse de terras que ficaram ao longo da única picada que havia na serra, aberta para servir à comunicação de Canguçu e Piratini com o porto de embarque da Lagoa dos Patos. A partir dessa precária via é que ocorreram as derrubadas iniciais de matos. (GRANDO, 1984.p.50).

Durante o século XIX, mesmo no período do processo de revolução, o sistema econômico em vigência na região sul do Rio Grande do Sul continuava alicerçado no sistema charqueador. Nesse momento, a pujança da atividade saladeiril possibilitou uma época de muita riqueza para a elite da região do sul do estado, fazendo com isso, fomentar o início da industrialização no Rio Grande do

Sul, tendo seu pólo centralizador nos municípios de Pelotas e Rio Grande (GUTIERREZ, 2001).

No século dezenove, o modelo econômico predominante na região baseava-se nas estâncias e charqueadas que compunham o conjunto da atividade saladeiril, que trouxe muita riqueza à área meridional do estado e impulsionou a industrialização do Rio Grande do Sul, concentrada em Pelotas e Rio Grande. Este ciclo econômico desenvolveu-se sobejamente em amplas propriedades, situadas, no caso de Pelotas, sobretudo na zona da planície costeira, de modo que as terras da região serrana possuíam um caráter secundário e por ventura complementar. Era comum que os charqueadores fossem proprietários de uma data de mata na Serra dos Tapes, para onde seus escravos se deslocavam durante a entressafra, com a finalidade de obter lenha e, fortuitamente, desenvolverem o plantio de roças e pomares. (CERQUEIRA; SILVA, 2010.p.872).

Contudo, devido à centralização da atividade econômica saladeiril no pólo Pelotas/Rio Grande, área predominantemente de planície costeira, a região da serra Sudeste ficou pouco explorada. Claro que excetuando aqueles espaços de mata da Serra dos Tapes, que eram de propriedade de alguns charqueadores e que as usavam no período de entressafra como subsídios para suas plantações e obtenção de lenhas (CERQUEIRA; SILVA, 2010).

5.2 AS COLÔNIAS DA SERRA

Com o final da Revolução Farroupilha novos investimentos incentivaram a criação de colônias particulares da região. No ano de 1849 foi criada a Associação Auxiliadora da Colonização, provida pelo capital privado, ela objetivava a criação das primeiras colônias na região (GRANDO, 1984). Dentre as primeiras colônias fundadas na serra estão as colônias Dom Pedro II (1849) e Nova Cambridge (1850), ambas constituídas por imigrantes ingleses. Colônia de Monte Bonito (1850), composta de colonos irlandeses e germânicos (esses de origem prussiana). Colônia Municipal de Pelotas, igualmente chamada de Colônia da Câmara (1860-1880).

Em 1849, formou-se a Associação Auxiliadora da Colonização para a criação da colônia D. Pedro II em terras de um de seus acionistas (Antônio Rafael dos Angos), localizadas na estrada que da sede de Pelotas ia para o distrito de Capão do Leão. Compunha-se de 48 lotes que foram entregues a um número aproximado de 300 colonos irlandeses, chegados de Liverpool. Pouco depois, essa sociedade forneceu terras a ingleses para que se estabelecessem com recursos próprios. Nesse aspecto, a sociedade foi

inovadora, pois, até então, toda a colonização do Rio Grande do Sul vinha sendo feita unicamente com imigrantes alemães. (GRANDO, 1984.p.48).

Outras colônias também surgiram: Colônia Santo Antônio, fundada em 1881-1886 por João Pinheiro, esta possuía 68 lotes coloniais, 460 habitantes, dentre os quais 191 alemães, 185 franceses, 81 de outras nacionalidades, 77 lares. Colônia Municipal de Pelotas, fundada em 1881-1886, com 100 lotes coloniais 480 moradores, 80 lares com 14 famílias italianas e demais de origem alemã (ULLRICH, 1984.p.73). Santa Coleta, fundada em 1882 pelo Capitão Ribeiro, tinha 45 lotes coloniais, sendo 40 famílias alemãs. Colônia de Domingos, fundada em 1885-87 por Fragata, 8 lotes coloniais, 6 famílias, 6 lares. Arroio do Padre, aproximadamente 50 lotes coloniais, 42 famílias alemãs e 42 lares. Colônia Maciel, colônia do governo emancipada, 50 lotes coloniais, com 56 lares. São Manoel, fundada em 1892, 14 lotes coloniais⁴⁴. Ainda colônias Santa Eulália, Cascata, Visconde da Graça e Santa Rita, todas com aproximadamente 200 lotes (ULLRICH, 1984.p.73). Sobre a Colônia Santo Antônio BETEMPS & VIEIRA (2010), destacam:

Em 1879 alguns colonos franceses, moradores da Colônia de São Feliciano (RS), na busca por um centro consumidor para seus produtos agrícolas, vislumbram Pelotas como o mercado para escoar suas produções. Ali, contatam com o comerciante atacadista João Antônio Pinheiro, que havia adquirido terras na Serra dos Tapes com a intenção de especular o comércio de lotes de terra. Os franceses compram os primeiros lotes e começam a organizar suas lavouras, vinhedos e pomares. Fundaram, assim, a Colônia Francesa de Santo Antônio, entre os Três Cerros, ao norte, seguindo para o sul até a confluência dos arroios Quilombo e Andrade, antes de desaguiarem no arroio Pelotas. Estas terras ficam no atual Distrito do Quilombo, sétimo distrito do município de Pelotas. (BETEMPS & VIEIRA, 2010.p. 932).

Contudo, o auge da colonização, durante o governo imperial brasileiro, ocorreu somente quando da criação da Colônia Rheingantz em 1858, pelo empresário de origem germânica, Jacob Rheingantz após haver adquirido terras devolutas junto ao governo imperial.

Melhor sucedido foi o empresário alemão Jacob Rheingantz que, em terras devolutas nas matas da serra de Tapes adquiridas do Governo Imperial,

⁴⁴ Os dados aqui referidos foram extraídos do relatório de C.O. Ullrich escrito originalmente no final do século XIX, para a Associação de Geografia e Incrementos dos Interesses Alemães no Exterior e se constitui parte do livro Conselhos aos Emigrantes para o Sul do Brasil, publicado em Berlim no ano de 1898. Este texto foi publicado originalmente, em 1984, na revista Ensaio FEE, n. 2, da Fundação de Economia e Estatística, que gentilmente, autorizou sua publicação na História em Revista, do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

fundou a colônia de São Lourenço em 1858, no 49 distrito de Pelotas, com 73 lotes entregues a famílias alemãs compostas inicialmente de 203 pessoas. (GRANDO,1984.p.49).

A colônia Rheingantz situava-se na região que hoje corresponde o município de São Lourenço do Sul, na época correspondia ao 4º distrito do município de Pelotas, e receberá uma enorme leva de imigrantes germânicos com destaque para forte presença étnica de pomeranos (GRANDO, 1984). Em janeiro do ano de 1858, aproximadamente 88 imigrantes germânicos aportavam em Rio Grande. Isso apenas na primeira leva vinda no navio holandês “Twee Vieden”. No mesmo mês, os imigrantes que aqui chegaram, tomaram posse de suas novas terras em duas picadas abertas: Picada Moinho e Picada Quevedo (OSWALD, 2012).

Os colonos sentiam-se atraídos pelas terras da serra de Tapes pela certeza da boa qualidade dos solos e da facilidade de colocação da produção agrícola nas cidades de Pelotas e Rio Grande — onde se situa o único porto marítimo do Rio Grande do Sul. Em 1884, a Southern Brazilian Rio Grande do Sul Company inaugurou a linha férrea de Rio Grande a Bagé, em cuja estação de Capão do Leão (Pelotas) eram embarcados os produtos coloniais para Rio Grande e Pelotas. As colônias distavam, em média, 50 a 60km dessa via férrea. (GRANDO,1984.p.52).

Durante a análise da historiografia atinente ao processo de colonização do imigrante na serra, encontramos um documento de Carl O. Ullrich, imigrante originário da Alemanha que fixou residência na colônia Santo Antônio, vindo a exercer as funções de professor primário, agrimensor e por vezes, pastor evangélico. Nesse documento Carl O. Ullrich faz referência aos colonos imigrantes de origem germânica, que ocupavam a região da Serra dos Tapes. Segundo ele *“Nos primeiros tempos o recém-chegado também enfrenta certos fracassos e desilusões, mas com um pouco de esforço e de perseverança, todas as falhas serão logo supridas. Para pessoas sozinhas sem recursos o começo é muito difícil”* (ULLRICH, 1984.p.67).

5.3 O COLONO IMIGRANTE NA SERRA DOS TAPES

Elemento de presença marcante e importante influência na formação dos núcleos povoadores do Rio Grande do Sul, o colono não português chegou à Serra dos Tapes na segunda metade do século XIX onde se estabeleceu alterando a paisagem da região da serra até os dias atuais (GRANDO, 1984).

Os quatro primeiros empreendimentos privados no Estado foram feitos entre 1846 e 1848 com agricultores procedentes da colônia de São Leopoldo e não muito distante desta (Roche, 1969, p.142). Ao mesmo tempo, começava no Sul da Província o empenho de levar a colonização para lá. A iniciativa partiu da administração municipal de Pelotas, interessada em introduzir a agricultura na economia do Município, que se encontrava centrada na pecuária e na indústria de charque; tais atividades localizavam-se nas campinas, as quais, ocupando a maior parte do município, se estendiam no sentido do Leste para o Sul de seu território. (GRANDO, 1984. pp.47-48).

Interessado em ocupar a região serrana, devido à necessidade de manutenção da soberania de suas fronteiras e conseqüentemente atender seus preceitos racistas (SANTOS, 2006), por meio da oportuna necessidade de branqueamento da população, o governo Imperial Brasileiro viu no imigrante europeu a possibilidade de povoar essa região ainda não totalmente ocupadas por sua política expansionista.

Toda serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se, ali, uma corrente de imigrantes que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo, na sua maioria, alemães. Mas afluíram para lá também espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outros estados. De caráter espontâneo, essa imigração era atraída pelos organizadores das colônias que com ela auferiam grandes lucros. (GRANDO,1984.p.51).

Com o apoio do governo Imperial Brasileiro foi permitida aquisição de oito léguas quadradas de terras devolutas na região sudeste do Rio Grande do Sul, por parte de Jacob Rheigantz, para a criação de colônias particulares. Que tão logo adquirida empreendeu seu projeto colonizador na região de São Lourenço do Sul. De posse de seu empreendimento, Jacob Rheigantz providenciou a vinda de um grupo de agricultores originários da Pomerânia. Como aponta Maltzahn (2010).

(...) ao chegaram à colônia de São Lourenço, os colonos enfrentaram inúmeras condições adversas, tendo que abrir picadas em matas fechadas, construir moradias e estradas, permanecendo isolados em suas porções de terra, produzindo para seu próprio consumo com mão-de-obra familiar. (...) Pois, a necessidade de braços para a atividade agrícola no início da colonização, levou os pomeranos a constituírem famílias numerosas – 10 ou 12 filhos por casal – para ajudar no trabalho (MALTZAHN, 2010).

Tal prática destacada (MALTZAHN, 2010), aponta não somente para como se formou esses núcleos familiares teuto-brasileiros e por qual motivo eles se apresentam tão numerosos.

(...) a composição da família de colonos pomeranos, com grande número de filhos significava muitas vezes prosperidade e estava vinculado diretamente ao sobrenome do patriarca. Os colonos e seus descendentes eram valorizados e identificados pelo nome de família aos quais pertenciam. (...) O cotidiano destes descendentes é marcado pela forte presença de uma memória coletiva. A identidade étnica e social do grupo, preservada pelos descendentes, recria uma cultura que dialoga constantemente com um passado comum (MALTZAHN, 2010).

Sendo um dos primeiros coletivos de imigrantes que chegaram ao estado do Rio Grande do Sul, os germânicos se estabeleceram na região do vales dos rios Caí e Sinos no ano de 1824, posteriormente eles se espalharam por todo o estado.

A quantidade de terras incultas na serra de Tapes, muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores. Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul a partir do desenvolvimento de São Lourenço. Assim, como São Leopoldo é considerada o fator de crescimento dos núcleos agrícolas que avançaram para o Norte do Estado, São Lourenço é considerada a origem dos núcleos do Sul. (GRANDO, 1984.p.49).

Possuidores de característicos valores culturais os coletivos germânicos destacam-se tanto nos hábitos alimentares quanto religiosos. Predominantemente de doutrina protestante os coletivos de origem germânica, após assentados na região sentiram necessidade de edificar suas próprias escolas e igrejas (MALTZAHN, 2010).

(...) a Igreja Luterana foi fundamental para a estruturação da fé e da cultura pomerana, sendo o local sagrado para a expressão da religiosidade luterana da maioria dos descendentes pomeranos. Através do ensino confirmatório na igreja, as crianças sedimentaram a cultura germânica que foi sendo revivida e ampliada pelas comunidades que se formavam (MALTZAHN, 2010).

No entanto, não foram poucas as dificuldades encontradas pelos imigrantes germânicos, em particular os que professavam uma doutrina protestante. Seus hábitos religiosos encontravam empecilhos legais junto à religião do Império. Como destacam SANTOS & CECCHETTI (2013).

(...) a chegada deles causou problemas justamente porque o Brasil de então era um país católico. Na Constituição do Brasil Império, de 1824, constava no artigo 179, parágrafo 5: "Ninguém deve ser perseguido por causa de sua religião, desde que ele respeite a religião do Estado e não fira a moral pública". Porém, o artigo 5 afirmava que: "A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em

casas para isso destinadas, sem forma exterior de templo".(SANTOS; CECCHETTI, E. 2013.p.1).

E observam os autores:

As dificuldades também se vinculavam aos casamentos, porque inicialmente somente eram considerados válidos aqueles feitos perante o sacerdote católico, o que mudou a partir de 1863 quando os matrimônios realizados por um pastor, desde que esse estivesse legalmente registrado perante o governo, passaram a ter validade legal. Mesmo assim, casamentos mistos só podiam ser celebrados pelo padre católico e os filhos obrigatoriamente tinham que aderir ao catolicismo. Até mesmo direitos políticos estavam limitados aos não-católicos, como rezava o artigo 95 da Constituição: "Não podem ser deputados na Câmara pessoas que professam outra religião que a do Império". (SANTOS; CECCHETTI, E. 2013.p.2).

Em meados do século XIX, mais precisamente em 1857 foi criada a Colônia de São Feliciano. Contudo, essa só começou a receber imigrantes a partir do ano de 1873 quando o diretor da colônia Auguste Napoléon de Saint Brisson, também agrimensor efetuou a medição de seus lotes. Entretanto, no ano de 1877 um desacordo entre a Província e o Império ocasionou na extinção da colônia de São Feliciano. Fazendo muitos franceses abandonar São Feliciano a procura de nova moradia (BETEMPS, 1999).

De igual importância destacamos a presença da imigração francesa na região da Serra dos Tapes. Através de sua ocupação, bem como do cultivo de plantações de uvas e do fabrico de vinho por parte desses coletivos foi possibilitado o desenvolvimento nessa região. No final do ano de 1879, os imigrantes franceses que habitavam São Feliciano procuraram novos lugares para moradia. Através do contato com João Antônio Pinheiro, comerciante que havia adquirido um lote de terras na Serra dos Tapes, cerca de 2.500 hectares, iniciaram-se tratativas de negocio vindo com isso formar um novo núcleo agrícola. A Colônia Santo Antônio foi fundada pelo comerciante atacadista João Pinheiro entre os anos de 1881-1886 e está localizada na encosta sudoeste da Serra dos Tapes, próxima ao pé dos morros Três Serros.

Possui terreno acidentado, porém cercados de águas correntes como o Arroio Quilombo que deságua no Arroio Pelotas. Seus lotes coloniais possuem água potável. Quando de sua criação a Colônia Santo Antônio foi dividida em 3 cessões: 2 para franceses e 1 para alemães. Em seu inicio as picadas "Dos Andradas" e "Francesa" foram ocupadas por colonos franceses (ULLRICH, 1984). Segundo Carl

Ullrich relata, a picada "Dos Andradas" contava com 19 lares e cerca de 100 moradores. Ao norte da picada "Dos Andradas" localizava-se uma fábrica de celulose Figura (24), movida à água do arroio Andradas.

A produção da fábrica era apenas de papel-embrulho, extraído de retalhos de tecidos de algodão, advindos da tecelagem Rheingantz de Rio Grande (ULLRICH 1984). Ainda hoje é possível observar as ruínas da antiga fábrica de celulose localizada a margem leste do arroio das Andradas. As ruínas da antiga fábrica de celulose hoje se constituem em um marco histórico que referencia a ocupação pós-contato na região do terceiro distrito do município de Pelotas.

Segundo Betemps (1999), na parte Francesa da Colônia Santo Antônio encontrava-se a picada "Francesa" constituída de 22 casas, em sua grande parte feitas de alvenaria. A Colônia Santo Antônio estava localizada em 22 lotes com cerca de 150 moradores. A parte alemã da colônia estava dividida em três picadas: *Picada de Campo*, 16 lares sobre 12 lotes coloniais com 106 moradores. *Picada do Meio*, 6 lares sobre 4 lotes coloniais com 28 moradores e *Picada de Trás*, 14 lares sobre 9 lotes coloniais com 76 moradores. Na parte alemã podia-se encontrar um estabelecimento comercial, cujo proprietário era italiano. Também havia um moinho, uma ferraria, uma fábrica de carros e um curtume. Já na parte francesa havia duas picadas a *Picada dos Andradas* e a *Picada Francesa*. (BETEMPS, 1999).

Destaque para Colônia Santo Antônio fundada pelo comerciante atacadista João Pinheiro entre os anos de 1881-1886. Do ano de 1881 até o ano de 1886, outros lotes foram sendo incorporados ao núcleo francês. A esse juntaram-se membros de outras distintas coletividades. Famílias de origem germânica como: Hannemann, Reinhardt, Klug, Berg, Ulrich, Tessmann, Bernt e Lange. Bem como outras de origem italiana: Ferrari, Peverada, Larroque, Cazari e Bachini (BETEMPS, 1999).

Como já mencionado acima, das três cessões as quais se encontrava dividido a Colônia Santo Antônio duas eram francesa, e nesta parte havia duas picadas: a dos Andradas e francesa. Das famílias que lá residiam, destacamos algumas como:

(...) Magallon: Auguste François Magallon casou em São Feliciano com Marie Françoise Colomby e eram proprietários de 22 hectares. Tiveram uma menina falecida em São Feliciano, Cecília Emabelie, Maria Agostinha, Augusto (que herdou as terras do pai, do sogro e adquiriu outras totalizando

65 hectares), Maria Luiza e Leontina. (...) Conte: Jean Conte, nascido na Itália, mas considerado imigrante da França, veio para o Brasil com pelo menos um irmão. Casou em São Feliciano com Josephine Isabelle Gerard vindo para Pelotas onde tiveram os filhos: Luiz falecido criança e duas filhas casadas: Sophia com Augusto Magallon e Maria Francisca com Francisco Ney. (...) Gerard: Saturnen Gerard, italiano, viúvo de Sophia Mési, veio para o Brasil com três filhas: Josephina Isabelle, Maria Agatha e Angelina, pelo menos duas eram casadas. Saturnen era um leigo que às vezes fazia a encomendação de corpos nos enterros pois não havia padres na colônia, e somente Saturnen sabia rezar em latim. (...) *Bétemps*: Jean François Bétemps, natural da Savóia italiana, viúvo de Marie Monique Claudine Claupe-Vevey, veio para o Brasil na companhia dos filhos: Melanie; Alexis, casado com uma catarinense, esteve por vários anos morando na Argentina antes de vir para o Brasil; Jermain; Felix, casado em São José do Patrocínio com Maria Francesca Fiou, mudaram-se para Pelotas em 1881, fabricava vinho e registrou sua cantina em 1924; Baptistine, Joseph; Marie; e Victor Jean, que casou com uma brasileira e moraram na cidade de Rio Grande. (...) *Raffi*: Jean Raffis, ou Raffy, como ficou o nome, ao aportar no Brasil, depois de ter estado em Buenos Aires. Casou em São Feliciano com a brasileira Generosa da Silva. Em Santo Antônio, adquiriu 30 hectares onde viveu com os filhos: Flor casada com Hermenegildo Pinheiro Cardozo, e Modesto casado com Alexandrina Ney. (BETEMPS, 1999).

Segundo nos apresenta o trabalho de Leandro Betemps nesta picada residiam ainda às famílias Ferrari, Cazari e Postigos. Mais ao sul dessa referida picada residiam as seguintes famílias:

Nesta picada moravam: *Ribes*: Auguste Antoine Ribe, que no Brasil foi acrescentado um 's' ficando 'Ribes', partiu do departamento francês de Drome com sua esposa Eugenie Rebour e seus filhos para a colônia de São Feliciano, vindo a ocupar um lote de 20 hectares em Santo Antônio, colônia para a qual seu filho Gustave havia se transferido em 1880. Vieram da França com os filhos: Gustave; Lucie Marie, casada com o suíço Joseph Zurschmiten que veio da França, com a família Ribes e depois se mudaram para o município de Canguçu: Eugenie Louise; Alcides; Louis, que comprou terras próximo ao arroio Andrade e construiu uma represa e um moinho que acionava uma famosa serraria geradora de lucros que lhe possibilitaram erguer o único sobrado da colônia francesa; Marie Hortense; Louise e Rezeda Pauline. Em São Feliciano tiveram ainda os filhos: Dedimah e Adolpho. *Fouchy*: Simeon Fouchy e Marie Antoinete Magdalena Thoma, franceses da região parisiense, estiveram em Curitiba e em São Feliciano, onde deixaram uma filha casada com Gustave Ribes, antes de virem para terras de Domásio Moreira no Passo do Retiro. Quando os franceses, incluindo o genro Gustave Ribes, vieram para fundar a colônia Santo Antônio, em 1880. Seu filho Franquelim Fouchy já seguiu com eles, e tempos depois toda a família se transfere para a colônia francesa e ocupa 22 hectares que haviam comprado. Os Fouchy tiveram os filhos: Marcelina casada com Gustave Ribes; Isidore, casado com Marie Hortense Ribes; Franquelin Alexandre, casado com Eugenie Louise Ribes; Angelea Delphinia, casada com Jules Albert Longchamp; e, por, último Jules, Clement casado com Henriqueta Arnoldt. (BETEMPS, 1999).

Cabe aqui o esclarecimento sobre o destaque dado para alguns dos nomes que compunham as famílias que iniciaram esse processo de ocupação pós-contato

na serra sudeste. Muitos dos sítios arqueológicos pesquisados anteriormente que registram a ocupação Guarani na Serra dos Tapes, encontram-se em propriedades de núcleos familiares homônimos a esses nomes acima citados. Sendo que vários desses sítios receberam os nomes de proprietários das terras onde eles se encontram. São os casos de: PSGPA-01- Raffi 1 e 2, PSGPA-02- Schwanke 1 e 2, PSGPA-03- Rutz, PSGPA-04- Ribes, Magalon e Fouchi.

5.4 A PRESENÇA DO NEGRO NA SERRA

Ao examinarmos a bibliografia que atesta as relações sociais construídas no espaço da Serra dos Tapes, percebemos que desde cedo esta paisagem configura-se como núcleo de redes de compartilhamentos entre os distintos coletivos que nela se encontravam. A própria área piloto de nossa pesquisa (colônia Santo Antônio), se apresenta como palco de constantes redes de compartilhamentos. Vejamos os casos das coletividades calhambolas⁴⁵, grupos de africanos, e ou afrodescendentes que fugidos da condição de escravidão imposta a eles pelo sistema econômico vigente no Brasil teciam redes de comunicações por meio de relações de compartilhamento com outros coletivos de origem africana e não-africana para permanecer subsistindo fora da degradante condição de escravidão imposta a eles. Uma ideia presente na toponímia local, Serra dos Tapes, serra do caminho, sentido dado pelos quilombolas que transitavam amplamente na área.

Um perfeito cenário capaz de corroborar tais relações é a formação do quilombo de Manoel Padeiro, núcleo populacional estabelecido no alto da Serra dos Tapes. Segundo apontam registros da câmara municipal de Pelotas esse quilombo teria se constituído possivelmente durante a primeira metade do século XIX, próximo a década de 1830 (MOREIRA, et al., 2013).

Nesta época, a Serra dos Tapes, com seu relevo escarpado e ainda pouco desbravada, servia também de esconderijo para escravos fugidios, oferecendo a estes a oportunidade de liberdade e ruptura com a realidade de maus tratos a que eram submetidos. Além disto, anteriormente ao processo colonizador, a região havia sido território de intensa ocupação indígena, associada arqueologicamente à tradição tupiguarani, (...). A

⁴⁵ Segundo Clovis Moura o termo calhambola tem dentre outros significados elegidos por Bernadino José de Souza (1961) o de *negro fugido, negro do mato, aquele que vive homiziado em quilombos*. Também carrega o mesmo significado que quilombola. (Moura,2004). Referencia completa (Moura, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2004).

memória destas ocupações progressas ficou registrada na toponímia (arroyo Quilombo, serro do Quinongongo, Serra dos Tapes), assim como na denominação administrativa (Distrito do Quilombo) (CERQUEIRA; SILVA, 2010.p.872).

O sétimo distrito do município de Pelotas, denominado de Quilombo, ganhou este nome devido ao fato do mesmo possuir em seu histórico um processo de ocupação humana por coletividade africana e afrodescendentes. Ainda hoje a região do distrito de Quilombo, conta com a ocupação de coletividades quilombolas. A origem dessa ocupação quilombola remonta a primeira metade do século XIX, mais precisamente no período que antecederá os conflitos da Revolução Farroupilha (ÁVILA & RIBEIRO, 2013).

Devido a região da Serra dos Tapes localizar-se muito próxima ao núcleo charqueador Pelotas/Rio Grande e muitos dos proprietários dessas charqueadas possuírem datas de matos da Serra dos Tapes era comum que houvessem fugas de indivíduos escravizados quando do processo de trabalho durante o período de entre safra das charqueadas. Não devemos esquecer que nesse período a mão de obra de grande parte do Brasil estava fundamentada no sistema escravagista, e no Rio Grande do Sul essa realidade não era diferente (MOREIRA, et al., 2013).

Buscando escapar desse sistema de escravidão muitos indivíduos fugiam para a região da serra homiziando-se nas datas de matos, e lá traçavam suas estratégias de resistências. Dentre os muitos indivíduos fugidios que buscavam refugio na região da serra destaca-se a presença do grupo sob a liderança do General Manoel Padeiro. Segundo apontam (MOREIRA, et al., 2013), Manoel Padeiro foi um referencial de resistência na luta contra o sistema escravagista que os mantinham como escravizados.

(...) a figura de Padeiro foi evidenciada como um exemplo do fenômeno de Zumbi, só que nas paragens do extremo sul do Brasil. Rebelde, líder justiceiro, liderança religiosa, Padeiro cada vez mais se cristaliza na memória coletiva da cidade e região como um herói, exemplo de resistência de africanos e afrodescendentes (MOREIRA, et al., 2013.p.26).

Devido à economia da cidade de Pelotas estar fundamentada no mercado saladeiril, embora essa não fosse a única forma de economia. A cidade era essencialmente constituída por uma população escravizada. Vejamos o caso do ano de 1832, em um período que a cidade de Pelotas contava com uma população de cerca de 10.873 indivíduos, sendo que desses 5.623 eram escravos (indivíduos

negros escravizados), 1.137 eram libertos, 180 eram índios e 3.911 brancos. Ou seja, somando indivíduos escravizados, libertos e índios chegamos a um percentual populacional maior que 62% da população geral (MOREIRA, et al., 2013).

Tanta disparidade populacional, com o elevado número de indivíduos negros escravizados, gerava insegurança na classe de proprietários de escravos, devido aos possíveis levantes de escravos. E para esse cenário de insegurança, as ocupações da serra por parte dos calhambolas foram de fundamenta importância. Os freqüentes ataques de parte dos partidários de Manoel Padeiro às estâncias e demais propriedades de senhores charqueadores são relatados nos autos processuais contra os quilombolas de General Manoel Padeiro (MOREIRA, et al., 2013).

As muitas formas desses indivíduos subsistirem na região da serra durante esse período denotam mais que suas práticas de resistências. Elas configuram as redes de compartilhamentos tecidas pelos indivíduos, que inicialmente se homizaram nas datas de matos da Serra dos Tapes buscando refugiar-se de um degradante sistema socioeconômico que vigorava na “*sociedade ocidental*”⁴⁶ da época e posteriormente se caracterizou como um espaço de vivência das coletividades.

(...) atividade relatada no Processo Crime número 81 da cidade de Pelotas é que os Senhores Charqueadores tinham suas chácaras na Serra dos Tapes que eram utilizadas para a extração de madeira e produção de gêneros alimentícios. (...) o negro escravizado preferia pensar alternativas para escapar desta exploração. Durante a década de 1830, temos referência ao Quilombo de Manuel Padeiro na Serra dos Tapes. No referido processo citado acima, podemos retirar fragmentos que denunciam como os Quilombolas conseguiam o alimento: Em alguns casos, segundo o mesmo processo, eles roubavam nas propriedades que já conheciam, de seus antigos Senhores. Como exemplo, podemos nos referir ao depoimento de Mariano (réu no referido Processo Crime) em que este diz que os mesmos estiveram nas terras de Boaventura Rodrigues Barcellos, Senhor do líder do Quilombo, O GENERAL PADEIRO, como era chamado por seus companheiros. Geralmente eles vendiam o excedente de forma ilegal para comerciantes em troca de produtos que não tinham acesso, como armas, pólvora, pimenta do reino... Neste processo ainda são mencionados períodos (geralmente sete dias) em que os Quilombolas ficavam escondidos em “ranchos feitos de giribá”, que lhes serviam de abrigo para que pudessem plantar. (ÁVILA & RIBEIRO, 2013. pp.08-09).

⁴⁶ Furtado, Maria Cristina Silva, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de nossa pesquisa na Serra dos Tapes transformou-se em um caminho como o próprio nome tupi quer dizer. Um caminho para ampliar os sistemas de análise arqueológica da área. Algumas dúvidas que permearam nosso processo de pesquisa são expressas no decorrer do trabalho e marcam de certa forma a finalização da mesma.

O filósofo e educador Mario Sérgio Cortella, em sua trilogia de provocações filosóficas⁴⁷, parafraseando Guimarães Rosa escreveu: “*o animal satisfeito dorme*”. Segundo Cortella por trás dessa frase subjaz um profundo alerta contra o risco de cairmos na indigência intelectual. Ou seja, de nos sentirmos confortáveis, pois ao passo que nos sentimos confortáveis, nos sentimos satisfeitos e repousamos sobre nossas acomodações. Cortella lembra que a satisfação encerra, termina, conclui.

A satisfação não dá margem para continuidade para prosseguimentos. Conforme aponta o educador e filósofo, *não nascemos prontos!* “*Gente não nasce pronta!*”, “*Gente nasce não-pronta e vai se fazendo*”. Somos seres de insatisfações, necessitamos de uma boa dose de ambição. Pois se assim não o fosse nasceríamos sabendo e isso seria um entrave, uma limitação. Estaríamos constrangidos a tão somente repetir, jamais inovar, criar, modificar ou refazer. Frente a tais provocações trazidas por Mario Sérgio Cortella propomos por ora apenas tecermos algumas considerações acerca desse estudo.

Considerações as quais apresentamos como chave para o entendimento desse processo de pesquisa, alertam para novos empreendimentos investigativos na região. Destacamos a evolução⁴⁸ em nosso processo mental da forma de se pensar e fazer arqueologia durante o transcurso de nosso trabalho. Visto que iniciamos esse projeto tendo com base um modelo de se pensar e fazer arqueologia bastante tradicional. Pensávamos um fazer arqueológico um tanto processualista, estritamente pragmático e por vezes distanciado de nosso objeto de estudo e de seus sujeitos na interlocução. Acreditávamos que através de uma arqueologia tradicional, por vezes clássica, obteríamos respostas para nossa gama perguntas.

⁴⁷ CORTELLA, Mario Sérgio. Não nascemos prontos!: Provocações filosóficas. 10ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

⁴⁸ Cabe aqui reiterar o fato que por evolução entendemos o processo de mudança, de alteração. Em momento algum relacionamos essas mudanças com sendo sinônimo de progresso. São mudanças ocorridas em decorrência de determinadas adaptações.

Esse fazer arqueológico “pragmático” tornou-se insatisfatório no desenvolvimento desta proposta de investigação. Ao desenvolvermos um método arqueológico compartilhado com atores locais, uma arqueologia comunitária (FERREIRA, 2008), no viés de uma arqueologia pública no máximo de possibilidades foi se desvelando para nós como uma proposta importante a seguir. Tentamos fugir da velha presunção de darmos vozes às comunidades, pois compreendemos que estas compreensões desenvolvidas com o tempo de ocupação são vitais para compreender as ocupações anteriores as quais nos dedicamos compreender. Verificamos que necessitávamos amplificar suas vozes, dar ouvidos as suas compreensões em um verdadeiro compartilhar de saberes e conhecimentos.

Entretecendo uma rede de relações e conhecimentos, encontramos junto à comunidade da serra uma perspectiva de deliberação conjunta acerca das questões que envolvem as análises de seu patrimônio arqueológico. Desenvolvemos um processo de aproximação do pensamento dos locais aos nossos pensamentos científicos, dando foco a região. Nesta perspectiva ligamos os sítios com presenças de matérias relativos aos coletivos indígenas com as áreas e vestígios de ocupações que os locais que relacionava aos seus ancestrais diretos. Noção que evocava a mesma área e podemos dizer que consolidava uma relação patrimonial que é representada por um tempo longo de ocupação de uma mesma área.

Percebemos uma sucessão de ocupações na área de diferentes atores históricos que estão representados por vestígios arqueológicos reconhecidos diretamente pelos locais e que reconhecemos como profissionais o seus valores. Fomos conduzidos a uma investigação de uma temporalidade muito maior a qual pensávamos inicialmente. As perspectivas locais sobre a ocupação da Serra do Tapes, muitas vezes criada fruto da presença de outros cientistas e mesmo do conhecimento de sobre como valer-se dos processos que a natureza propicia. Ensinaram-nos como seus ancestrais e eles mesmos construíram as paisagens sobre a Serra dos Tapes e compreendendo que isto deve ser levado em conta pela ciência.

A sincronia sobre a ocupação da área foi desenhada por nós a partir de uma compreensão diacrônica, mas esta imagem do passado foi compreendida por nós como um valor mítico que o local apresenta sobre a região, um valor patrimonial, que dificilmente seria dado valor se não se respeitasse sua fala. O passado não é

tão diacrônico para eles, referem-se aos antigos, que são desde os indígenas até seus antepassados. Do mesmo modo nos conduziram para os sítios Guarani e para as os vestígios e ruínas de seus antepassados diretos. Esta visão sincrônica, ou não cronológica da ocupação é uma construção mítica do tempo, que abre foco para outros estudos que tenham este viés de investigação.

Nossa análise acerca desse processo diacrônico nos fez constatar o quão importante é a paisagem na formação desses núcleos ocupacionais. O entendimento sobre o espaço físico por parte dessas diferentes coletividades torna-se uma reprodução de ocupações pretéritas, referendando particularidades simbólicas. As localizações de moradias e áreas de cultivos são muito próximas as zonas de grande incidência de fragmentos cerâmicos registradas. Esta similaridade da ocupação, ou seja, onde ao Guarani ceramistas, os colonos já com suas louças, os descendentes com suas fábricas e as ocupações atuais incidem sobre o mesmo ambiente. Esta permanência, mesmo que mudando as paisagens, fruto de sistemas simbólicos diferentes, marca a região.

O sítio Guarani em nossa área piloto ocupa uma área de platô, onde registra uma altimetria de 120m acima do nível do mar, sua parte mais elevada está voltada para Oeste, enquanto que sua parte Sul está resguardada por uma alta e fechada malha de mato nativo. Suas partes Norte e Leste são abertas e bastante ensolaradas. Em suma, um espaço propício para se estabelecer moradia, bem como área de roça. Roças repletas de produção de bens como mandioca e outros tubérculos importantes na alimentação dos indígenas no passado e no presente. Além disso, localiza-se distante em um raio de aproximadamente 3 km dos sítios PSGPA-01-Raffi e PSGPA-04-Ribes. Isto como outros pesquisadores atestaram forma uma ampla área de ocupação, como um sistema peculiar, conhecido como unidades territoriais menores nominadas de tekohá.

Devido à ausência de uma portaria para liberação de intervenção em campo, não nos foi possível identificar através de intervenção as áreas de moradias Guarani. Entretanto, devido à incidência de pontos de grande concentração de fragmentos cerâmicos em determinadas áreas, bem como o solo bastante fértil é razoável afirmar que esta tenha sido uma área de moradia Guarani. A área situa-se próximo ao arroio Andrada, cerca de 700m de distância. Embora não tenha sido possível uma intervenção direta de solo, esperamos nova oportunidade de

visitarmos esta área piloto para corroborar estas hipóteses iniciais através da intervenção.

Na mesma área, onde evidenciamos registros dessa ocupação Guarani, outrora abrigara uma antiga residência. Assim como a ocupação Guarani, não possuímos datação exata de sua edificação, ou mesmo ocupação, entretanto, relatos dos interlocutores dão conta de que essa residência correspondia temporalmente ao período de funcionamento da fábrica de celulose (1892).

Da antiga residência propriamente dita, nada mais resta. Sobraram apenas poucos fragmentos cerâmicos esparsos sobre o solo da presente lavoura e que remontam uma ocupação do início do século XX. Ainda na atualidade o uso desse espaço é entendido a partir do melhor aproveitamento que o meio pode oferecer.

Um de nossos interlocutores nos relatava que desde que comprara as terras onde se encontra o sítio Guarani nunca mexera naquela linha de mato que abrigara o sitio das intempéries dos ventos sul. Segundo ele o mato protege a lavoura e resguarda a área de platô, local onde pensou em edificar sua nova residência.

Ao norte desse sítio Guarani cerca de 800m, morro a baixo, encontra-se outro expoente da estratigrafia da serra, a fábrica de celulose. Embora em ruínas ainda possui papel de destaque na paisagem da região. Seu aglomerado de tijolo e concreto contrasta com o cenário de mata nativa e cursos hídricos que a natureza oferece. Guardadas as proporções, em um processo similar ao do sítio Guarani, a fábrica de celulose também passou por um processo de sucessivas ocupações.

Após alterar a paisagem da área não apenas pelas imponentes paredes de concretos edificadas em meio à natureza, mas pelas mudanças produzidas, sobretudo, no curso do arroio Andrada, onde foi elaborado um desvio do mesmo para atender as necessidades funcionais da fábrica. Esta que passou por outros processos de usos, transformando-se em um armazém e posteriormente vindo a servir de residência para os familiares de D. Elza (Mãe de Sr. Sergio Raff). Do mesmo modo que as ruínas da antiga fábrica de celulose se apresenta patente na paisagem da serra, outras edificações registram o processo de colonização imigrante na região. Os casarios, as picadas abertas, as represas construídas ao longo do curso do arroio Andrada. Tudo isso marca peculiarmente essa região.



Fig.30 Vista interna das ruínas da antiga fabrica de celulose. Foto: Fernanda Silveira



Fig.31 Vista geral da fachada da fabrica de celulose. Foto: Jose Mabel das Neves

As ruínas referenciam a antiga fábrica, por sua vez tornando-se um referencial da história desses atores que residem na região. Um patrimônio da memória coletiva que resiste até mesmo às próprias ruínas, como se esta ainda exerce-se a função de fábrica.

Esse espaço serrano cheio de significados, muitos evidenciados pelos atores locais é apontado e explicado a luz de seus conhecimentos. Os fragmentos

cerâmicos encontrados ao longo de suas lavouras são partes de uma história que dista da sua própria história. São restos deixados por indivíduos que lá viveram, mas nunca foram visto, ou talvez vistos, todavia não percebidos pelas coletividades imigrantes e seus descendentes, pairando no inconsciente coletivo apenas como imagem mental de indivíduos que a muito abandonaram aquelas terras, sem se saber qual rumo tomaram.

É fato que as pesquisas anteriores também corroboraram para a criação dessa imagem mental sobre esses indivíduos indígenas que habitavam a região (MILHEIRA, 2008). Entretanto, sua origem vem dos antigos relatos de seus familiares que ao chegarem à região se depararam com alguns indígenas. No mais, embora existas próximo a área piloto, uma aldeia de grupamento M'bya Guarani, localizada na colônia Maciel, não encontramos referencia, por parte desses atores locais sobre a presenças desses indivíduos indígenas.

Na atualidade esses espaços são apontados com lugares que registram suas histórias. As áreas de possíveis aldeias Guarani, são referenciadas como zona de agricultura, ou áreas de lavouras. As ruínas da antiga fábrica, não referenciam apenas o empreendimentos de dois indivíduos imigrantes chegados recentemente ao Brasil, contam a história de um progresso econômico da região. As ruínas, as represas ganharam status de patrimônio local, por seus atores.

Esse espaço da serra tornou-se um centro de convergência cultural, pois além dos coletivos de origem imigrante que hoje são predominantes na região, são encontrados também, um pouco mais afastados de nossa área piloto a presença de coletivos ameríndios de identidade M'bya-Guarani, (a comunidade do Capy Ovy). Sem detrectar, como a muito vem sendo feito a importância das coletividades africanas e afrodescendentes que a um longo tempo (MOREIRA et al. 2013), ocupam a região de Quilombo, sétimo distrito do município de Pelotas-RS.

O panorama arqueológico da ocupação da área reitera a importância da comunidade local na compreensão deste tempo longo de inserção humana na área, isso é fruto de um fazer arqueológico compartilhado. Sem suas deliberações junto a nossas análises possivelmente não teríamos chegado nessa etapa de pesquisa. Somente através dos sentidos desses atores locais poderíamos explicar os significados que esse espaço serrano possui.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, B. Censo, Mapa, Museu. In: *Comunidades Imaginadas*, São Paulo: Companhia das Letras, pp.226-255. 2008.
- ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. *Revista Ambiente e Sociedade*, ano II, no. 5, NEPAN/UNICAMP, v. ANO II, nº. 5, p. 79-93, 2000.
- ÁVILA, C. B. ; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Patrimônio Cultural Quilombola na Serra dos Tapes: Em busca da história, da memória e valorização da Identidade de seus remanescentes. In: II CONNINTER, 2013, Belo Horizonte. *Globalização e Interdisciplinaridade*, v. 01. p.01-15, 2013.
- BASILE BECKER, Ítala I. *O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. Pré-História do Rio Grande do Sul.* (P.I. Schmitz, Org.). Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. p.133-159. 1991.
- BETEMPS, L. R. *Aspectos da Colonização Francesa em Pelotas.* História em Revista (UFPel), v. 5, p. 117-135, 1999.
- BETEMPS, L. R. ; VIEIRA, M. A. "La Mèison Beteind": Uma Herança Ítalo-Francesa na Serra dos Tapes no Município de Pelotas. In: 4º Seminário Internacional em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2010, Pelotas. Anais do 4º Seminário Internacional em Memória Social e Patrimônio Cultural, p.931-946, 2010.
- BETEMPS, L. R. ; VIEIRA, M. A. . Turismo pela história da colonização no sul do Rio Grande do Sul: o caso das colônias Francesa e Municipal de Pelotas/RS. Revista eletrônica de turismo cultural (USP), v. 4, p. 24, 2008.
- BINFORD, L. R. Arqueología como Antropología. In: ORQUEA, L. y V. Horwitz (comp). *Clásicos de Teoría Arqueológica Contemporánea.* SAA: Buenos Aires, pp.15-39. 2007.
- BINFORD, L. R. *Em Busca do Passado.* Lisboa, Europa/América. 28-36. 1991.
- BORDONI, Orlando. *A língua tupi na geografia do Brasil.* Curitiba: Banestado/gráfica Muto, s/d
- BRÉZILLON, Michel. *Dicionário de pré-história.* Rio de Janeiro/Lisboa: Edições 70, (coleção Lexis), 1990.

- BROWNE, Janet. *A Origem das Espécies de Darwin: uma biografia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 66-125. 2007.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CALDARELLI, Solange B.; SANTOS, Maria do Carmo M. M. dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. In.: *Revista USP*, São Paulo, n.44, p. 52-73, dezembro/fevereiro 1999-2000.
- CARLE, C. B. Identidade M'Bya Guarani na memória das fronteiras e do patrimônio. *Sapiens. História, patrimônio e arqueologia.*, v. 5, pp. 50-66, 2011.
- CARLE, M. B. *Investigação Arqueológica em Rio Grande: Uma proposta da ocupação Guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. (Dissertação de Mestrado). 2002.
- CERQUEIRA, F. V.; SILVA, Karen Melo da. *Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais*. In: IV Simpósio Internacional em Memória e Patrimônio. "Memória, Patrimônio e Tradição", 2010, Pelotas. Anais do IV SIMP. Memória, Patrimônio e Tradição. Pelotas, 22 a 24 de setembro de 2010. Pelotas - RS: Editora e Gráfica Universitária. Universidade Federal de Pelotas, v. 1. p. 872-874. 2010.
- CERQUEIRA, F. V.; PEIXOTO, L. S.; GEHRKE, C.; DAL FORNO, Rodrigo. Diversidade narrativa das memórias de ítalo-descendentes no Museu Etnográfico da Colônia Macial, Pelotas - RS. In: *Simpósio Internacional em Memória e Patrimônio. Memória, Patrimônio e Tradição, 2010, Pelotas*. Anais do IV SIMP. Memória, Patrimônio e Tradição. 22 a 24 de setembro de 2010. Pelotas - RS: Editora e Gráfica Universitária da Universidade Federal de Pelotas, v. 1. p. 875-890. 2010.
- CESAR, Guilhermino. *Primeiro cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos*. 2. ed. Porto Alegre: EDURGS, 1981.
- CLAVAL, PAUL. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- CORRÊA. Â. A. *Tetama nas Matas Mineiras: Sítios Tupi na Microrregião de Juiz de Fora - MG*, (Dissertação de Mestrado). 2009.

- DI BACO, Hiuri Marce, FACCIO, Neide Barrocá, LUZ, Juliana Rocha; “Das raízes da pesquisa arqueológica a arqueologia processual: um esboço geral”. In.: *TÓPOS*. V.3, Nº 1, p. 206 - 233, 2009.
- DIAS, Adriana S. *Sistema de Assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para ocupação pré-colonial do alto vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. (Tese de Doutorado), Programa Interdepartamental de Pós-Graduação em Arqueologia – FFLCH – USP, São Paulo, 2003.
- DINIZ, M. Sesmarias e Posse de Terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Histórica*. São Paulo, n. 2, jun. 2005.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 19, p. 29-50, 2007.
- FERREIRA, L. M.; FUNARI, P. P. A. *Arqueologia como Prática Política*. Belém, 2009.
- FERREIRA, L. M. *Diálogos da Arqueologia Sul-Americana: Hermann von Ihering, o Museu Paulista e os Museus Argentinos no final do Século XIX e início do XX*. *Revista do MAE*, (19): 63-78, 2009.
- FERREIRA, Lúcio M. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural, In: *Revista de Arqueologia Pública*. São Paulo: UNICAMP, nº 3,- anual, (pp. 81-92), 2008.
- FERREIRA, L. M. *Um Bando de Idéias Novas na Arqueologia (1870-1877)*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 11, pp. 21-33, 2001
- FUNARI, P. P. A. *Arqueologia / Pedro Paulo Funari*. 2. Ed. – São Paulo: contexto, 2006.
- FUNARI, Pedro P. e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- FUNARI, P. P. A. *Teoria e Métodos na Arqueologia*. Mneme (Caicó. Online) [file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/267-711-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/267-711-1-PB%20(1).pdf). v.5, n.13, 2005.
- FURTADO, Maria Cristina Silva. *O amor incondicional como base para a ética da alteridade: uma hermenêutica cristã em diálogo com o pensamento de Lévinas em busca de uma sociedade inclusiva*. Dissertação Mestrado –

- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2011.
- GAMBLE, Clive. *Arqueologia Básica*. Barcelona: Editora Ariel–Pré-história; pp.33-55. 2002.
- GNECCO, Cristóbal. “Escavando” Arqueologias Alternativas. In: *Revista de Arqueologia*. São Paulo, Vol 25 - N.2, pp. 08-22 – 2012.
- GRANDO, M. Z. A colonização europeia não portuguesa no município de Pelotas; In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 5(2):47-55, 1984 – disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/456/688> acesso fev 2014.
- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. -2.ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: EDUFPEl, 2001.
- HERÉDIA, V. B. M. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova* (Barcelona), Barcelona, v. V, p. 94-10, 2001.
- HILBERT, Klaus. 'Cave canem!': cuidado com os 'Pronapianos'! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2007, vol.2, n.1, pp. 117-130.
- HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.
- LEITE, J. L. M. C. A Apropriação das terras brasileiras – anotações preliminares. In: *revista da escola de direito de Pelotas*, v. 5, n. 1, p. 7-22, 2004.
- LIMA, Tânia Andrade. *Teoria Arqueológica em Descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana*. *Revista de Arqueologia*, (19): pp.125-141, 2006.
- LINO, Jaisson Teixeira. *Escritas da Arqueologia Guarani no Sul do Brasil*. 2009 In: *História e História* disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=32> acesso em dez. 2013.
- MAZZANTI, Diana L. Factores Dominantes en el Desarrollo de la Arqueología Pampeana del Período Posconquista. In: NASTRI, Javier; FERREIRA, Lúcio

- M. (eds.). *Historias de la Arqueología Sudamericana*. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix Azara, pp. 189-210. 2010.
- MALTZAHN, G. M. Memórias Míticas: *uma proposta de análise sobre as narrativas orais dos descendentes pomeranos da Serra dos Tapes/RS*. In: IV Simpósio Internacional em Memória e Patrimônio. "Memória, Patrimônio e Tradição", 2010, Pelotas. Anais do IV SIMP. Memória, Patrimônio e Tradição. Pelotas, 22 a 24 de setembro de 2010. Pelotas - RS : Editora e Gráfica Universitária. Universidade Federal de Pelotas, v. 1. pp. 905-915. 2010.
- MEDEIROS, Jean Carlos de Andrade. *Reestabelecendo um Tekoá pelos índios Guarani Mbyá. Um estudo de caso da aldeia Yakã Porã – Garuva/SC*. Jean Carlos de Andrade Medeiros – Florianópolis, 2006.
- MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MILHEIRA, Rafael Guedes. Um modelo de ocupação regional Guarani no sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 18: 19-46, 2008.
- MILHEIRA, Rafael Guedes. *Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste*. (Dissertação de mestrado). PPGArq- MAE-USP - São Paulo: USP, 2008.
- MOREIRA, P. R. S.; AL-ALAM. C. C.; PINTO, N. G.. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. 1. ed. São Leopoldo: OIKOS, 196p. 2013.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil* . São Paulo , SP, Brasil: Edusp, 2004.
- MURADÁS, Jones. *A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil / Jones Muradás*. – Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2008.
- NAUE, Guilherme & SCHMITZ, Pedro I. & BASILE BECKER, Ítala I.. Sítios arqueológicos no Município de Rio Grande. *Pesquisas, Antropologia* n 18, *Estudos Leopoldenses* n 9. *Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, p. 141-52, 1968.

- NAUE, Guilherme. Dados sobre o estudo dos cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS. *Veritas*, Porto Alegre, Tomo XVIII, n. 71, p. 246-269, set. 1973.
- NEUMANN, M. A. *Ñade Rekó: Diferentes Jeitos de Ser Guarani*. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (dissertação de mestrado). 2008.
- NEUMANN, M. A. *Por uma Arqueologia Simétrica*. Cadernos do Lepaarq (UFPEL), 2009.
- NOELLI, F. S. *Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicada a uma área de domínio no delta do Jacuí –RS)*. Porto Alegre: PUC-RS. (dissertação de mestrado) 1993.
- NOELLI, F. S. *A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas - 1872 - 2000*. Revista USP, São Paulo, v. 44, n.2, p. 218-269, 2000.
- NOELLI, F. S. *As Hipóteses Sobre o Centro de Origem e Rotas de Expansão dos Tupi*. Revista de Antropologia. 39 (2), São Paulo: 7-53. 1996.
- NOGAROL, Felipe. *Revendo o debate sobre a Idade da Terra*. Rio de Janeiro: UFRJ/IF, (dissertação de mestrado) 2011.
- NOZOE, N. H.. *Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia*. Revista ANPEC, Brasília, v. 7, p. 587-605, 2006.
- OSWALD, Tamara. *As Igrejas Evangélicas Luteranas Livres e Independentes em São Lourenço do Sul*. In: XI Encontro Estadual de História - História, Memória, Patrimônio, 2012, Rio Grande. Anais Eletrônicos do X Encontro Estadual de História - História, Memória, Patrimônio, 2012.
- POSSAMAI, Paulo César. *A vida cotidiana na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Editora Livros do Brasil, (tese de doutorado). 2001
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1980.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueología. Teorías , Métodos y Práctica*. Akal Ediciones. 1993.
- ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de Fronteira: Um Estudo das Situações de Contato entre Portadores das Tradições Cerâmicas Pré-históricas no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, (tese de doutorado) 2004.
- ROSA, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: UFPEL, 1985.

- OLIVEIRA FILHO, J. P. *Ensaio em Antropologia Histórica*. 1a.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. v. 1. pp. 99-123. 1999.
- SALAMONI, G.. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - o caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista (UFPel)*, v. 7, p. 25-42, 2001.
- SALAMONI, G.; WASKIEWICZ, C. A.. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. *Tessituras- Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 1, p. 73-100, 2013.
- SANTOS, A. V.; CECCHETTI, E. Imigração alemã, luteranismo e a criação de escolas no sul do Brasil. In: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013*, Cuiabá. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá: UFMT, v. 1. pp. 1-15. 2013.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. O. A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. *Histórica (São Paulo. Online)*, São Paulo, v. Nº 09, 2006.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio (ed). Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. IN: *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*, Documento 5. Instituto Anchieta de Pesquisas - UNISINOS, 2ª ed. pp. 31-63. 2006.
- SCHIAVETTO, S. N. O. *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Annablume, v. 1000. 144p. 2003.
- SILVA, Fabíola. A. O plural e o singular das arqueologias indígenas. In: *Revista de Arqueologia*. São Paulo, Vol 25 - N.2, pp. 24-42 – 2012.
- SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: Reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, p. 205-219, 2009.
- SOARES, A. L. R. *Pelo fim do Frankenstein Guarani*. *Dialogos (Maringá)*, v.16, pp. 767-790. 2012.
- SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. Antecedentes Indígenas: Pré-História Compacta do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

- SOUSA, Ana Cristina de. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais In *Habitus Goiânia*, v. 3, n. 2, p. 291-300, jul./dez. 2005.
- TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo. Odysseus Editora. 2004.
- ULLRICH. Carl Otto. As Colônias Alemãs No Sul Do Rio Grande Do Sul. *Ensaio FEE*. Porto Alegre. vol 5, nº 2, pp. 57-74. 1984.
- VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. [online]. São Paulo, vol.22, n.63, pp. 153-155. 2007.
- WEBMOOR, Timothy. *Un giro más tras el "giro social"*. El principio de la simetría en arqueologia. Complutum, 2007.